

**FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
NÍVEL MESTRADO**

ANDRESSA SOARES DOS SANTOS

**O POTENCIAL DAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS COMO FATOR DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA ANÁLISE DA VITIVINICULTURA NO
DISTRITO DE BOA ESPERANÇA NO MUNICÍPIO DE ROLANTE (RS).**

TAQUARA

2024

ANDRESSA SOARES DOS SANTOS

**O POTENCIAL DAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS COMO FATOR DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA ANÁLISE DA VITIVINICULTURA NO
DISTRITO DE BOA ESPERANÇA NO MUNICÍPIO DE ROLANTE (RS).**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Regional, pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT)

Orientador: Prof. Dr. Jorge Amaral de Moraes.

TAQUARA

2024

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui foi jornada desafiadora, com muitos momentos de superação. Durante esta caminhada, enfrentei inúmeras dificuldades, principalmente em conciliar a vida profissional e pessoal com a vida acadêmica. Cada desafio foi uma oportunidade de crescimento pessoal e ter chegado ao final desta etapa é uma realização.

Primeiramente, agradeço as Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT), em especial aos professores Delmar Henrique Backes e o Roberto Tadeu Ramos Morais. Sou imensamente grata pela oportunidade e por acreditarem que seria capaz.

Em especial, agradeço aos orientadores, Prof.^a Dr.^a Aleteia Hummes Thaines e Prof. Dr. Jorge Luiz Amaral de Moraes pelo apoio, paciência, dedicação e por compartilhar o conhecimento que foi essencial para a realização desta dissertação. Vocês são sinônimo de generosidade! Obrigada por tudo!

Aos professores doutores Carlos Águedo Paiva, Carlos Fernando Jung, Daniel Luciano Gevehr, Dilani Silveira Bassan, Jorge Luiz Amaral de Moraes, Marcos Paulo Dhein Griebeler e Moema Pereira Nunes expresso minha profunda gratidão, cujos ensinamentos e orientações foram fundamentais ao longo do Mestrado.

Agradeço à minha família! Obrigada por serem meus maiores incentivadores e por estarem sempre ao meu lado. Agradeço à minha mãe, Ingrid, ao meu pai, Wilmar (*in memoriam*), à minha vó Ilti e as manas, Ananda e Ana Carolina.

Agradeço às minhas amigas, em especial Ana e Gabi, que compartilham comigo todos os momentos da vida. Amo vocês!

Agradeço aos participantes desta pesquisa por terem disponibilizado-se a responder às entrevistas. Foram pessoas fundamentais para a realização do estudo, possibilitando-me conhecer a percepção dos produtores e atores sobre a produção vitivinícola. Dessa forma, pude perceber o amor pelo vinho e o espírito comunitário do Distrito de Boa Esperança.

A todos, meu sincero muito obrigada. Este trabalho só foi possível graças ao apoio e incentivo de cada um de vocês.

RESUMO

Esta pesquisa tem como temática as Indicações Geográficas como fator de desenvolvimento regional do distrito de Boa Esperança, localizado no município de Rolante (RS). Dessa forma, a pesquisa questiona se a produção vitivinícola do distrito de Boa Esperança localizado no município de Rolante (RS), apresenta potencial para obter algum tipo de registro de Indicação Geográfica (IG). O objetivo geral deste estudo consiste em analisar o potencial do distrito Boa Esperança, localizado no município de Rolante/RS, obter o reconhecimento de Indicações Geográficas para algum dos produtos do setor vitivinícola local. Os objetivos específicos buscam: a) Diagnosticar a possibilidade de o setor vitivinícola do distrito Boa Esperança, localizado no município de Rolante (RS), vir a ter produtos com reconhecimento de Indicações Geográficas; b) Identificar os atributos referentes à qualidade, tipicidade, tradição e notoriedade no setor vitivinícola para obtenção do registro de Indicação Geográfica no distrito Boa Esperança; c) Analisar a viabilidade para a obtenção do registro de Indicação Geográfica no setor vitivinícola no distrito Boa Esperança. A pesquisa, de abordagem qualitativa, classifica-se quanto a seus objetivos como descritiva-exploratória e, quanto aos procedimentos metodológicos, como pesquisa bibliográfica, documental e de campo, sendo esta última realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com os produtores e atores da sociedade civil vinculados ao setor vitivinícola. A análise e a interpretação dos dados foram operacionalizadas pela análise de conteúdo, com aplicação do método de categorização a partir dos critérios de possibilidade de uma Indicação de Procedência ou Denominação de Origem Notoriedade, Valor agregado, Geração de emprego e renda, Governança, Modo de produção e refletindo os Desafios e perspectivas. Contudo, é possível concluir que o vinho produzido possui potencial para a proposta de Indicação de Procedência (IP), uma vez que essa região configura-se como uma área construída em função de uma série de critérios, como os saberes locais e a importância econômica e histórica do produto.

Palavras-chave: Indicação Geográfica (IG). Desenvolvimento Regional. Setor Vitivinícola.

ABSTRACT

This research's theme is Geographical Indications as a factor in regional development in the district of Boa Esperança, located in the municipality of Rolante (RS). Thus, the research questions whether wine production in the district of Boa Esperança, located in the municipality of Rolante (RS), has the potential to obtain some type of Geographical Indication (GI) registration. The general objective of this study is to analyze the potential of the Boa Esperança district, located in the municipality of Rolante/RS, to obtain recognition of Geographical Indications for some of the products in the local wine sector. The specific objectives seek to: a) Diagnose the possibility of the wine sector in the Boa Esperança district, located in the municipality of Rolante (RS), having products with Geographical Indications recognition; b) Identify the attributes referring to quality, typicality, tradition and notoriety in the wine sector to obtain the Geographical Indication registration in the Boa Esperança district; c) Analyze the feasibility of obtaining Geographical Indication registration in the wine sector in the Boa Esperança district. The research, with a qualitative approach, is classified, in terms of its objectives, as descriptive-exploratory, and in terms of methodological procedures, such as bibliographical, documentary and field research, the latter being carried out through semi-structured interviews with producers and actors civil society linked to the wine sector. Data analysis and interpretation were operationalized by content analysis, applying the categorization method, based on the criteria for the possibility of an Indication of Origin or Denomination of Origin Notoriety, Added value, Generation of employment and income, Governance, Mode production and reflecting the Challenges and perspectives. However, it is possible to conclude that the wine produced has potential for the Indication of Origin (IP) proposal, since this region is configured as a built area based on a series of criteria, such as local knowledge, economic importance and product history.

Key-words: Geographical Indication (GI). Regional development. Wine sector.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Definição de DO e IP	27
Figura 2 - Evolução do número de Indicações Geográficas no Brasil	29
Figura 3 - Produtos e número de registros de Indicações Geográficas no estado do Rio Grande do Sul/RS.	30
Figura 4 - Cronologia das IGs de vinhos no Rio Grande do Sul – RS.....	37
Figura 5 - Regiões no Brasil de vinhos de consumo corrente	39
Figura 6 - Localização do município de Rolante/RS e o distrito de Boa Esperança..	42
Figura 7 - Linha do tempo de Boa Esperança.	44
Figura 8 - Quantidade (em litros) de vinho e suco produzidos de 2013-2023, em Rolante/RS.	47
Figura 9 - Produtos vendidos nas vinícolas (pêssego em calda e geleias)	67
Figura 10 - Lançamento da ACAPI.....	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Regiões e produtos com registros de Indicações Geográficas no Rio Grande do Sul/RS	30
Quadro 2 - Grupos de interesse	48
Quadro 3 - Categorias de análise, perguntas norteadoras e objetivos.....	50

LISTA DE SIGLAS

ACAPI	Associação Caminho das Pipas
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APROVALE	Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos
CNUCED	Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
DIRMA	Diretoria de Marcas, Desenhos Industriais e Indicações Geográficas
DO	Denominação de Origem
EMATER	Associação Riograndense Empresa Ass Tec Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGs	Indicações Geográficas
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
IP	Indicação de Procedência
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
NIT	Núcleo de Inovação Tecnológica
OMPI	Organização Mundial da Propriedade Intelectual
ONU	Organização das Nações Unidas ou simplesmente Nações Unidas
ONUUDI	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIM	Sistema de Inspeção Municipal
SISDEVIN	Sistema de Declarações Vinícolas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 O DESENVOLVIMENTO E A SUA RELAÇÃO COM AS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS	17
2.1 Aspectos do conceito de Desenvolvimento	17
2.2 Desenvolvimento Regional e suas Nuances.....	20
2.3 As Indicações Geográficas como meio de proteção dos bens e serviços de uma região.....	25
2.4 As Indicações Geográficas e a sua relação com o Desenvolvimento Regional	32
2.5 As Indicações Geográficas e a Vitivinicultura no Rio Grande do Sul	35
3 O POTENCIAL DA VITIVINICULTURA NO DISTRITO DE BOA ESPERANÇA PARA O RECONHECIMENTO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA	41
3.1 O distrito de Boa Esperança e o roteiro <i>Caminho das pipas</i> , no município de Rolante/RS.....	41
3.2 Caracterização da Pesquisa de Campo e os participantes da pesquisa.....	47
3.3 O setor vitivinícola de Boa Esperança, no município de Rolante/RS	52
3.4 Indicação de Procedência para os vinhos produzidos no distrito de Boa Esperança.....	55
3.5 Reconhecimento de Denominação de Origem para os vinhos produzidos no distrito de Boa Esperança.....	56
3.6 A notoriedade envolvendo os vinhos produzidos no distrito de Boa Esperança.....	60
3.7 Valor agregado dos vinhos produzidos no distrito de Boa Esperança.....	62
3.8 A geração de emprego e renda na produção de vinhos no distrito de Boa Esperança.....	66
3.9 A importância da governança no processo de reconhecimento de uma Indicação Geográfica.....	69
3.10 O modo de produção do vinho no distrito de Boa Esperança	71
3.11 A contribuição dos estudos científicos na viticultura de Boa Esperança	74
3.12 Os desafios e perspectivas encontradas na produção de vinho no distrito de Boa Esperança.....	
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	84

REFERÊNCIAS	89
APÊNDICES	99
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA OS PRODUTORES DO SETOR DE VITIVINÍCOLA DO DISTRITO DE BOA ESPERANÇA – ROLANTE/RS	100
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA OS ATORES DA SOCIEDADE CIVIL	102
APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	105

1 INTRODUÇÃO

O êxodo rural é um fenômeno global que tem provocado significativas mudanças nas estruturas socioeconômicas de muitos países ao redor do mundo. A migração em massa de áreas rurais para centros urbanos tem sido uma característica marcante das últimas décadas, com grandes implicações para as comunidades rurais, para a dinâmica demográfica e para o desenvolvimento regional como um todo. Esse fenômeno está associado a muitos problemas, principalmente o desequilíbrio da base econômica das regiões tradicionalmente agrícolas, que enfrentam as questões relacionadas à globalização, mudanças climáticas, escassez de recursos e às infraestruturas inadequadas.

Nas duas últimas décadas, no Brasil, tem-se analisado os problemas enfrentados nas regiões rurais e tem-se buscado respostas. Essas regiões rurais vêm sendo abandonadas com todas as consequências que isso provoca, como, por exemplo, a degradação da paisagem, do patrimônio e da cultura dessas regiões (Martinho, 2000). Como reflexo de problemas econômicos, de políticas públicas setoriais, da desvalorização da produção tradicional e de dificuldades de sobrevivência das propriedades agrícolas familiares, vem ocorrendo, desde o início da década de 1970, um êxodo rural acelerado. Como reflexo disso, verifica-se, desde então, um esvaziamento dos territórios rurais e a exclusão social nos centros urbanos, pois esses não conseguem absorver todo o fator trabalho que chega. Esses fatores têm causado problemas, como a falta de qualidade de vida e a degradação ambiental, principalmente nas periferias dos centros urbanos maiores. Já é evidente que, no país, há muitas dificuldades para promover mecanismos para diminuir esse êxodo rural.

No entanto, ao lado desses desafios, há também oportunidades emergentes que podem ser exploradas para reverter a tendência do êxodo rural e tentar desenvolver essas regiões. Uma dessas oportunidades pode estar relacionada às Indicações Geográficas (IGs), que vêm se tornando uma ferramenta relevante para o desenvolvimento regional e para a preservação da cultura local. As IGs constituem um tipo de ativo intangível, de produtos ou serviços que informam ao consumidor o seu local de origem. Isso lhes atribui reputação às características diferenciadas de uma área geográfica, que pode ser um local, uma cidade, uma região ou, em casos excepcionais, um país (INPI, 2017; Sperotto, 2021).

A partir dessa associação com os territórios específicos e vínculos com recursos locais, os produtos com IG podem melhorar a sustentabilidade econômica, social e ambiental (Belletti *et al.*, 2015). Nesse contexto, o Brasil possui condições que contribuem para ampliar e valorizar as IGs nos territórios por meio das especificidades do “saber-fazer” das comunidades, além das eventuais riquezas ambientais e culturais desses territórios (Santos; Santos, 2019).

Entre os aspectos positivos, as IGs representam uma alternativa estratégica de desenvolvimento viável, que privilegia as características das regiões, promovendo o patrimônio dos atores locais e dos lugares onde mantêm seus meios de subsistência. Além disso, são ferramentas importantes para o desenvolvimento regional, pois permitem agregar valor aos produtos típicos de uma determinada região, promovendo a preservação do patrimônio cultural e da identidade local, além de contribuir para a preservação do meio ambiente e da biodiversidade.

Para identificar um produto com potencial para o registro de IG é necessário que esse produto apresente qualidade, tipicidade, tradição e notoriedade. Dessa forma, o consumidor passa a associá-lo a uma determinada região específica, o que confere ao produto um diferencial competitivo e uma maior visibilidade no mercado. Isso pode gerar um aumento na demanda e, conseqüentemente, na produção, no emprego e na renda local.

A principal finalidade das IGs é proporcionar o reconhecimento de determinado produto por meio de uma característica (ou reputação) associada à sua origem geográfica. A sua utilização é uma das formas mais antigas de proteção e promoção de bens. Embora alguns registros já tenham o seu uso há muitos anos, somente após o Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS)¹ houve um entendimento mais amplo em relação a sua utilização e aos seus benefícios. Ainda que o sistema IG tenha a mesma estrutura globalmente, cada região apresenta um desempenho diferente (Fracarolli, 2021).

Esse instituto demonstra contribuições relevantes por apresentar ligação com um território específico e vínculo com os seus recursos locais, que podem melhorar a

¹ O Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS) é um acordo internacional, que estabelece padrões mínimos para a proteção e aplicação dos direitos de propriedade intelectual entre os países membros da Organização Mundial do Comércio (OMC). O acordo abrange vários aspectos da propriedade intelectual, incluindo direitos autorais, patentes, marcas registradas, desenhos industriais e proteção de informações confidenciais. Os países membros do TRIPS são todos os membros da OMC, totalizando 164 países. (Silva, 2018).

sustentabilidade socioeconômica e ambiental. E ainda pode ser capaz de proporcionar condições para a permanência da população local nos territórios, a construção de um sistema socioeconômico sustentável e maior bem-estar por meio da gestão dos recursos tangíveis e intangíveis disponíveis no território (Dallabrida *et al.* 2014).

As IGs possuem forte tradição na União Europeia e são utilizadas como instrumento de valorização da cultura e do patrimônio local. Apesar de ser relativamente recente no Brasil, elas apresentam potencial para o desenvolvimento endógeno. Dessa forma, percebe-se a necessidade de ampliar o reconhecimento de IGs para tornar os produtos mais competitivos no mercado (Pellin, 2015).

Na Lei n. 9.279, de 14 de maio de 1996 que instituiu os direitos e obrigações referentes à Propriedade Industrial no Brasil, estão relacionadas as orientações sobre as IGs. De acordo com essa Lei, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) é o responsável pelos registros e requisitos das indicações geográficas no Brasil, possuindo o objetivo de qualificar determinado produto, bem ou serviço, por meio da indicação de seu lugar de origem.

No estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente na região da Serra, tem se destacado nos últimos anos a produção de vinhos de qualidade e as diversas Indicações Geográficas (IGs). Entre essas, a Indicação de Procedência (IP) e Denominação de Origem no Vale dos Vinhedos (constituindo essa na primeira indicação geográfica do país), a IP em Pinto Bandeira e Denominação de Origem (DO) de Altos Montes, entre outros. Constata-se, portanto, que a relevância dessa produção é resultado da qualidade dos vinhos produzidos na região, que possuem características únicas e são reconhecidos pelos consumidores por sua tipicidade e tradição.

Este estudo está delimitado pelo distrito de Boa Esperança, um território rural que pertence ao município de Rolante/RS, que ainda carece de iniciativas e investimentos que possam garantir as condições para a permanência da população local no território. Entende-se que essas iniciativas deveriam basear-se na construção de um sistema de produção de bens e serviços diversificado, via utilização e gestão dos recursos tangíveis e intangíveis disponíveis no território.

Assim, então, questiona-se: A produção vitivinícola do distrito de Boa Esperança, localizado no município de Rolante/RS, apresenta potencial para obter algum tipo de registro de Indicação Geográfica (IG)? Buscando responder essa questão, o objetivo geral deste estudo foi analisar o potencial de o distrito Boa

Esperança, localizado no município de Rolante/RS, para obter o reconhecimento de Indicações Geográficas para algum dos produtos do setor vitivinícola local.

Para isso, foram formulados os seguintes objetivos específicos: a) Diagnosticar a possibilidade de o setor vitivinícola do distrito Boa Esperança vir a ter produtos com reconhecimento de Indicações Geográficas; b) Identificar os atributos referentes à qualidade, tipicidade, tradição e notoriedade no setor vitivinícola para obtenção do registro de Indicação Geográfica no distrito Boa Esperança; c) Analisar a viabilidade para a obtenção do registro de Indicação Geográfica no setor vitivinícola no distrito Boa Esperança.

A presente pesquisa justifica-se por ser do interesse socioeconômico do município de Rolante e da comunidade de Boa Esperança, reconhecida também pela denominação de “Caminho das Pipas”, que é um roteiro turístico do distrito, criado há mais de 20 anos a partir da tradição na produção de vinhos, sucos e espumantes. E, ainda, como forma de fomentar o turismo rural no território, pois esse recebe um grande fluxo de pessoas por conta dos recursos naturais, paisagístico e da gastronomia, estabelecendo como princípio melhorar a estrutura para promover qualidade de vida para a população local.

O estudo contribui também para a comunidade acadêmica, visto que é o primeiro trabalho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR/FACCAT) a abordar o tema das IGs, que é relevante por ser uma ferramenta capaz de fomentar o desenvolvimento regional. Este estudo ainda está vinculado à linha de pesquisa “Economia, Meio Ambiente e Dinâmicas de Desenvolvimento Territorial Sustentável” e ao projeto de pesquisa denominado “Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) como Fator de Desenvolvimento do Distrito de Boa Esperança, no Município de Rolante/RS” do PPGDR/FACCAT.

Quanto à motivação pessoal para a realização deste estudo, salienta-se que a pesquisadora é descendente de agricultores locais e que durante 20 anos morou no interior do município de Taquara/RS. A busca por novas alternativas para o meio rural decorre da inquietação em acompanhar as dificuldades enfrentadas no campo que, em muitos casos, como é a dos avós da aluna pesquisadora, famílias abandonam essas regiões por não conseguirem obter uma fonte de renda mais estável ou permanente. Assim, não é por acaso a escolha do presente tema de pesquisa.

Os procedimentos metodológicos adotados para a elaboração desta dissertação caracterizam-se, quanto aos objetivos, como exploratória e descritiva.

Para Marconi e Lakatos (2009, p.71), a pesquisa exploratória “[...] são investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema”. Corroborando Gil (2010) diz que tem a finalidade de possibilitar maior familiaridade com o problema.

Quanto aos procedimentos técnicos, bibliográfico, documental e de pesquisa de campo, realizou-se a consulta com base em matéria publicada, pois, “[...] tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos” (Gil, 2010, p. 29).

Em relação à abordagem, a pesquisa classifica-se como qualitativa, sendo utilizada para compreender o contexto social de um determinado elemento necessário para a pesquisa. Dessa forma, permite analisar e interpretar os aspectos mais profundos de forma mais detalhada sobre as questões que envolvem investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento, buscando observar contextos particulares para pesquisar sobre determinados indivíduos (Marconi; Lakatos, 2011). E, ainda, caracteriza-se como uma pesquisa de campo, pois utilizou dados primários necessários ao estudo *in loco*, assim investiga as informações no local onde acontece o fenômeno ou que possui elementos para explicá-lo (Vergara, 2013).

Com relação à pesquisa de campo, esta contou com a participação de 5 representantes de entidades da sociedade civil que possuem relação com a produção de vinho do distrito de Boa Esperança/RS e 5 produtores de vinho que fazem parte da Associação Caminho das Pipas (ACAPI). Ressalta-se que, num primeiro momento, havia-se definido a participação de 7 produtores de vinho, contudo, após várias tentativas de agendar as entrevistas, 5 produtores propuseram-se a participar da pesquisa.

A coleta de dados, em um primeiro momento, consistiu em uma pesquisa bibliográfica e documental com o objetivo de verificar a relevância e conhecimentos sobre o tema, além de pesquisa em livros, periódicos da área, dissertações, teses e material disponível por meio eletrônico, bem como documentos relacionados ao assunto.

Após, essa etapa, deu-se início à pesquisa de campo, utilizando-se roteiro de entrevista semiestrutura para a realização das entrevistas. A vantagem da entrevista semiestruturada é o roteiro focalizado. Dessa forma, é possível realizar alterações nas perguntas e, em caso de dúvidas, reforçar as explicações ao entrevistado em relação à pesquisa. Nesse caso, o entrevistado possui abertura para desenvolver cada

situação em qualquer direção que considere pertinente. É uma forma de entender melhor as questões (Marconi; Lakatos, 2011). Ressalta-se que esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Faccat, conforme registro CAAE: 69363723.4.0000.8135.

Para cada classe de entrevistado foi organizado um roteiro de entrevista. O roteiro utilizado é do autor Silva (2022), a partir dos instrumentos do SEBRAE e INPI. Para os produtores rurais, foi adaptado um roteiro com 21 perguntas divididas por eixos: a) caracterização do setor de vitivinicultura do distrito de Boa Esperança; b) percepções sobre as indicações geográficas para o setor de vitivinícola; e c) desafios e perspectivas.

Para os atores da sociedade civil vinculados ao setor vitivinícola foi elaborado um roteiro com 23 perguntas divididas em 8 eixos: Critério tendência Indicação de Procedência; Critério tendência Denominação de Origem; Critério notoriedade; Critério potencial agregação de valor; Critério geração de emprego e renda; Critério governança; Critério método de produção.

Após a elaboração dos roteiros, foram agendadas as entrevistas. No momento da entrevista com o entrevistado da pesquisa, foi informado sobre o conteúdo desta e colhida a assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), visando a garantia dos princípios éticos para a realização da pesquisa. A descrição completa da pesquisa de campo dar-se-á no capítulo 3.

Os dados coletados foram categorizados para análise e interpretação. Utilizou-se a análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). Essa proposta caracteriza-se como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, com o objetivo de obter, por métodos sistemáticos, os objetivos de descrições do conteúdo das mensagens indicadores que possibilitem a conclusão de conhecimentos a respeito de condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas informações (Bardin, 2011).

A categorização é uma ação de classificação de elementos característicos de um conjunto por diferenciação e, após, por reagrupamento conforme o gênero (analogia), a partir de critérios anteriormente determinados. Esse método possui duas etapas: a primeira é o inventário, que consiste em isolar o elemento, depois a classificação, na qual compreende dividir os elementos e, assim, procurar ou atribuir certa organização às mensagens (Bardin, 2011).

Dessa forma, a interpretação dos dados apresentou-se por meio da fundamentação teórica, visando a construção de uma relação teórica, por meio da

revisão da literatura e análise das informações alcançadas com a coleta de dados, com a finalidade de comparar e fundamentar os resultados obtidos na pesquisa.

O desenvolvimento da dissertação está dividido em três etapas: inicialmente, apresentam-se conceitos necessários para a compreensão de toda a pesquisa relacionados ao desenvolvimento e a relação com as IGs. Como preliminar ao estudo, faz-se uma reflexão sobre o conceito de desenvolvimento, esclarecendo a sua evolução. Em seguida, são abordadas as diferenças entre Desenvolvimento Territorial, Desenvolvimento Endógeno, Desenvolvimento Regional e Local, analisando-se esses conceitos. A seguir, as IGs são abordadas como meio de proteção dos produtos e dos serviços de uma determinada região, assim como a trajetória das IGs e Vitivinicultura no Rio Grande do Sul.

Em um segundo momento, descreve-se o cenário da pesquisa, a caracterização do distrito de Boa Esperança/RS, delimitando o espaço analisado. O capítulo contém os dados da realidade investigada e a discussão dos resultados, organizados em 10 seções a partir dos critérios de possibilidade de uma IP ou DO: Notoriedade, Valor agregado, Geração de emprego e renda, Governança, Modo de produção e refletindo os Desafios e perspectivas. E, por fim, foram apresentados os resultados obtidos por meio da pesquisa de campo, por meio da percepção dos produtores e demais atores ou entidades da sociedade civil.

2 O DESENVOLVIMENTO E A SUA RELAÇÃO COM AS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS

Neste capítulo, apresenta-se uma estrutura teórica para a análise das IGs no contexto do desenvolvimento regional. Inicialmente, como um passo preliminar para a análise, realizou-se uma reflexão sobre o conceito de desenvolvimento, explorando as principais teorias existentes. Em seguida, discutiu-se a distinção entre desenvolvimento regional e local, analisando conceitos cruciais. Por fim, abordaram-se a questão da Propriedade Industrial e as IGs, passando a avaliar a relevância dessa relação para o Desenvolvimento Regional.

2.1 Aspectos do conceito de Desenvolvimento

É importante observar que, nos últimos 50 anos, o conceito de desenvolvimento tem sido enriquecido por uma variedade de adjetivos, transcendendo a perspectiva estritamente econômica para abranger o aspecto humano, social e sustentável. Dessa forma, a partir da década de 1970, o desenvolvimento voltou a ocupar um papel relevante na academia, nas políticas públicas e na mídia (Siedenberg, 2010). Contudo, dificilmente haverá um consenso em relação à definição da palavra desenvolvimento. Diante disso, Siedenberg (2010, p. 160) afirma que o conceito de desenvolvimento já passou por diversas modificações e que a “[...] a capacidade de transformação e de adaptação aos diferentes enfoques é uma de suas principais características”.

Antes de aprofundar o assunto, é fundamental refletir sobre os conceitos introdutórios, sendo o primeiro deles o significado de desenvolvimento. Riedl (2017) o descreve como o conceito de maior difusão e utilização em todos os setores de atividades. O autor ainda observa que, atualmente, os países são classificados em uma ordem hierárquica com base no volume do Produto Interno Bruto (PIB) e na renda per capita. E conclui que

Nessa concepção, desenvolvimento é praticamente sinônimo de crescimento econômico. Com essa operacionalização, quanto maior a renda per capita da população, maior o nível de desenvolvimento. Esse indicador de desenvolvimento comprovou sua limitação e inadequação, especialmente por não levar em conta o perfil de distribuição dessa renda na população (Riedl, 2021, p. 204).

É importante destacar que o conceito de desenvolvimento não deve ser confundido com o de crescimento econômico, pois são conceitos diferentes que possuem uma relação entre si. Segundo Paiva (2017), o crescimento econômico é uma parte fundamental do processo mais amplo do desenvolvimento, que é geralmente medido pelo aumento da renda e/ou do valor agregado bruto de uma organização, indivíduo ou nação. Assim,

A diferença fundamental encontra-se no fato de que o crescimento do produto e da renda resulta de um determinado padrão de produção e de inserção na divisão do trabalho. Enquanto o desenvolvimento é a canalização consciente e planejada do produto e da renda, acrescidos para a alteração dos padrões de produção com vistas à conquista de novos e superiores graus de liberdade/autonomia/soberania por parte de agentes, organizações e territórios na definição de suas inserções futuras na divisão do trabalho global (Paiva, 2017, p. 113).

É possível observar que o conceito de desenvolvimento contemporâneo está frequentemente relacionado à noção de liberdade e qualidade de vida, o que implica em uma distribuição equitativa e acesso aos recursos disponíveis, seja de natureza econômica, cultural, ambiental ou de qualquer outra.

A polêmica em torno do conceito de desenvolvimento centra-se na distinção entre crescimento e desenvolvimento. Para muitos autores, o crescimento econômico diz respeito à expansão da população e do produto interno, enquanto o desenvolvimento está associado à melhoria do padrão de vida da sociedade. É crucial observar que, em condições normais, o aprimoramento do nível de vida da população só é viável mediante o aumento do nível de renda da sociedade. Ao passo que outra alternativa seria a redistribuição da renda, o que implicaria na diminuição absoluta da renda dos estratos mais abastados. Ademais, se o aumento da renda não superar o crescimento demográfico, toda a sociedade estará em processo de empobrecimento e não seria apropriado falar em desenvolvimento (Clemente, 2000).

Para realizar uma análise abrangente do desenvolvimento, é essencial considerar diversos aspectos, destacando-se entre eles os econômicos, sociais, políticos e culturais. Os aspectos econômicos e sociais são frequentemente tratados em conjunto, devido à dificuldade em separá-los de forma satisfatória e podem ser analisados como representativos do nível de vida da população. Essa análise envolve elementos como renda, emprego, saúde, educação, alimentação, segurança, lazer, moradia e transporte. Vale ressaltar, no entanto, que, ao se examinar a renda *per*

capita juntamente com a distribuição da renda, é possível inferir o comportamento de praticamente todos os outros indicadores de qualidade de vida (Clemente, 2000).

Contudo, Sen (2010) esclarece que o desenvolvimento econômico engloba diversas dimensões, incluindo a segurança econômica. Com frequência, a insegurança econômica está ligada à ausência de direitos e liberdades democráticas. Na realidade, o funcionamento eficaz da democracia e o respeito pelos direitos políticos podem, inclusive, prevenir o aumento da fome e outros desastres econômicos.

Nessa perspectiva, Sen (2010) enfatiza que o desenvolvimento econômico deve estar acompanhado do desenvolvimento humano, ao qual denomina, em sua teoria, de liberdade. E apesar de o crescimento econômico ser uma condição necessária para o desenvolvimento, ele não se mostra como um elemento suficiente por si só.

O autor defende que a maior contribuição do desenvolvimento de um país está ligada às oportunidades que ele oferece à população de fazer escolhas e exercer sua cidadania. Essas oportunidades incluem não apenas aspectos básicos como saúde e educação, mas também questões mais amplas, como segurança social, liberdade política, moradia adequada e acesso à cultura.

Sachs (1997), por sua vez, corrobora afirmando que o desenvolvimento é um conceito abrangente diferente de crescimento econômico, ainda considerado uma condição necessária, mas de forma alguma insuficiente, incluindo as dimensões éticas, políticas, sociais, ecológicas, econômicas, culturais e territoriais, todas esferas estão intrinsecamente interligadas, formando um todo.

Da mesma forma, o desenvolvimento, para Sen (2010), pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Para ele, as rendas individuais são imprescindíveis como um meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros fatores, como as disposições sociais e econômicas e os direitos civis.

Por isso, a ausência de liberdades substantivas, que incluem direitos básicos como alimentação, moradia, acesso à saúde e saneamento básico, está intimamente ligada à pobreza econômica. Essas condições privam as pessoas de uma vida digna e saudável, limitando drasticamente suas capacidades e oportunidades. A pobreza econômica pode criar um ciclo de privação, em que as pessoas não têm recursos suficientes para atender às suas necessidades básicas. Isso não apenas afeta a

qualidade de vida, mas também restringe severamente suas liberdades e capacidades de escolha. Sem acesso à comida adequada, moradia decente, cuidados de saúde e outros recursos essenciais, as pessoas têm dificuldade em exercer sua liberdade plena e desfrutar de uma vida com dignidade (Sen, 2010).

Sobre esse aspecto, pode-se considerar que o desenvolvimento ocorre quando os benefícios do crescimento ajudam na ampliação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser ou fazer na vida. São quatro os mais elementares: ter uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno e ser capaz de participar da vida da comunidade. Na ausência desses quatro pilares, todas as outras opções possíveis permanecem inacessíveis, delineando a base essencial para um desenvolvimento (Veiga; Coimbra, 2006).

Furtado (2002), um grande estudioso do desenvolvimento brasileiro, no início do século já defendia que, no Brasil, não houve desenvolvimento e sim modernização, pois o desenvolvimento verdadeiro só existe quando a população em seu conjunto é beneficiada. O país é marcado por profundas desigualdades sociais superpostas a desigualdades regionais de níveis de desenvolvimento, conseqüentemente vulnerável em um mundo dominado por empresas transnacionais que lucram com as desigualdades.

A partir do que foi apresentado até aqui, é possível pressupor que o desenvolvimento, em sua essência, não se limita a meros indicadores econômicos, mas abrange, também, aspectos sociais, culturais, políticos e ambientais. Conforme a delimitação do trabalho, é fundamental compreender as dinâmicas do desenvolvimento regional, que são conceitos intrinsecamente relacionados.

2.2 Desenvolvimento Regional e suas Nuances

Quando se trata de desenvolvimento é fundamental observar que ele não ocorre de maneira uniforme, pois depende de diferentes fatores que impulsionam uma região em detrimento de outras, decorrentes de atributos peculiares que se convertem em vantagens. Segundo Sousa (2009, p. 118):

Algumas regiões crescem mais do que outras por dinâmismos diferentes, sejam locais ou regionais. Fatores de produção deslocam-se para as regiões de mais rápido crescimento, configurando-lhes vantagens adicionais. Segue uma tendência à concentração do crescimento no espaço, o que agrava os desequilíbrios regionais.

Como se percebe, cada país, região ou localidade conta com processos e dinâmica econômica específicos. Diante dessa perspectiva, avaliar o desenvolvimento de cada território significa considerar a necessidade em verificar o “potencial de uma região” a ser refletido tal qual a habilidade dessa em dar início e sustentação a processos de autonomia material e bem-estar crescentes dos agentes produtivos locais e de seus dependentes, com base na mobilização do maior volume possível de recursos produtivos disponíveis internamente (Paiva, 2004).

Ou seja, para Paiva (2004, p. 16), o “[...] ‘potencial regional’ é, inicialmente, a capacidade de crescimento sustentável (nos planos econômico, social e ambiental) a produção e da renda apropriada internamente”. Dessa forma, esse potencial refere-se às características, recursos e oportunidades que uma determinada região possui e que podem ser aproveitados para o seu desenvolvimento econômico, social e cultural. Cada região possui seu próprio potencial, que pode variar de acordo com a localização geográfica, os recursos naturais disponíveis, a infraestrutura, a educação e a cultura local.

Diante disso, Boisier (2001, p. 7) compreende o desenvolvimento regional como:

[...] un proceso de cambio estructural localizado (em un ámbito territorial denominado ‘región’) que se asocia a um permanente proceso de progreso de la propia región, de la comunidad o sociedad que habita en ella y de cada individuo miembro de tala comunidad y habitante de tal territorio.

Nesse contexto, o desenvolvimento regional engloba três dimensões: espacial, social e individual. A dimensão espacial diz respeito à transformação do território regional como resultado da interação e apropriação do espaço geográfico pelos agentes sociais. A dimensão social compreende o fortalecimento da sociedade civil e sua identificação com a região. Por fim, a dimensão individual refere-se à eliminação de todas as barreiras que possam obstruir o pleno desenvolvimento de um indivíduo enquanto membro da comunidade e habitante da região em sua busca pela realização como ser humano (Boisier, 2001).

Por essa razão, a importância da questão regional não está ligada apenas à realidade concreta que mostra uma nova força das singularidades, um revigorar dos regionalismos e das desigualdades espaciais. A mídia também contribui para uma revalorização do “regional”, embora sua interpretação seja variada. Para alguns, uma nova valorização do regional surge dentro do contexto da globalização dos mercados e das comunicações, em que o regional é visto como uma revalorização do singular, da diferença. Para outros, a nova “regionalização” é considerada um contraponto à globalização, por meio da formação de grandes blocos comerciais, como se os mercados comuns não estivessem cada vez mais integrados aos circuitos globais da economia capitalista, afirma Haesbaert (1999).

Além das concepções acerca do desenvolvimento regional, há também discussões em torno do desenvolvimento local. Assim, Buarque (1999, p. 9) trata o desenvolvimento local como “[...] um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população”.

Já Büttenbender (2021, p. 224) define o desenvolvimento local como “[...] o processo que pressupõe uma transformação consciente da realidade local através do qual se promove o desenvolvimento endógeno em um determinado espaço geográfico pequeno”. Mas, também, que é “[...] territorialmente definido e que representa uma identidade cultural comum, através do qual ocorrem os processos de organização, participação e relações sociais”. Para Caldas (2003, p.26), o “local não é sinônimo de pequeno e não se refere necessariamente à diminuição ou redução, podendo ser tomado como unidade local um município ou uma região compreendendo vários municípios ou parte desses”.

Visando esclarecer as diferenças entre local e regional, Boisier (2001) destaca que a diferenciação dos conceitos consiste em uma questão escalar, ou seja, um é escala territorial e o outro é escala funcional. Para o autor “*Trata-se de una escala territorial en la cual en distintos segmentos de ella se ubican tanto lo local como lo regional, aunque no hay ninguna regla matemática que marque el limite [...]*” (Boisier, 2001, p. 11).

No que se refere à escala funcional, torna-se evidente a distinção entre funções. Por exemplo, a promoção do emprego pode ser uma política de cunho local, enquanto a pesquisa e desenvolvimento, dadas as suas características mais abrangentes, tendem a ter um escopo regional. A segunda questão diz respeito às

relações estabelecidas. No âmbito local, estas se mostram mais próximas, envolvendo atores individuais. Por outro lado, no âmbito regional, as relações tendem a ser mais corporativas, envolvendo instituições.

Já Barquero (2002) tem uma interpretação de um ponto de vista um pouco diferente. Para ele, como um novo paradigma, o desenvolvimento endógeno busca valorizar as iniciativas locais, definindo-as como dinâmicas do processo de desenvolvimento, pois surgem de maneira espontânea, de acordo com as necessidades e aspirações das próprias comunidades. Desenvolver localmente só é possível quando se pensa em aproveitar e fomentar a participação dos grupos em suas formas próprias de organização, principalmente no que elas trazem de positivo e de eficaz a uma perspectiva mais ampla de desenvolvimento (Barquero, 2002).

Nesse aspecto, a principal contribuição da teoria endogenista seria verificar como instituições e fatores de produção, como capital social, capital humano e capital imaterial (conhecimento, pesquisa e desenvolvimento e informação) poderiam ser gerenciados de dentro da região e não mais “a partir de fora”, como proposto nas décadas de 1960 e 1970 (Barquero, 2002). Assim, cada região beneficiada com essas condições ou estrategicamente direcionada para desenvolvê-las internamente teriam maior potencial de dinamização.

A partir dessa questão, a análise sobre o desenvolvimento endógeno está relacionada com compreensão do papel do capital social, como elemento essencial para o desenvolvimento. A construção de redes sociais e a consequente aquisição de capital social estão condicionadas por fatores culturais, políticos e sociais (Marteleto; Silva, 2004). O surgimento do conceito de “capital social” é apresentado pelo autor Robert Putnam (2006), que afirma que “os estoques de capital social, como confiança, normas e sistemas de participação tendem a ser cumulativos e a reforçar-se mutuamente” (Putnam, 2006, p. 186). Nessa perspectiva, um desenvolvimento efetivo resultaria de altos índices de cooperação, confiança e reciprocidade, construídos a partir da capacidade da sociedade em se organizar visando ao bem-estar coletivo.

Putnam (2006, p. 177) afirma que “a cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica”. Em síntese, pode-se dizer que ambientes onde as pessoas confiam umas nas outras e estão engajadas na vida cívica, é mais provável que cooperem voluntariamente para alcançar objetivos comuns. Mas é necessário pontuar que as tradições cívicas, o capital social e práticas

colaborativas, por si só, não desencadeiam o desenvolvimento. Elas são a base para as regiões enfrentarem e se adaptarem aos desafios e oportunidades da realidade presente e futura (Souza Filho, 2002).

A partir desse entendimento, Paiva (2004, p.11) corrobora que um dos principais desafios “[...] para a construção de políticas de desenvolvimento regional sustentável se encontra na identificação do potencial de uma região” e que, para além disso, é preciso que aconteça uma “consciência de interesses comuns”, como a relação em rede, que fica perceptível quando for identificado aspectos em comum entre eles (Paiva, 2013, p.152).

Ao identificar e aproveitar esses recursos e oportunidades, é possível desenvolver projetos e políticas que promovam o crescimento econômico e social da região, gerando emprego e renda para a população local. É importante, no entanto, que esses esforços de desenvolvimento sejam realizados de forma sustentável, preservando os recursos naturais e culturais da região para as gerações futuras.

Pecqueur (2005) destaca que, desde o século passado, já se falava em “desenvolvimento local”, mas desde os primeiros anos deste século esse termo vem sendo substituído pelo termo “desenvolvimento territorial”, pois o desenvolvimento não se resume mais apenas à dimensão local, já que o local tem sido interpretado apenas como oposição ao global. Nesse contexto, o desenvolvimento territorial caracteriza-se como um sistema de mobilização dos atores em torno da elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na origem de uma identificação coletiva de uma cultura e de um território.

A partir desse contexto histórico e das tradições, ampliam-se as possibilidades de constituição socioculturais que acrescentam fatores particulares, a partir das relações, linguagens e de valores estruturados em torno de uma moral, fundamentos étnicos, sentido de participação e identidade (Maia; Filippi; Riedl, 2009). Assim, a perspectiva territorial propõe-se a revalorizar esses elementos, atribuindo-lhes um espaço adequado e incluindo-os nas políticas de desenvolvimento rural, fortalecendo e preservando a cultura e a sociedade e preservando o meio ambiente territorial.

Os desafios desses territórios estão em promover mecanismos para diminuir o êxodo rural, que, em muitos casos, é reflexo das dificuldades econômicas, diante da falência econômica das pequenas propriedades familiares. Com o êxodo, acaba ocorrendo um esvaziamento das áreas rurais e a desvalorização da produção

tradicional, transformando essas áreas em "periferias urbanas" (Heidtmann Junior; Loch, 2014).

Em relação a isso, Benko e Pecqueur (2001, p. 1) afirmavam que “[...] os territórios oferecem recursos específicos, intransferíveis e incomparáveis, nos mercados. Esses recursos específicos diversificam os espaços e estabilizam as localizações das atividades econômicas”. Porém, segundo eles, é fundamental que a constituição e a gestão dos recursos do território sejam realizadas pela política e pelos atores locais. A oferta de bens de consumo e de serviços de qualidade pode ser um objetivo estratégico na elaboração das políticas públicas de desenvolvimento territorial-local.

O desafio concerne em pensar ações de desenvolvimento territorial do ponto de vista da singularidade, associando inovação, viabilidade econômica, equilíbrio e conservação socioambiental. Essas são as condições essenciais para avaliar adequadamente uma estratégia de desenvolvimento territorial integrada (Dallabrida *et al.*, 2014). Assim, o mundo global torna-se um conjunto composto de pluralidade de regiões e localidades, que não são, necessariamente, semelhantes. Ao contrário das previsões mais sombrias, os territórios, com suas qualidades específicas, não se tornam insignificantes perante os fluxos econômicos da globalização (Benko; Pecqueur, 2001).

A dificuldade de identificar ferramentas eficazes para fomentar o desenvolvimento regional e local é uma preocupação central em diversas regiões. Cada região é única, e as ferramentas e estratégias escolhidas podem variar dependendo do contexto e dos recursos disponíveis. Como forma de apresentar essas potencialidades, serão estudadas a seguir, o instituto das IGs.

2.3 As Indicações Geográficas como meio de proteção dos bens e serviços de uma região

O direito internacional passou por importantes transformações após a Segunda Guerra Mundial, que refletiram nos direitos de propriedade intelectual. A Carta das Nações Unidas trouxe questões relevantes e inovadoras em relação à cooperação econômica e social dos Estados-Membros (Basso, 2000).

Com o advento da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED/UNCTAD, 1964) e da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI, 1966), as soluções do passado tornaram-se desatualizadas. Era necessário criar uma organização que desenvolvesse um sistema internacional equilibrado e eficaz que tratasse, exclusivamente, da propriedade intelectual, visando instituir procedimentos adequados de proteção e redução das diferenças crescentes entre os países em desenvolvimento e os industrializados (Basso, 2000).

Em virtude da necessidade de regular o comércio internacional e os interesses econômicos internacionais, a Convenção de Estocolmo complementou as atividades das Uniões da Convenção de Paris. Dessa forma, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) foi criada no âmbito da Organização das Nações Unidas, ou simplesmente Nações Unidas (ONU), como uma de suas agências designadas para tratar das questões que envolvem a propriedade intelectual (Carvalho, 2008).

A Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), em 1967, constituiu-se como órgão autônomo que corresponde ao sistema das Nações Unidas, incluindo as uniões de Paris e Berna, além de concluir um acordo com a União para a Proteção das Obtenções Vegetais e a administração de outros tratados (Barbosa, 2003).

A definição de Propriedade Intelectual, conforme a OMPI (2020, p. 2), são “as criações da mente: tudo, desde obras de arte até invenções, passando por programas de computador, marcas e outros sinais comerciais”. A criatividade e a inventividade são essenciais, pois estimulam o crescimento econômico, gerando novos empregos e indústrias, que podem promover melhores condições de qualidade de vida.

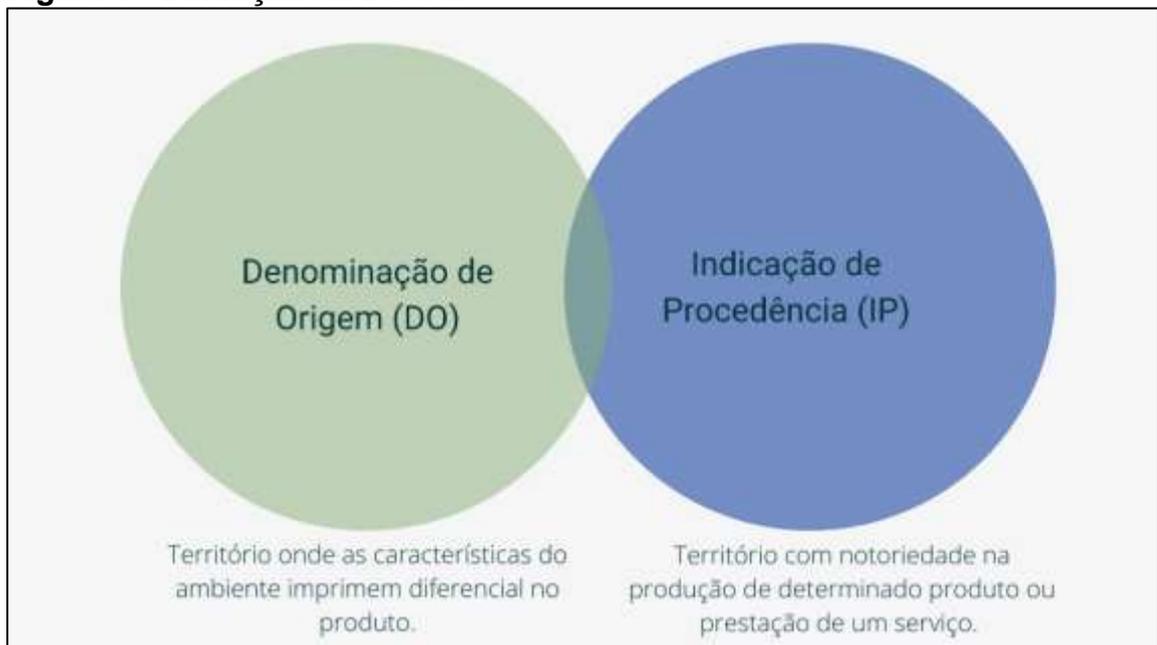
A Propriedade Intelectual possui duas principais categorias, a saber: a propriedade industrial, que engloba “patentes para invenções, desenhos industriais, marcas e indicações geográficas”, e o direito de autor e direitos conexos que incluem “obras literárias, artísticas e científicas, incluindo interpretações ou execuções e radiodifusões” (OMPI, 2020, p. 3).

A Propriedade Industrial é considerada um direito de suma importância, que busca proteger os bens e serviços, seja por meio do instituto das marcas, patentes, desenhos industriais ou até mesmo das indicações geográficas. Assim, para proteger os produtos e serviços característicos de uma determinada região, os direitos das IGs são semelhantes aos das marcas. Dessa forma, é possível aos titulares dos direitos

evitarem que ocorram violações à indicação geográfica e os direitos podem durar para sempre. Entretanto, no caso das marcas coletivas ou de certificação, podem ser exigidos registros periódicos (OMPI, 2020).

As IGs, no direito brasileiro são divididas em indicações de procedência (cor azul) e denominações de origem (cor verde), conforme a Figura 1. Em relação a Denominações de Origem (DO), existe a relação com o local (meio geográfico), que qualifica o produto, bem ou serviço, onde as qualidades ou características devam-se exclusivamente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos (Barbosa, 2009).

Figura 1 - Definição de DO e IP



Fonte: Elaborada pela autora a partir de INPI e SEBRAE (s.d.).

A IP é o nome geográfico do local que se destaca como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto, bem ou serviço. A IP representa a notoriedade do local de origem, pode-se dizer a história com o território (Barbosa, 2009).

Dessa forma, os produtos com IG possuem uma representação gráfica de DO ou de IP, informando a sua origem e permitindo que os consumidores que compram esses produtos fiquem seguros que tais produtos vêm mesmo do lugar em questão e cumprem certos padrões de qualidade. Portanto, é indispensável que aconteça o controle sobre o uso de indicações geográficas para proteger a reputação a elas associadas (OMPI, 2020).

Por meio da Lei n. 5.648, de 11 de dezembro de 1970, criou-se o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), autarquia federal, que é associado ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e possui como objetivo desempenhar e executar, no país, “as normas que regulam a propriedade industrial, tendo em vista a sua função social, econômica, jurídica e técnica, e pronunciar-se quanto à conveniência de assinatura, de ratificação e de denúncia de convenções, tratados, convênios e acordos sobre propriedade industrial” (Brasil, 1970, n.p).

Referente à estrutura organizacional da Instituição, foi organizada somente por meio do Decreto n. 8.854, de 22 de setembro de 2016. Nesse sentido, cabe à Diretoria de Marcas, Desenhos Industriais e Indicações Geográficas (DIRMA) a responsabilidade de analisar, examinar e aprovar os registros os pedidos de indicações geográficas no país (INPI, 2017).

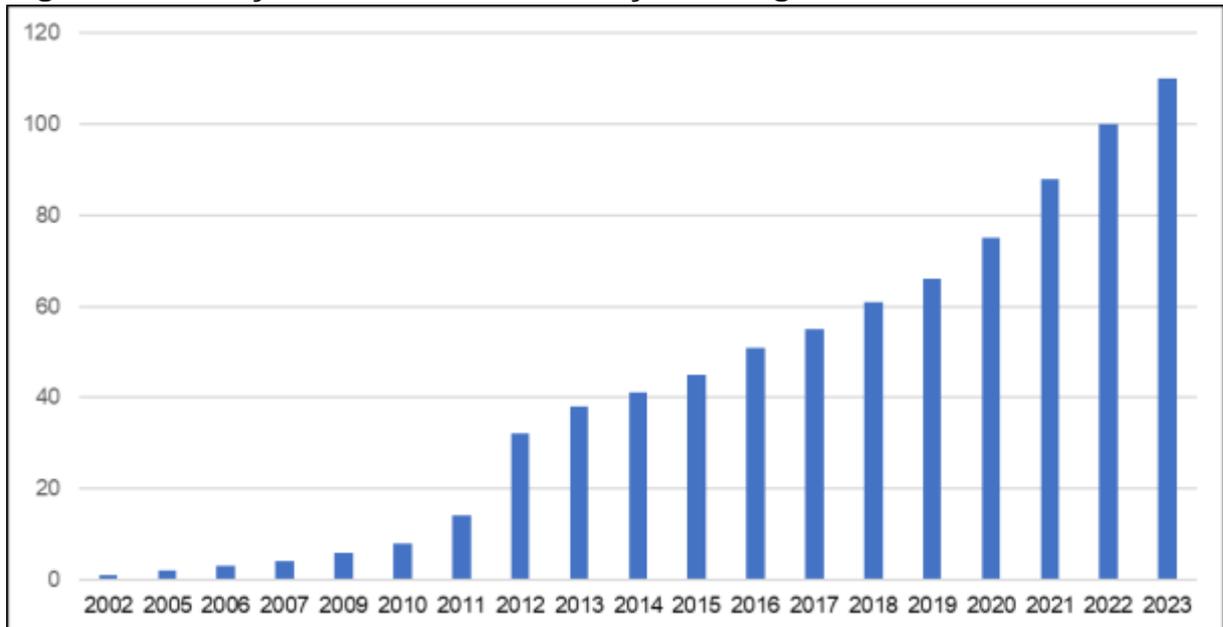
Para entrar com o processo de pedido de reconhecimento de uma IG, esse deverá ser requerido por sindicatos, associações, institutos ou qualquer outra pessoa jurídica de representatividade coletiva, com legítimo interesse e estabelecida no respectivo território, como substituto processual da coletividade que deterá o direito ao uso de tal nome geográfico. Outra questão que cabe destacar é sobre o período de vigência do Registro da IG uma vez que a legislação não determina prazo, ao contrário de outros institutos da propriedade intelectual. Todavia, entende-se que o registro permanecerá ativo enquanto persistirem os requisitos pelos quais o registro foi concedido. Caso não preencha mais as condições, esse registro de indicações geográfica será cancelado pelo INPI (Dullius, 2009).

Por isso, enfatiza-se que as potencialidades das IGs representam uma oportunidade de distinção e proteção para os produtos e serviços cujas características estão fortemente ligadas ao território de origem (Bowen, 2010; Quiñones-Ruiz, *et al.*, 2016).

O reconhecimento por meio dos atributos territoriais das comunidades, mediante as características do lugar, permite avanços além da geração de renda, mas também, proporciona a valorização de produtos e de atores, contribuindo para o desenvolvimento local e dos produtores que, em muitos casos, encontram-se à margem das dinâmicas territoriais hegemônicas (Cazella, *et al.*, 2019; Carvalho; Dias, 2012). Nesse contexto, a contribuição das IGs nos últimos anos são destacadas, assumindo o papel de políticas públicas com o intuito de desenvolver determinada região (Vieira, 2016).

O crescimento do número de registros de IGs no Brasil pode ser verificado na Figura 2. Nela, pode ser observado um crescimento expressivo desse instituto nos últimos dez anos. Em 2013, o Brasil contava com apenas 38 Indicações Geográficas, já em 2023 passou para 110.

Figura 2 - Evolução do número de Indicações Geográficas no Brasil



Fonte: Elaborada pela autora com dados do INPI (2023).

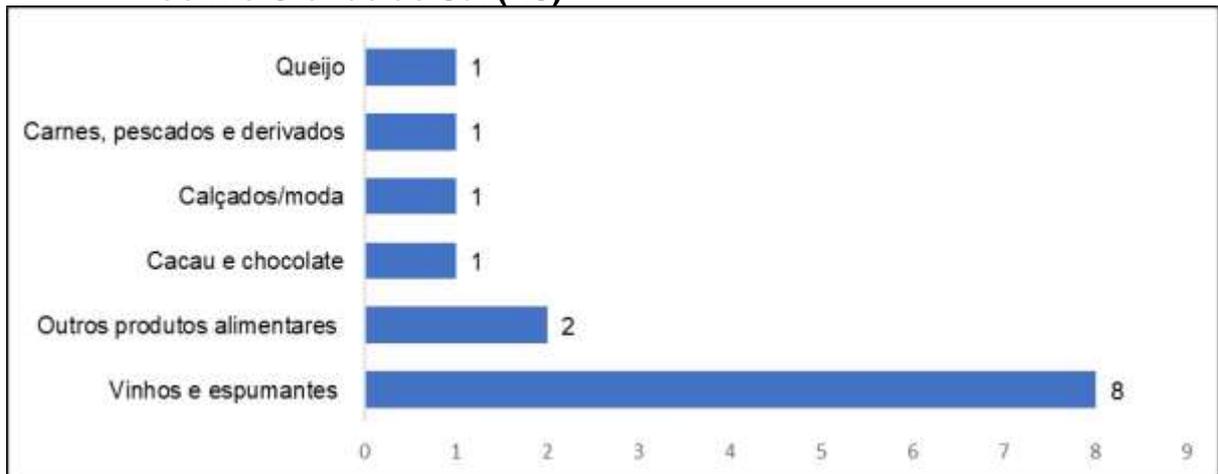
Alguns fatores podem ter contribuído para a ampliação dos números de IGs registradas no Brasil. Um deles pode estar relacionado a um maior esclarecimento, por parte dos produtores, sobre a importância da proteção e da distinção dos produtos e serviços produzidos e prestados por eles. Outro fator pode dizer respeito a políticas públicas para a difusão dos sinais distintivos coletivos e o contexto institucional estabelecido para tal fim (Aragon, 2012; Druzian, Nunes, 2012 *apud* Medeiros, Passador, 2015).

Mas, claro, essa expansão também pode ser atribuída ao envolvimento de entidades como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e as Instituições de Ensino, especialmente as Instituições de Ciência e Tecnologia, que possuem o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) (Goulart *et al.*, 2014).

Contudo, o registro de IGs no país ainda se encontra bastante concentrado. Apenas três estados, a saber: Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná, somam

quase a metade (43%) das IGs registradas (INPI, JAN/2024). Na Figura 3,3 é possível observar os registros de IGs por setores no estado do Rio Grande do Sul até o ano de 2024. Verifica-se que o setor com maior número IGs no estado do RS é o de vinhos e espumantes (Figura 3).

Figura 3 - Produtos e número de registros de Indicações Geográficas no estado do Rio Grande do Sul (RS).



Fonte: Elaborada pela autora com dados do INPI (2024).

Conforme dados do INPI (2024), são 14 IGs registradas até março de 2024 no estado do RS, sendo 4 DO e 10 IP. No Quadro 1, estão relacionados as regiões e os respectivos tipos de produtos com registros de Indicações Geográficas (IGs) no Rio Grande do Sul (RS).

Esse panorama também se reflete quando se analisam os registros nos demais estados da federação. De acordo com INPI (2024), o Brasil conta com 10 territórios reconhecidos pela notoriedade na fabricação do vinho. Desse total, 6 ficam no Rio Grande do Sul e os demais em Bituruna (PR), Vinhos de Altitude (SC), Vale da Uva Goethe (SC) e Vale do São Francisco (PE e BA).

Quadro 1 - Regiões e produtos com registros de Indicações Geográficas no Rio Grande do Sul (RS).

Região	Produtos com IGs
Altos Montes	Vinhos e espumantes
Campanha Gaúcha	Vinhos
Campos de Cima da Serra	Queijo Artesanal
Farroupilha	Vinhos
Gramado	Chocolate artesanal

(continua)

(conclusão)

Região	Produtos com IGs
Litoral Norte Gaúcho	Arroz
Monte Belo do Sul	Vinhos e espumantes
Pampa Gaúcho da Campanha Meridional	Carne Bovina e derivados
Pelotas	Doces tradicionais
Pinto Bandeira	Vinhos e espumantes
Planalto Sul-Brasileiro	Mel de Melato da Bracatinga
Vale dos Sinos	Couro acabado
Vale dos Vinhedos	Vinhos e espumantes

Fonte: Elaborado pela autora com dados do INPI (2024).

Analisando esses dados, pode-se atribuir o número elevado de registro de IG no setor de vinhos e espumantes à herança cultural europeia, trazida pelos imigrantes. Ainda, outro fator de crescimento nesse setor poderia ser atribuído a forte atuação de atores como a Embrapa e algumas universidades, que fomentam as pesquisas e os estudos sobre as indicações geográficas (Medeiros, Passador, 2015).

Cabe destacar que a primeira IG no Brasil é de vinhos finos e foi aprovada em 2002 no Vale dos Vinhedos, no Rio Grande do Sul, a partir do trabalho da Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos (Aprovale), fundada em 1995. Siedenberg, Thaines e Baggio (2017), em suas pesquisas, argumentam que a IG desses produtos do Vale dos Vinhedos desencadeou múltiplos processos de desenvolvimento socioeconômico na região, incentivando os produtores a investirem em seus negócios, promovendo melhores condições de vida para a população local, estimulando as famílias a permanecerem em áreas rurais.

Constata-se que as IGs podem estimular ações em prol da valorização de produtos com vínculo significativo com o território, sendo o principal ativo sobre o qual as IGs são construídas (Medeiros; Passador, 2021). Esse reconhecimento expande o progresso e o apoio aos processos, como também o apoio aos processos locais para desenvolvimento regional, principalmente no meio rural.

A partir do debate sobre o que são as IGs, fica claro o crescimento desses registros no Brasil e que eles podem ser considerados um meio de proteção e desenvolvimento para as regiões objetos desses reconhecimentos.

2.4 As Indicações Geográficas e a sua relação com o Desenvolvimento Regional

Uma abordagem sobre os aspectos territoriais é de suma relevância para se discutir as IGs e o desenvolvimento regional, uma vez que constituem um mecanismo de proteção de produtos e serviços regionais que podem contribuir para o desenvolvimento econômico e social das regiões onde estão inseridas.

O registro de uma IG é caracterizado pela associação de adjetivos que se relacionam à origem do produto (tradicional, local, *terroir*, único) e à organização da produção (qualidade superior, rastreável, segura) (Medeiros; Passador, 2021). A partir dessa certificação, as IGs podem estimular benefícios em diversas dimensões do desenvolvimento territorial, tais como agregação de valor ao produto, aumento da renda do produtor, expansão e acesso a novos mercados, preservação da biodiversidade, da cultura e dos recursos genéticos locais, bem como a preservação do meio ambiente.

Por meio do contexto histórico e das tradições, ampliam-se as possibilidades de constituir culturas que acrescentam fatores particulares a partir das relações, linguagens e de valores estruturados em torno de uma moral, de fundamentos étnicos, de sentido de participação e identidade. A perspectiva territorial propõe revalorizar esses elementos, atribuindo-lhes espaço adequado e incluindo-os às políticas de desenvolvimento rural, protegendo, fortalecendo e preservando as culturas rurais (Maia; Filippi; Riedl, 2009).

Nesse aspecto, já há meios de uma ocupação harmoniosa do espaço cultural produtivo, unindo o reconhecimento de um produto tradicional às características culturais e históricas, aliadas com a preservação da biodiversidade e o desenvolvimento rural, como mecanismos de competitividade e diferenciação para os produtores rurais que competem com grandes sistemas produtivos (Vieira *et al.*, 2016). Assim, de fato, as IGs podem ser consideradas como estratégia de ação territorial. Vitrolles (2007) afirma que as interligações do produto reconhecido com outras atividades econômicas na região, como a gastronomia e o turismo, bem como o potencial de exportação do produto para fora do território e, conseqüentemente, sua contribuição para o reconhecimento e atratividade da região em geral correspondem a indicadores que podem promover o processo de desenvolvimento para o território em questão.

No entanto, é necessário dizer que as IGs também enfrentam barreiras, conforme são apresentadas por Dallabrida, Baukart e Guinzani (2020, p. 209):

(i) baixo reconhecimento e notoriedade quanto à especificidade do produto de IG, tanto nacional como internacionalmente, indicando a necessidade de ações de divulgação; (ii) baixa capacidade dos atores envolvidos na experiência para estabelecer relações de cooperação e integração entre os atores do mesmo elo e entre os diferentes elos da cadeia produtiva; (iii) a percepção sobre a baixa homogeneidade entre as empresas do setor produtivo analisado, o que caracteriza concentração econômica e distribuição desigual do poder de decisão; (iv) percepção sobre a baixa valorização dos recursos territoriais e dificuldades no compartilhamento de conhecimentos técnicos ou produtivos e com o objetivo de ampliar a variedade de produtos oferecidos ao mercado, entre os atores envolvidos na experiência.

Entre os fatores mencionados pelos autores, a falta de cooperação e o poder decisório em mãos de poucos atores podem comprometer as ações que buscam viabilizar o desenvolvimento do território e, em consequência, o reconhecimento de uma IG. Notavelmente, eles acreditam que a implementação da IG, por si só, não desenvolve o território e não é fator determinante no reconhecimento dos atores locais. Por isso, é fundamental a atuação e a participação permanente da comunidade de produtores e do poder público, objetivando a articulação com outras políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento territorial que buscam potencializar as iniciativas e ações (Aguiar *et al.*, 2021).

Contudo, a missão de formular um capital social em um ambiente marcado por conflitos, falta de cooperação, barreiras à inovação e à coesão social pode comprometer os objetivos da IG. Anjos *et al.* (2014) entendem que as IGs perpassam por um longo caminho de construção social, buscando a qualidade e a consolidação de sua identidade.

Sem dúvida, não é possível partir da premissa que pensar em planejar o desenvolvimento de uma sociedade local é homogênea e que os interesses de todos são ao mesmo tempo representados por qualquer um de seus integrantes. Os atores sociais possuem interesses diferentes, distintos e até opostos, que são apresentados dentro de um espaço de negociação no qual é possível negociar e conciliar interesses, bem como estabelecer prioridades para a comunidade, o município e a região (Guanziroli, 2012).

Contudo, essas prioridades precisam estar além do crescimento econômico, devendo coadunar com o desenvolvimento em seu sentido amplo, ou seja, na perspectiva de Amartya Sen, melhorando, dessa forma, a qualidade de vida das pessoas, especialmente aquelas que, muitas vezes, são excluídas e marginalizadas. Somente assim é possível promover o desenvolvimento com mais igualdade e compartilhar o crescimento econômico a partir da geração de oportunidades de trabalho, melhores condições de estudo e do acesso às tecnologias e às inovações que criam oportunidades de vida para as famílias (Silva, 2018).

A partir dessas considerações, foi possível analisar os impactos positivos e negativos das IGs no desenvolvimento regional. A proteção legal e o reconhecimento não apenas envolvem a autenticidade e a qualidade dos produtos locais, mas também atuam impulsionando o desenvolvimento socioeconômico das regiões. Ao destacar as características de um determinado território, promove-se a valorização dos recursos locais e fomentam a identidade cultural, fortalecendo assim as relações entre os produtores e as comunidades locais.

Além disso, as IGs podem servir como ferramentas para promover o turismo, atrair investimentos e criar oportunidades de emprego nas principalmente nas áreas rurais. O reconhecimento de uma IG não apenas aumenta a visibilidade dos produtos regionais no mercado nacional e internacional, mas também contribui para a diversificação econômica e a sustentabilidade ambiental das regiões produtoras.

Dando continuidade ao tema, o próximo subcapítulo concentrar-se-á na vitivinicultura, uma atividade de grande relevância econômica e cultural no estado do Rio Grande do Sul (RS). A produção de vinho não só reflete a diversidade de *terroirs*² e tradições locais, mas também gerou soluções para o desenvolvimento econômico, a permanência dos produtores nesses territórios e o fortalecimento da identidade regional.

² *Terroir*: interação entre o meio natural e os fatores humanos. E esse é um dos aspectos essenciais do terroir, de não abranger somente aspectos do meio natural (clima, solo, relevo), mas também, de forma simultânea, os fatores humanos da produção - incluindo a escolha das variedades, aspectos agrônômicos e aspectos de elaboração dos produtos. Na verdade, o terroir é revelado, no vinho, pelo homem, pelo saber-fazer local (Tonietto, 2007).

2.5 As Indicações Geográficas e a Vitivinicultura no Rio Grande do Sul

A vitivinicultura está presente em várias partes do mundo como um elemento importante da cultura e do modo como as pessoas organizam o espaço. É um fenômeno não só para a economia, mas também de tradição e identidade desde a antiguidade até a atualidade (Manfio, 2019).

Até o início do século XX, no Rio Grande do Sul, o vinho era produzido com o objetivo de atender ao consumo próprio das famílias, utilizando-se, para tanto, variedades rústicas de uva. Nesse período, os produtores de uvas do Vale dos Vinhedos costumavam negociar sua safra com grandes vinícolas ou cooperativas locais, reservando uma pequena parcela para a produção de vinho destinado ao consumo familiar. No entanto, diante da crise na comercialização de vinhos e da queda nos preços das uvas, os viticultores optaram por estabelecer suas próprias cantinas, onde pudessem produzir seu próprio vinho e comercializá-lo diretamente aos consumidores (Tonini; Macke, 2007).

No entanto, a partir das décadas de 1970 e 1980, a vitivinicultura ingressa em outra etapa com o aporte de capital internacional e a busca de aperfeiçoamento nos sistemas de produção, processo esse impulsionado pela ampliação do mercado interno cada vez mais aberto ao consumo de vinhos de melhor qualidade. Nessa época, o Brasil adotou uma política de incremento da qualidade, centrada nos chamados vinhos varietais (Anjos *et al.* 2014). Entretanto, como afirma Tonietto (2006, p. 156), “são vinhos cujo elemento destaque não é a região produtora, mas a variedade da uva usada em sua elaboração”.

O período seguinte coincide com muitas mudanças, entre as quais incluem a criação do Mercosul e os efeitos que geram no setor vitivinícola nacional em razão do ingresso dos vinhos do Chile e da Argentina, que entram no Brasil sob condições tarifárias favoráveis, as quais promovem uma forte concorrência com o produto nacional.

No interesse de adquirir uma identificação para o vinho produzido na região do Vale dos Vinhedos, a Embrapa Uva e Vinho de Bento Gonçalves (Centro Nacional de Pesquisa de Uva e Vinho) iniciou, na década de 1980, uma pesquisa para avaliar o potencial da região vitivinícola da serra gaúcha quanto ao fato de produzir um vinho de qualidade superior associado ao *terroir* (Tonini; Macke, 2007).

Um avanço significativo foi a formação das associações de produtores de uvas e vinhos. Em 1995, a Associação de Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos (APROVALE) foi estabelecida para cumprir os requisitos legais, visando a obtenção da IG para os vinhos da região (APROVALE, s.d.). Seis vinícolas uniram forças e deram início ao processo de pesquisa e ajustes necessários para garantir o selo de indicação geográfica (APROVALE, s.d.). É justamente a partir dessas questões que se deve entender não somente a criação (Aprovale), mas um conjunto de iniciativas centradas com o objetivo de demonstrar o efeito *terroir* do vinho produzido no Vale dos Vinhedos (Anjos *et al.* 2014).

Para esclarecer essa trajetória, Tonietto (2003) propõe uma análise da evolução da vitivinicultura no Brasil, dividindo-a em quatro fases ou períodos históricos: o primeiro de implantação da vitivinicultura na Serra Gaúcha, no período do século XIX até 1920; o segundo data de 1930 a 1960, quando ocorreu a diversificação dos produtos vitícolas e melhoria dos vinhos; enquanto o terceiro período é de 1970 a 1990 e está marcado pelo cultivo de videiras *vitis viníferas* e produção de vinhos finos; e, por último, após 2000 até hoje é o período de certificações e identidade dos vinhos.

Tonietto (2006) afirma que, a partir desses estudos, foi possível buscar uma produção de vinhos que valorizasse os conceitos das IGs pela expressão de uma tipicidade ligada à região de produção. Dessa forma, o Brasil começou a ingressar na produção dos chamados vinhos finos, que afirmam a identidade e a qualidade do vinho brasileiro, seja no mercado nacional, que sofre fortemente a concorrência do produto importado, seja na abertura de mercados internacionais.

A Figura 4 apresenta os principais fatos históricos da produção de vinhos no Rio Grande do Sul (RS), do início da imigração ao selo de Indicação Geográfica:

Figura 4 – Cronologia das IGs de vinhos no Rio Grande do Sul (RS).



Fonte: Adaptado de Tonietto *et al.* (2022).

É possível observar na Figura 4 que a história das IGs dos vinhos no Rio Grande do Sul remonta aos tempos da imigração italiana, cujos imigrantes chegaram na Serra Gaúcha em 1875 a 1920, trazendo tradições e técnicas de vitivinicultura. Entre 1930 e 1960, houve a expansão da vitivinicultura e o cultivo de outras variedades de uvas. Essa época foi marcada, também, pela fundação de cooperativas vitivinícolas que desempenharam um papel fundamental na região.

A partir de 1990, ocorreu a expansão da vitivinicultura com variedades viníferas e a modernização tecnológica, que possibilitou o aumento da produção de vinhos finos. Em relação a isso, a Embrapa Uva e Vinho promoveu a implementação de projetos estruturantes para as IGs de vinho no Rio Grande do Sul e a articulação com instituições parceiras.

Desde então, a vitivinicultura gaúcha tem se desenvolvido em um ritmo acelerado, culminando na criação das primeiras IGs, como a IG Vale dos Vinhedos, reconhecida em 2002, que se destacou pelo seu pioneirismo na região. Em seguida, outras IGs foram sendo criadas, como, por exemplo, a IG Pinto Bandeira, a IG Campanha, a IG Monte Belo, Altos Montes e a IG Farroupilha, entre outras, cada uma delas representando uma área específica com características únicas de solo, clima e tradição vitivinícola. Essa ordem cronológica das IGs no Rio Grande do Sul reflete não apenas a diversidade e a qualidade dos vinhos produzidos na região, como também

o compromisso contínuo com a valorização do *terroir* e a busca pela excelência na produção vinícola.

Muitos dos estudos conduzidos pela Embrapa tiveram a participação do pesquisador Tonietto, que fez o desenho do mapa das Regiões Vitivinícolas do Brasil. Esse mapa apresenta duas regiões distintas, sendo a primeira a Regiões de Vinhos Finos e a segunda a Regiões de Vinhos de Consumo Corrente. Quanto às regiões de Vinhos Finos, são 4 regiões brasileiras, sendo que 3 delas estão no estado do Rio Grande do Sul. Uma delas é a região vitivinícola da Serra Gaúcha e as duas outras são novas regiões de produção: a Campanha e a Serra do Sudeste. No Brasil, outra nova região localiza-se no Nordeste, nos estados de Pernambuco e Bahia, sendo conhecida pelo topônimo de Vale do Submédio São Francisco. Essas regiões são importantes, pois apresentam potencial para desenvolverem conceitos de origem por meio do reconhecimento de indicações geográficas (Tonietto, 2002).

Já a produção de vinhos de consumo corrente é encontrada em 9 regiões vitivinícolas no Brasil. Na macrorregião Sul, encontram-se no Estado do Rio Grande do Sul: as regiões da Serra Gaúcha, de Jaguari, de São José do Ouro e de Rolante. Já no estado de Santa Catarina, há as regiões do Alto Vale do Rio do Peixe e a de Urussanga. Na macrorregião Sudeste, em São Paulo, estão localizadas as regiões de São Roque e Capão Bonito e, no Estado de Minas Gerais, a região de Caldas-Andradas. Tonietto (2002) afirma ainda que, nessas regiões, é possível desenvolver conceitos de proveniência dos produtos ligados às regiões de produção, integrando padrões diferenciados de qualidade dessa categoria de produtos vinícolas.

É possível observar a localização dessas regiões produtoras de vinhos de consumo corrente na Figura 5. Conforme os estudos do autor, essas regiões apresentam potencialidades específicas que, se bem trabalhadas, são capazes de gerar benefícios importantes, como é o caso da Indicação de Procedência, que é o fortalecimento da identidade regional, uma vez que os produtos certificados por IP estão frequentemente associados à cultura e tradição locais. Isso pode provocar um aumento no fluxo de visitantes para a região, impulsionando a economia local e criando oportunidades de negócios. Portanto, as IPs não apenas protegem a reputação e a autenticidade dos produtos, mas também contribuem para o desenvolvimento econômico e cultural das regiões produtoras, promovendo a sustentabilidade e o reconhecimento dos produtos locais.

Figura 5 – Regiões no Brasil de vinhos de consumo corrente



Fonte: Falcade e Tonietto (1995) *apud* Tonietto (2002).

Dessa forma, foi possível verificar que as indicações geográficas de vinhos passam a se constituir em elemento de inovação e de política setorial para ampliar a competitividade da produção de vinhos brasileiros. Os resultados positivos evidenciados na produção vitivinícola, o crescimento do enoturismo e o desenvolvimento territorial no âmbito da IP Vale dos Vinhedos estimularam outros produtores a se organizarem em associações, visando ao reconhecimento de indicações geográficas (Tonietto, 2002).

Foram descritas brevemente nesse tópico a relação da vitivinicultura no Rio Grande do Sul até o surgimento das indicações geográficas. A trajetória apresentada por Tonietto (2002) esclarece que, ao longo da história, a vitivinicultura passou por diferentes fases, desde a produção voltada ao consumo familiar até a busca por aprimoramento e qualidade, motivada pela globalização e pelo aumento da demanda por vinhos finos.

No Brasil, essa evolução caracteriza-se em quatro períodos distintos, cada um refletindo as mudanças sociais, econômicas e políticas. A valorização das IGs surge como uma estratégia para destacar a autenticidade e tipicidade dos vinhos brasileiros, tanto no mercado interno, altamente competitivo devido à entrada de vinhos importados, quanto no mercado internacional.

No capítulo a seguir, serão apresentados e discutidos como caracteriza-se o setor vitivinícola no distrito de Boa Esperança, e as potencialidades para o reconhecimento da Indicação Geográfica.

3 O POTENCIAL DA VITIVINICULTURA NO DISTRITO DE BOA ESPERANÇA PARA O RECONHECIMENTO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

Este capítulo apresenta os dados da realidade investigada e a discussão dos resultados, organizados em doze (12) subcapítulos. Os resultados obtidos estão relacionados aos objetivos específicos propostos nesta dissertação: a) Diagnosticar as possibilidades de o setor de vitivinicultura no distrito de Boa Esperança, localizado no município de Rolante/RS, para Indicações Geográficas; b) Identificar os atributos referentes à qualidade, tipicidade, tradição e notoriedade no setor vitivinícola para obtenção do registro de Indicação Geográfica no distrito de Boa Esperança; c) Analisar a viabilidade para a obtenção de registro de IG no setor vitivinícola do distrito de Boa Esperança.

3.1 O distrito de Boa Esperança e o roteiro *Caminho das pipas*, no município de Rolante/RS

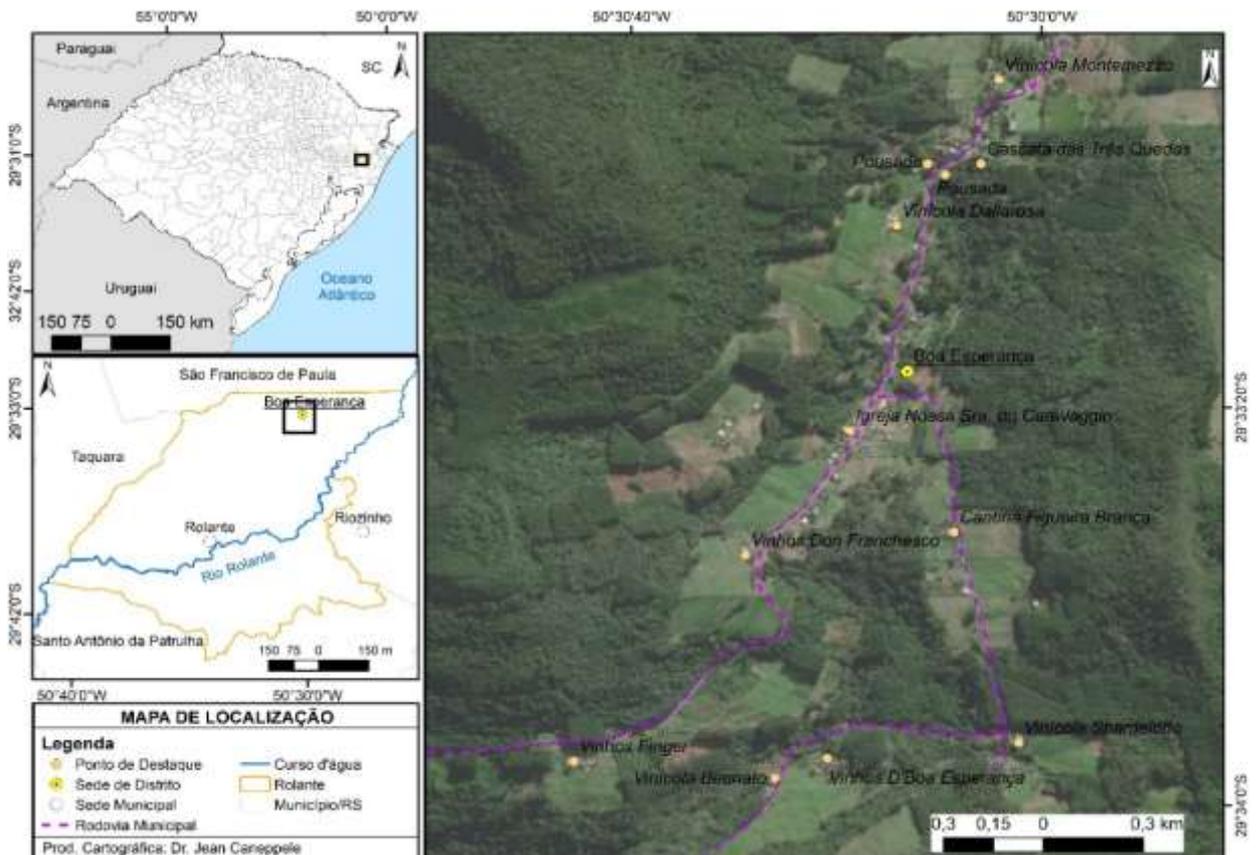
No contexto histórico, o processo de ocupação de Rolante ocorreu em 1880, pelos imigrantes alemães vindos de São Leopoldo, Taquara e São Sebastião do Caí. Naquela época, a economia regional era ligada à ação dos tropeiros, que condiziam o gado do Rio Grande do Sul até o estado de São Paulo. Em 1882, chegaram os primeiros colonizadores alemães, vindos das colônias velhas, estabelecendo moradia em Alto Rolante, atualmente distrito de Rolante. Por volta de 1905, chegaram os ítalo-brasileiros, originários de Caxias do Sul, Salvador do Sul, Farroupilha, Gramado, entre outras levas das primeiras e velhas colônias (Nandi, 2015). Após ser, por 71 anos, o 1º distrito do município de Santo Antônio da Patrulha/RS, Rolante foi emancipado em 28 de fevereiro de 1955.

Conforme Nandi (2015), o 1º distrito de Rolante passou por um período de crise produtiva e da economia agrícola local, dando início a um processo de êxodo rural. Isso gerou a necessidade de uma busca por alternativas produtivas e de renda rural, quando foram criadas algumas cooperativas e pequenas indústrias, além da busca por novos mercados para os produtos produzidos pelos colonos da localidade. Esses foram alguns dos principais fatores que impulsionaram o movimento emancipatório.

O município de Rolante está localizado no Nordeste do estado do Rio Grande do Sul e faz parte da região administrativa denominada Conselho Regional de

Desenvolvimento (COREDE) Paranhana-Encosta da Serra, na região metropolitana de Porto Alegre. Na Figura 6, é possível verificar a localização do município de Rolante/RS e do distrito de Boa Esperança.

Figura 6 - Localização do município de Rolante (RS) e o distrito de Boa Esperança



Fonte: Santos, Lamperti, Bassan, Moraes (2023) a partir de SEMA (2015), Hasenack e Weber (2010) e IBGE (2022).

Conforme dados do último censo (IBGE, 2022), o município de Rolante conta com 21.253 habitantes, com uma área territorial de 296,090 km² e densidade demográfica próxima de 71,78 hab/km². Referente ao território rural, o Censo Agropecuário de 2017 registrou 939 propriedades rurais no município (IBGE, 2021). Rolante é conhecida como a Capital Nacional da Cuca e possui atrativos gastronômicos, culturais e belezas naturais. As cucas destacam-se pelo “saber-fazer” tradicional do local e, na cidade, há um evento anual próprio, a Kuchenfest, ou festa das cucas, que foi criado pelos descendentes de alemães do município, ou seja, os primeiros habitantes do município (Rolante, 2022).

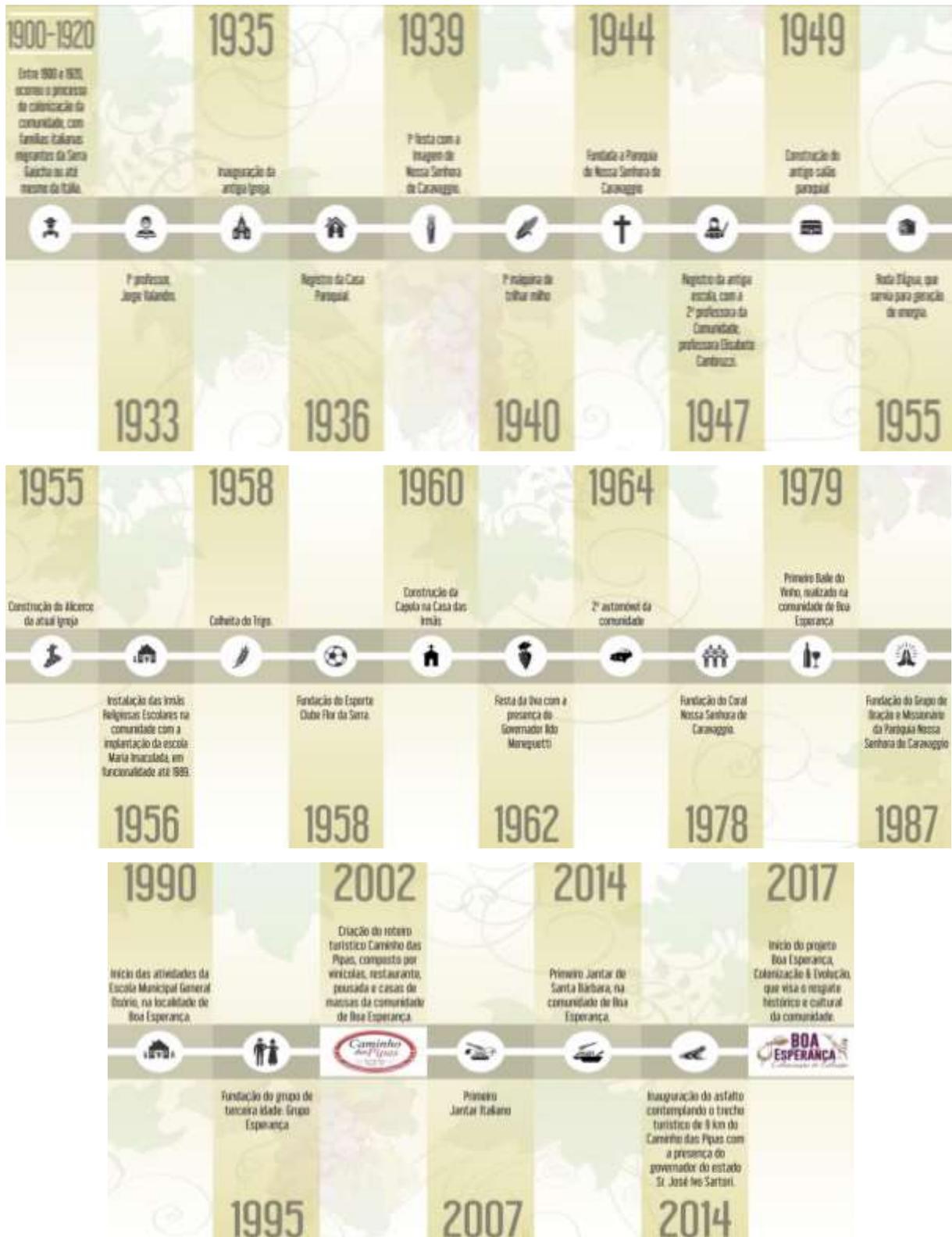
O distrito de Boa Esperança localiza-se a 18km do centro de Rolante/RS e é caracterizado como roteiro de enoturismo pela produção de vinhos, sucos e espumantes produzidos por vinícolas familiares. O cultivo de uva, de trigo e de milho eram as atividades agrícolas que mais se destacavam, sendo essas as principais fontes de alimentação dos italianos e seus descendentes na localidade (Gevehr; Nandi, 2015). O cultivo da uva, a produção e a comercialização do vinho na comunidade de Boa Esperança estavam entre as principais fontes de renda das famílias agricultoras e essa é a característica mais visível da localidade atualmente.

Na Figura 7, é possível verificar a linha do tempo com os principais fatos históricos da comunidade de Boa Esperança. Pode se observar que as festividades são um fator marcante nessa localidade, sendo transmitida de geração a geração. Nesse sentido, destacam-se os anos de 1939 com a 1ª festa, com a imagem de Nossa Senhora do Caravaggio, em 1962 a Festa da Uva e o 1º Baile do Vinho. As festividades, sejam elas ligadas à uva ou religião, ajudaram a moldar a cultura da comunidade, que permanece realizando as festas tradicionais como elementos centrais da cultura. Por meio das celebrações, a comunidade revela a sua ligação com as tradições locais e suas raízes históricas, desempenhando a transmissão de valores, crenças e identidade cultural de geração em geração (Figura 7).

A partir de 1995, por meio do trabalho realizado pela EMATER, em parceria com a Prefeitura Municipal e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, iniciaram as atividades de conscientização da comunidade de Boa Esperança tanto para diversificar as atividades como para desenvolver ações de melhoria da infraestrutura social da comunidade e, por consequência, uma melhoria na renda familiar. A finalidade das atividades foi a permanência das pessoas no meio rural e diminuição do êxodo crescente de moradores da localidade para o centro da cidade.

Esse trabalho resultou na formalização das cantinas e do restaurante típico, conhecido como Restaurante Figueira Branca, melhorando tanto a segurança sanitária quanto a qualidade na produção de vinhos coloniais (Rolante, 2005). A singularidade desses produtos atrai turistas que usufruem de uma variedade de produtos e serviços, trazendo benefícios econômicos significativos para os negócios locais. Além disso, essa integração entre os setores da economia local não apenas gera vantagens diretas, mas também promove benefícios indiretos para o desenvolvimento territorial (Maiorki; Dallabrida, 2015).

Figura 7 – Linha do tempo de Boa Esperança.



Fonte: Josiane Sbardelotto, Lisiane Prezzi – projeto Colonização & Evolução de Boa Esperança (s/d).

Na região, a maioria das propriedades possui vinhedos e produção própria de vinhos armazenados em barris de grande porte, chamados popularmente de “pipas”,

de onde vêm à denominação da rota “Caminho das Pipas”. A divulgação e a ampliação do turismo na região da rota “Caminho das Pipas” só foi possível com o convênio entre a Prefeitura Municipal de Rolante, as Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT) e o Fórum de Turismo do Vale do Paranhana. A participação da FACCAT deu-se por meio do curso de Turismo e do Programa de Extensão Empresarial (Rolante, 2005).

A região busca, por meio do turismo gastronômico, a ampliação e o desenvolvimento do território, oferecendo degustação de seus produtos e visitas técnicas pelas propriedades (Rolante, 2022). Observa-se que o turismo é um fator importante para o desenvolvimento dos territórios à medida que atua como elemento transformador do território, fomentando a economia, uma rede de informações e o transporte, favorecendo o fluxo de pessoas e a oferta da produção direta e indireta. Nesse contexto, é possível fomentar as vendas com o movimento de turistas, que buscam produtos tradicionais locais. Essas oportunidades requerem um planejamento turístico dos territórios, considerando o capital social e a identidade cultural para o processo de construção participativa (Vieira; Soares, 2020).

Visando alavancar o turismo no Caminho das Pipas, em maio de 2022, foi criada, oficialmente, a Associação Caminho das Pipas (ACAPI), organizada pelos produtores de uva e vinho do distrito Boa Esperança. O objetivo era estruturar o roteiro e buscar recursos para realizar melhorias, como também a divulgação mais ampla das atividades, visando fomentar o turismo. Dessa forma, destaca-se a importância do diálogo entre os atores como um elemento fundamental para consolidar a integração territorial de atividades como agricultura e turismo, as quais, por vezes, operam de maneira relativamente independente dentro dos territórios. Embora as relações entre as cadeias produtivas do vinho e as atividades turísticas sejam antigas e duradouras, o fato é que esses dois setores devem fortalecer suas interações, reconhecendo a crescente interdependência (Hirczak; Janin; Lapostolle, 2022).

A partir da articulação da ACAPI, criou-se o roteiro *Caminho das Pipas*, formado por onze empreendimentos. Esses são oito vinícolas, um restaurante, uma casa de massas e uma pousada. Cabe ressaltar que os proprietários das vinícolas ali localizadas são descendentes de imigrantes italianos e produzem vinho para consumo próprio desde 1930. Ressalta-se, também, que ainda há outras vinícolas e pousadas localizadas no distrito de Boa Esperança que não fazem parte da ACAPI. Ademais, o roteiro Caminhos das Pipas também possui outros atrativos, tais como os baseados em seus recursos naturais, como a Cascata Três Quedas e o Morro de Voo Livre,

além de pontos religiosos, como as visitas à Igreja Nossa Senhora do Caravaggio (Kinzel, 2015).

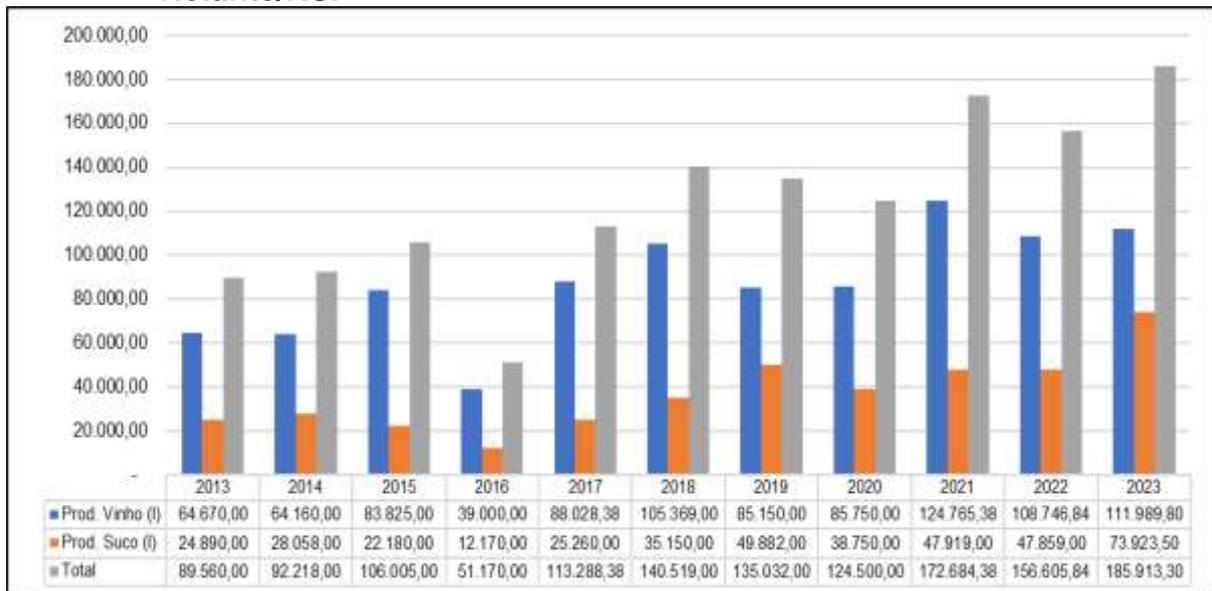
Schaidhauer (2011) comenta que a colaboração dos setores público e privado foi importante para o desenvolvimento do roteiro turístico denominado "Caminho das Pipas", para o processo de registro e legalização das agroindústrias locais e nos trâmites para a criação da *Associação Caminho das Pipas* (ACAPI), a principal forma de capital social presente no distrito. Essas entidades não apenas uniram esforços, mas também implementaram iniciativas educacionais, como cursos e palestras, destinadas a qualificar os produtores rurais. A capacitação preparou os produtores para a prestação de serviços turísticos de qualidade aos visitantes. Essa integração não apenas fortaleceu a economia local, mas também promoveu o crescimento sustentável, transformando a região em um destino turístico culturalmente enriquecedor (Schaidhauer, 2011).

Conforme dados do Sistema de Declarações Vinícolas (SISDEVIN) da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação do estado do Rio Grande do Sul (2024), o município de Rolante apresenta uma produção de 285.500,00 kg de uva (2023), predominantemente da uva Bordô (ives), que representa 242.209,00 kg, seguido da uva Niágara branca 33.273,00 kg, Isabel (Brasileira) 5.488,00 kg, Goethe (Gota de Ouro/Pinet) 2.280,00 kg e Moscato Embrapa 2.250,00 kg.

Enfatiza-se que essa produção de uva não é exclusivamente destinada à produção de vinhos no estado, mas também para a produção de sucos de uva. Com relação à produção de suco, Rizzon (2007) esclarece que, no território brasileiro, a preferência é pela utilização das uvas Isabel, a Concord, a Bordô e a Niágara.

Muitas iniciativas foram realizadas visando melhorar a produção de uva na região, como a aquisição de máquinas para a colheita e o uso de técnicas produtivas mais eficazes nos parreirais, permitindo um aumento na produção, conforme evidenciado no Figura 8. Vale ressaltar, também, que um dos órgãos fomentadores dessas modificações foi a EMATER.

Figura 8 - Quantidade (em litros) de vinho e suco produzidos de 2013-2023, em Rolante/RS.



Fonte: Ministério da Agricultura e Pecuária e cadastrados no SISDEVIN/SEAPI-RS (2024).

Verifica-se que, ao longo de 10 anos, ocorreu um aumento significativo na produção de vinhos e sucos de uva, representando um incremento de 107%, saindo de 89.560 (l) para 185.913,30 (l), destacando que os maiores índices ocorreram nos anos de 2021 e 2023. Importante mencionar que, apesar de um aumento na produção durante o ano de 2023, a região Sul enfrentou, nesse ano específico, períodos prolongados de chuvas intensas, resultando em prejuízos significativos para a safra no estado do RS. Contudo, mesmo com essas adversidades, o município de Rolante apresentou sua maior produção nesse ano que, conforme dados do SISDEVIN, foram produzidos em 2022 156.605,85 (l) (vinho e suco), já a produção de 2023 foi de 185.913,30 (l) (vinho e suco).

Realizada a caracterização do território onde se encontra o objeto de estudo da presente dissertação, com informações sobre a produção de vinhos e a história da comunidade, passa-se à discussão dos conteúdos primários levantados na pesquisa.

3.2 Caracterização da Pesquisa de Campo e os participantes da pesquisa

A pesquisa de campo é a investigação empírica aplicada no local onde acontecem ou sucederam os fatos e que dispõe de informações para explicar os fenômenos, buscando-se compreender o universo vivido pelos atores envolvidos, segundo Vergara (2013).

O universo é o conjunto de elementos que possuem as características que serão o objeto de estudo. A amostra é a parte do universo escolhida segundo algum critério de interesse (Vergara, 2009). Portanto, o universo ou população do estudo em questão compreende as 80 famílias que residem no distrito de Boa Esperança. Referente à amostra, optou-se por pesquisar as famílias produtoras de vinho, devido ao seu envolvimento nas atividades e conhecimento em relação às questões da comunidade.

Na proposta de levantamento de dados prevista, foram considerados somente os associados à Associação Caminho das Pipas (Acapi), que constitui 11 empreendedores locais: vinícolas D' Boa Esperança, Bennato, Finger, Don Francesco, Dallarosa, Montemezzo, Sbardelotto, Sucos Colombo & Pousadas das Pipas, Sítio Terapêutico Lúdico e Vivencial, Pousada In Mezzo Ai Monti e Mercado Boa Esperança.

Em relação aos critérios de exclusão, foram excluídos os demais empreendimentos por não se enquadrarem no setor de vitivinícola, considerando desta forma, somente as vinícolas que produzem vinhos.

Além disso, a presente pesquisa contou com a participação de 5 atores ou representantes de entidades da sociedade civil que possuem relação com a produção de vinho de Boa Esperança. Com relação à coleta de dados, essa se deu somente com os representantes da sociedade civil, bem como com 5 produtores de vinho que compõem a ACAPI - Associação Caminho das Pipas, uma vez que 2 produtores não aceitaram participar da pesquisa. Desta forma, foi elaborado o Quadro 2, ilustrando os entrevistados da pesquisa.

Quadro 2 - Grupos de interesse

Grupos de interesse	Cargos	Identificação dos entrevistados nos resultados
Atores ou entidades da sociedade civil	Técnico agrícola da Secretaria da Agricultura do Estado	A1
	Secretário Municipal de Agricultura de Rolante/RS	A2
	Presidente do Sindicato da Agricultura Familiar de Rolante/RS	A3
	Representante Emater - Rolante/RS	A4
	Enóloga	A5
Agroindústrias	Representante da Vinícola Don Francesco	V1
	Representante da Vinícola Benatto	V2
	Representante da Vinícola Montemezzo	V3
	Representante da Vinícola Finger	V4
	Representante da Vinícola Sbardelotto	V5

Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

A coleta de dados ocorreu por meio de um roteiro de entrevista semiestruturadas, previamente aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Faccat. As entrevistas foram realizadas após a autorização dos atores envolvidos e, depois de firmado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visou-se garantir os princípios éticos para a realização da pesquisa.

A coleta de dados primários, na forma de entrevistas, iniciaram em dezembro de 2023. Algumas delas ocorreram de forma presencial e outras de forma on-line, pela plataforma do Google Meet. Ressalta-se que a única entrevista realizada de forma on-line foi com a Secretaria de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul.

Inicialmente, as entrevistas foram gravadas por meio eletrônico, com o auxílio do celular (com a aprovação e concordância do entrevistado) e, após, realizou-se a transcrição das informações coletadas. Para auxiliar e qualificar a análise dos dados com abordagem qualitativa, foi utilizado o software Reshape, em que a “análise teórica é facilitada, potencializando também o momento da definição das categorias e das subcategorias analíticas. Ainda, viabiliza a necessária transdisciplinariedade, principalmente em razão do grande volume de dados” (Mozzato; Grzybovski; Teixeira, 2016, p. 584).

Para esta pesquisa, utilizou-se o método de análise de conteúdo que, segundo Bardin (2011), ela compreende uma variedade de técnicas, cujo o objetivo é a leitura e interpretação do conteúdo de diversos tipos de documentos, os quais, analisados adequadamente, revelam aspectos e fenômenos da vida social que, de outro modo, permaneceriam inacessíveis ao conhecimento. Para isso, trabalha com a delimitação das unidades de codificação ou registro e análise documentos, afim de representar o conteúdo de determinado documento. Para isso, a análise deve ser realizada em três fases, descritas a seguir.

Assim, seguiu-se as etapas estabelecidas: a pré-análise organizou as ideias iniciais para estruturar o quadro referencial teórico, estabeleceu as hipóteses e os parâmetros para a interpretação dos dados coletados; a exploração do material consistiu na construção das operações de codificação, estabelecendo as categorias e subcategorias de análise, bem como os parâmetros de sua construção; e a última fase compreendeu o tratamento dos resultados e sua interpretação. Nesta fase, os resultados brutos passam pelo processo de tratamento, de modo a tornarem-se dados significativos e válidos. Dessa forma, foram sistematizados por meio do estabelecimento de 10 (dez) categorias de análise e codificação. Cada categoria conta

com, no mínimo, 3 (três) perguntas norteadoras para abranger as informações que emergiram do levantamento de dados. Ao término, realizou-se a análise e interpretação dos resultados obtidos.

O instrumento de pesquisa contou com vinte e nove questões abertas, cada uma delas abrangendo uma categoria de análise. A Construção de Categorias (CC) é a operação de classificação dos dados entrevistados segundo um conjunto de critérios, conforme Bardin (2011). Os critérios podem ser temáticos relativos às analogias dos conteúdos das respostas ao tema geral do conteúdo estudado. As categorias são rubricas ou classes que agrupam um conjunto de elementos na forma de um título genérico, agrupando segundo os caracteres comuns desses elementos.

Assim, sugere uma nova organização às mensagens de forma intencional e distinta do discurso original. As categorias construídas para análise e interpretação foram: Caracterização do setor vitivinicultura, Indicação de Procedência, Denominação de Origem, Notoriedade, Agregação de Valor, Geração de Emprego e Renda, Governança, Método de Produção, Pesquisa Envolvida, Desafios e Perspectivas. Essas categorias objetivam compreender se o distrito Boa Esperança, localizado no município de Rolante/RS, possui potencial para a obtenção do reconhecimento de Indicações Geográficas no setor vitivinícola, conforme observa-se no Quadro 3:

Quadro 3 - Categorias de análise, perguntas norteadoras e objetivos

CATEGORIAS	PERGUNTAS NORTEADORAS	OBJETIVOS DAS CATEGORIAS
Caracterização do setor vitivinicultura	Relate a importância da produção de uva e vinhos para o município de Rolante/RS.	Identificar a relevância e os desafios na produção de vinhos.
	Qual é o principal destaque desta produção de uva e vinhos?	
	Quais as principais mudanças observadas no contexto do setor vitivinícola ao longo dos anos?	
Indicação de Procedência	Existe uma região/território que é reconhecida(o) no mercado como centro produtor de vinhos?	Identificar se o vinho produzido possui atributos para Indicação Geográfica de Procedência.
	Existem evidências históricas e de mercado que são capazes de comprovar que o distrito de Boa Esperança é reconhecido pelos consumidores como produtor de vinhos?	
Denominação de Origem	Existem características e diferenciais do produto que são comprovadamente resultado da interação com o meio ambiente de uma determinada região?	Identificar se o vinho produzido possui atributos para Indicação Geográfica de Denominação de Origem.
	O vínculo entre o produto e a região pode ser comprovado? Se sim, por qual meio?	

(continua)

(conclusão)

CATEGORIAS	PERGUNTAS NORTEADORAS	OBJETIVOS DAS CATEGORIAS
Notoriedade	O produto é reconhecido pelo mercado consumidor por ser produzido nesta região?	Identificar o nível de notoriedade e o reconhecimento da região como produtora de vinhos.
	Qual o nível de notoriedade / fama deste produto no mercado?	
Agregação de Valor	O produto possui características que lhe atribuem reputação de mercado e uma identidade única capaz de diferenciá-lo de outros produtos disponíveis no mercado? Se sim, quais?	Identificar na produção de vinhos características distintivas no mercado, com o intuito de encontrar elementos que o destaquem e o diferenciem comercialmente.
	Existem evidências históricas da presença/produção deste produto na região e no mercado? Quais evidências e onde se encontram?	
	Existe um modo específico de produção tradicional?	
Geração de Emprego e Renda	Qual a quantidade de indústrias / produtores que estão envolvidos na produção?	Identificar se a produção de vinhos gera emprego e renda
	Qual o tamanho desta produção? (Volume, área, recursos gerados, etc.)	
Governança	Existe uma organização que represente os interesses dos produtores?	Identificar a estrutura organizacional e os representantes responsáveis por defender os interesses dos produtores.
	Se existe, a organização tem características formais ou informais?	
	Esta organização formal possui estatuto que consolida seu papel de representação dos interessados na produção do produto nesta região geográfica?	
Método de Produção	Existe, por parte dos produtores um regulamento de produção que defina a forma de fazer o produto?	Identificar se há regulamentação documentada na produção e verificar a utilização de controles de qualidade no processo.
	Existe um sistema de controle de qualidade da produção?	
	Existindo, o regulamento de produção e o sistema de controle da qualidade do produto estão documentados ou estão “na cabeça” dos produtores?	
	O regulamento de produção e sistema de controle da qualidade são seguidos por todos produtores?	
	O sistema de controle da qualidade é capaz de assegurar a originalidade do produto por meio da manutenção da produção tradicional?	
	O modo de produzir tradicional está documentado?	
Pesquisa Envolvida	Alguma entidade técnica já estudou ou pode estudar e comprovar esta diferenciação do produto como resultado da sua produção na região geográfica definida?	Identificar se há estudos nesta região realizados por outras instituições para Indicação Geográfica.
	Existem determinantes agroclimáticos envolvidos na produção do produto?	
	Os efeitos das condições agroclimáticas da região sobre o produto podem ser comprovados?	
Desafios e Perspectivas	Quais os impactos do êxodo rural no distrito da Boa Esperança – Rolante/RS?	Analisar as perspectivas futuras do setor vitivinícola e verificar a possibilidade de fomentar o desenvolvimento.
	Qual o futuro do setor de vitivinícola em Rolante/RS para os próximos anos?	
	É possível promover o desenvolvimento da região por meio da produção vitivinícola?	

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Após definir as categorias e as perguntas norteadoras, foram elaborados os objetivos de cada bloco das categorias da pesquisa. Os objetivos buscam compreender a produção de vinhos no distrito de Boa Esperança, incluindo sua importância e desafios, possibilidade de reconhecimento por IG, notoriedade da região como produtora, características distintivas no mercado, impacto na geração de emprego e renda, além de analisar as perspectivas futuras para o desenvolvimento do setor.

Assim, a seguir, foi realizada a análise das entrevistas, apresentando os aspectos históricos relacionados ao setor de vitivinícola e sua relevância para o distrito de Boa Esperança.

3.3 O setor vitivinícola de Boa Esperança, no município de Rolante/RS

A vitivinicultura é uma atividade essencialmente agrícola, englobando o cultivo das uvas e a elaboração de vinhos. Para além desses aspectos, é uma atividade antiga realizada no estado do Rio Grande do Sul, atividade que foi trazida da Europa pelos imigrantes italianos. No entanto, foi somente nas últimas décadas que ela mostrou o seu dinamismo, tornando-se visível em outras regiões do Brasil. O seu crescimento pode ser atribuído ao fomento de pesquisa científicas nessa área, bem como à alteração do processo produtivo, empregando mão-de-obra qualificada e utilização de novas tecnologias, acarretando, inclusive, um aumento do turismo nas áreas de parreirais (Manfio, 2019).

Mattei e Triches (2009) argumentam que, analisando a vitivinicultura gaúcha, é possível constatar que a atividade permanece como uma das mais importantes para a economia do estado riograndense, destacando-se pelo número de pessoas empregadas na cadeia, o valor dos impostos gerados, as exportações realizadas e as ações correlatas proporcionadas por esta atividade produtiva. O estado apresenta um espaço consolidado e também organizado produtivamente com a vitivinicultura. Essa se associa à história gaúcha e também às novas dinâmicas da produção de vinhos vinculadas, principalmente aos vinhos finos e agroecológicos (Manfio, 2019).

Esse espaço também é ocupado pela comunidade do distrito Boa Esperança, que é uma comunidade formada por descendentes de italianos e manteve a relação com a produção vitivinícola por meio de um sistema de produção baseado em saberes, tradições e costumes produzidos e compartilhados ao longo de diferentes

gerações. Essa atividade é marca expressiva nesse território e revelou-se um instrumento fundamental para recentrar o processo de desenvolvimento e o envolvimento da comunidade.

O destaque da produção é a uva bordô, também conhecida como uva tinta. A Bordeaux é um tipo de uva tinta comum, utilizada na produção de suco e vinho, além das geleias e doces. Esse tipo de uva consiste na principal matéria-prima dessa localidade, sendo que, manipulada de forma correta, com o auxílio da tecnologia e aliada às boas práticas na fabricação do vinho, resulta em um produto de boa qualidade (V4).

Para a comunidade de Boa Esperança, a produção de vinho tem suma importância. Conforme relato de um dos entrevistados, atualmente, se não fosse pela presença das vinícolas e dos produtores de uva, acredita-se que a comunidade estaria consideravelmente reduzida, uma vez que não há outra atividade que se equipare à importância da produção de uva nessa região (A5). A entrevistada reflete ainda que tudo acaba girando em torno da safra de uva, em torno da colheita. Assim, o produtor ou vende as uvas como matéria-prima para as vinícolas ou vende para o consumo in natura, uma vez que tal produto pode ser comercializado para diversas finalidades.

O entrevistado complementa ainda que,

[...] a Boa Esperança cresceu muito na questão turística e levou Rolante para muitos lugares. Então, acho que Rolante acabou ganhando muito nome, muita divulgação, em função do trabalho desenvolvido na comunidade. Pela questão turística e, enfim, pela questão curiosa também da comunidade ser uma comunidade italiana no meio da cidade, que é praticamente alemã. Então, acho que tudo isso acaba repercutindo (A5).

Segundo os entrevistados da pesquisa, nos últimos anos, ocorreram muitas mudanças na comunidade, tanto no plantio e colheita da uva, quanto na produção do vinho. O olhar para a produção e o cultivo da uva mudou, assim como o entendimento dos produtores de que precisavam, para terem um crescimento e ganharem mercado, aumentar a qualidade dos produtos e não somente a quantidade. Essa conscientização gerou uma alteração no manejo da uva, principal matéria-prima, bem como no processo produtivo do vinho produzidos nessa região.

Observa-se que as mudanças no manejo e no processo produtivo está associado, também, ao grau de exigência dos consumidores, uma vez que esses

estão cada vez mais exigentes. Conforme aponta um dos entrevistados, os consumidores “[...] querem alguma novidade, ou um produto diferente, ou um sabor diferente, pois isso tudo vem para agregar. Trouxe também um crescimento para os vinicultores, para os empreendimentos de vinícolas, de estar buscando novidades” (A5).

Essas melhorias refletem uma compreensão por parte dos produtores sobre a importância de proporcionar uma experiência positiva aos turistas, o que pode contribuir para a fidelização dos visitantes e para fortalecimento da reputação da região como produtora de vinhos finos e de excelente qualidade, gerando um incremento no turismo.

Em relação ao processo de sucessão rural, é um desafio que afeta as áreas rurais em todo o mundo há décadas. Esse desafio é evidenciado, conforme as informações do Censo Agropecuário de 2017, que apontam uma redução de 9,5% no número de estabelecimentos classificados como de agricultura familiar no Brasil em relação ao Censo Agropecuário de 2006. As áreas rurais também perderam mão de obra, um contingente de 2,2 milhões de trabalhadores nesse intervalo (IBGE, 2019). As dificuldades enfrentadas no campo são diversas e, conforme o relato dos produtores entrevistados da pesquisa, a incerteza quanto ao retorno financeiro, a dependência do clima para a produção, as dificuldades de acesso a crédito, o trabalho considerado penoso, a falta de pagamento de direitos trabalhistas como férias, décimo terceiro, entre outros, são alguns dos motivos que fazem com que os jovens optem por uma vida urbana.

Contrariando essa realidade tão presente no Brasil e no estado do RS, o distrito de Boa Esperança demonstra que o processo a sucessão familiar está acontecendo em algumas propriedades. Tal situação auxiliou no desenvolvimento e produção de produtos diferenciados, de melhor qualidade, o que culminou com o desenvolvimento do primeiro rótulo de vinho Natura, que é um vinho sem intervenção, lançado junto com a instalação da ACAPI.

Nota-se que a tradição do setor vitivinícola em Boa Esperança destaca-se não apenas pela sua importância econômica e social, mas também pelo compromisso com a qualidade. Esse desenvolvimento constante e a busca pela valorização dos produtos locais reforçam a necessidade de avaliar os critérios de Indicação Geográfica para os vinhos.

3.4 Indicação de Procedência para os vinhos produzidos no distrito de Boa Esperança

A Lei n. 9.279/1996, em seu artigo 177, define a IP como o “nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço”.

Para o autor Tonietto (2019, p.88), a IP:

[...] se baseia no renome conquistado na produção de vinhos de uma região definida, a qual passa a ser identificada pelo respectivo nome geográfico. A IP deve ter uma área geográfica delimitada pelo respectivo nome geográfico. A IP deve ter uma área geográfica delimitada, um Regulamento de Uso, que estabelece os requisitos exigidos para a produção dos vinhos, além de um Sistema de Controle, para atestar que os vinhos foram elaborados atendendo aos requisitos do Regulamento de Uso.

O autor destaca a necessidade do Regulamento de Uso, delimitando a região geográfica na qual irá receber a IP, identificando onde os vinhos podem ser produzidos, estabelecendo também os requisitos para a produção desses vinhos. Esse regulamento pode incluir critérios, como as variedades de uvas permitidas, os métodos de cultivo e as práticas enológicas. Além disso, há necessidade de um Sistema de Controle para garantir que os vinhos certificados pela IP atendam aos requisitos estabelecidos. Esses aspectos são essenciais para assegurar a autenticidade e a qualidade dos vinhos associados à IP.

No distrito de Boa Esperança, objeto do estudo, a relação com a tradição na produção dos vinhos ocorre com a colonização, a chegada dos imigrantes italianos no início de 1900, que trouxeram com eles as videiras e a tradição na produção de vinhos. Contudo, por meio da coleta de dados, foi possível constatar que as vinícolas foram formalizadas, isto é, constituíram-se em pessoas jurídicas de direito privado somente a partir de 2002 (A4).

É necessário ressaltar que o distrito de Boa Esperança está destacando-se cada vez mais no mercado como produtor de vinhos de qualidade. Esse reconhecimento tem ocorrido, especialmente, a partir da divulgação do roteiro turístico Caminho das Pipas. Ainda, constata-se que esses vinhos não são somente

comercializados nas vinícolas, mas também na Casa da Colônia, localizada no centro do município de Rolante/RS (A4).

Contudo, não é só o vinho que se destaca, mas também a produção de suco de uva. Apesar de esse produto não ser objeto da presente pesquisa, ele possui grande relevância para o distrito para fonte de renda (A1).

No decorrer da coleta de dados, foi possível observar a relevância da produção de uvas e dos vinhos para os produtores, para o distrito e para o município, indo ao encontro de uma proposta de IP, uma vez que essa região configura-se como uma área construída em função de uma série de critérios, como os saberes locais, a importância econômica e histórica do produto. Essa modalidade de IG é menos exigente em termos de estudos para a demonstração da ligação do produto com a origem (Silva *et al.*, 2010).

Um dos entrevistados comenta que a produção de vinho possui um bom reconhecimento, principalmente pela qualidade da matéria-prima produzida, pois, com uvas de melhor qualidade, é possível fazer vinhos melhores usando boas técnicas de produção. Assim, os consumidores reconhecerão a qualidade do produto.

Os relatos dos entrevistados da pesquisa vão ao encontro do que Anjos *et al.* (2014) esclarecem sobre o processo de solicitação de uma IP. Para os autores, o processo para solicitar a Indicação de Procedência no Vale dos Vinhedos gerou importantes efeitos para a região, tanto de cunho interno como externo. Nesse caso, os benefícios sobre os processos de produção trouxeram consigo a incorporação da rastreabilidade e de diversos mecanismos de controle da qualidade da uva e do vinho e também a perspectiva do fortalecimento de uma identidade regional.

3.5 Reconhecimento de Denominação de Origem para os vinhos produzidos no distrito de Boa Esperança

O vinho e seus derivados possuem propriedades organolépticas, que são a expressão dos fatores naturais e fatores humanos para a produção da uva e na elaboração e envelhecimento do vinho. Apesar de utilizar a tecnologia e o mesmo manejo, os vinhos elaborados de diversas regiões apresentam-se distintos, com características próprias. Daí a importância do conceito de DO, que valoriza as peculiaridades das diferentes regiões e a originalidade dos produtos (Tonietto, 2002).

Para a concessão de uma, DO exige-se que as “características qualitativas” do produto estejam diretamente vinculadas à área geográfica em questão e que todos os procedimentos sejam ali realizados (Niederle; Vitrolles, 2010). Define-se como o “nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos” (art. 178, Brasil, 1996).

Dessa definição, entende-se como fatores naturais aqueles sobre os quais os indivíduos não possuem influência direta e que são determinantes da qualidade e características dos vinhos (latitude, altitude, formação geológica, declividade, textura, estrutura e composição do solo, precipitação pluviométrica e sua distribuição natural, dentre outros) (Tonietto, 1993). Já os fatores humanos são aqueles sobre os quais os indivíduos exercem influência direta e que também são determinantes da qualidade e características dos vinhos (porta-enxertos e variedades recomendadas, espaçamento, sistema de condução e poda, época de colheita, sistemas de vinificação e envelhecimento, dentre outros) (Tonietto, 1993).

Para confirmar a possibilidade de DO, é fundamental ter características e diferenciais que são comprovadamente resultado da interação com o meio ambiente de uma determinada região. A partir dessa definição, o entrevistado A1 acredita na possibilidade de o distrito de Boa Esperança preencher os requisitos para um reconhecimento de DO em virtude do *terroir*. Para ele, “a questão em Boa Esperança é topográfica, por apresentar um solo diferenciado no alto da montanha”.

A localização é propícia para uma melhor adaptação das videiras, pois elas têm todas as condições climáticas favoráveis, o solo, o relevo, a radiação solar, ou seja, uma série de características que fazem a diferença na produtividade das videiras e qualidade das uvas, resultando num produto de grande qualidade. A escolha do território tem relação com os descendentes, os italianos. Eles sempre escolheram, em todas as colonizações, regiões semelhantes, parecidas, com essa altitude, com esse relevo, já pensando na produção da uva (A4).

Corroborando com essa afirmação, o entrevistado A5 afirma:

Eu acredito que sim, porque, quando eu fiz enologia, eu fiz estágio na Embrapa e, na época, o pesquisador que me orientou, ele me desafiou a fazer o teste, para documentar dados sobre a qualidade de uva aqui da comunidade. E aí, na época, eu vinha todo final de semana para casa, fazia coleta em três produtores aqui, coleta de uvas, e ia para lá e fazia o trabalho durante a semana toda, análise físico-química, organolética, sensorial, enfim, para elaborar gráficos, para comparar com as uvas de outros lugares. E aí foi bem interessante, porque o resultado foi surpreendente. A nossa uva Bordeaux aqui de Rolante tem mais qualidade em extrato seco no Rio Grande do Sul. Foi fantástico, porque Flores da Cunha é uma produtora forte e a região da campanha, mas nenhuma dela se iguala à nossa qualidade.

Os entrevistados enfatizam que a uva Bordeaux é o “carro-chefe” da matéria-prima, tanto para a produção de vinhos quanto para as de suco de uva. Então, existe uma possibilidade de trabalhar com produtos diferentes e de trabalhar a questão da DO, pois as características encontradas nos produtos produzidos no distrito de Boa Esperança não serão encontradas em outros lugares por serem únicos e oriundos da região.

Outro produtor também ressalta que acredita que:

[...] a extensionista da Emater que participou desde os primeiros passos da legalização dos produtos e das empresas, primeiramente aqui, onde, na época, veio Embrapa, o pessoal da Embrapa de Bento, coletou inclusive amostras de uvas, na qual a nossa uva Bordeaux, ela se destaca em termos de uma qualidade superior a muitos lugares. Acredito que ela deva ter, na própria Emater, alguns registros dessa informação (V4).

Ainda se observa que os produtos elaborados dessa uva também são diferenciados, pois são produtos varietais³, que geralmente não usam misturas de uvas. Os produtores entrevistados da pesquisa enfatizaram que é raro encontrar um vinho varietal de uva bordô, porque ela é uma uva muito encorpada e muito “tintória”. Na maioria dos casos, em outras regiões, utilizam essa uva para fazer cortes, para misturas com outras uvas, com outras variedades, com menos intensidade de cor, de sabor, de aroma, para ter um equilíbrio, o que acaba padronizando. Essa

³ Varietal é um tipo de vinho elaborado apenas com uma única variedade de uva (A5).

padronização acaba misturando vários tipos de uva, perdendo a identidade única da uva Bordeaux (A5).

Nessa discussão, deve ser ressaltado que muitos clientes frequentam há mais de 20 anos e escolhem especificamente esse local porque encontram o produto típico, sem misturas, sem cortes e sem diluição. Isso representa um ponto positivo, pois indica um futuro promissor para o segmento da uva e dos produtos elaborados da uva Bordeaux (A5).

Os entrevistados destacaram a importância da autenticidade e da qualidade dos produtos oferecidos na região, ressaltando que eles mantêm uma relação comercial consolidada e que os clientes buscam especificamente por produtos típicos, sem misturas, o que leva a um diferencial positivo para a região. Essa observação indica que a reputação dos produtos locais, especialmente no que diz respeito à produção de uvas e vinhos, está solidificada e contribuindo, inclusive, para o desenvolvimento do turismo.

Analisando as DO, verifica-se que elas representam um elemento importante não só para o produtor daquela região, mas, também, é uma garantia para o consumidor, pois trazem uma informação clara e segura, estando alinhadas com as condições de mercado. O importante no reconhecimento das denominações de origem, por se constituírem numa propriedade de carácter coletivo, é ter claro que a titularidade, apesar de ser concedida em nome do substituto processual, pertencem aos viticultores que as implantam, competindo a esses a sua definição, defesa, melhoria e promoção comercial. Isso quer dizer que esses produtores devem se organizar e constituir uma associação ou cooperativa eficiente e forte que possa defender os interesses dessa coletividade (Tonietto, 1993).

Tonietto (1993) complementa ainda que DO é vontade exclusiva dos produtores e que não pode ser imposta. Para obterem êxito, as DO devem nascer da base, isso é, dos atores do setor produtivo vitivinícola, definindo regras que serão aplicadas, tendo por via de consequência a proteção do Estado.

Diante desses apontamentos, a pesquisa constatou que os viticultores da região do distrito de Boa Esperança estão se organizando e podem ter, em um futuro próximo, potencial para o reconhecimento de uma IG dos vinhos produzidos naquela região, sendo, em um primeiro momento, uma IP e, posteriormente, uma DO.

3.6 A notoriedade envolvendo os vinhos produzidos no distrito de Boa Esperança

De acordo com a legislação brasileira, a existência de uma IG requer que o produto ou serviço esteja associado a um nome geográfico que tenha tornado-se notório como centro de produção, fabricação, extração ou prestação de determinado serviço. E, também, que os produtos apresentem características particulares ou específicas, que sejam reconhecidas pelos consumidores e que os territórios tenham seus recursos naturais específicos, criando uma notoriedade (Silva *et al.*, 2014). Todo produto tem uma história que pode ser contada, por mais recente ou limitada que ela seja, mas nem todo produto possui notoriedade. Contudo, se o produto tem notoriedade, também tem história (Velloso *et al.*, 2014).

O INPI estabelece alguns requisitos específicos que devem fundamentar o pedido de registro de uma IP, como, por exemplo, “[...] documento comprovando que o nome geográfico se tornou efetivamente conhecido como centro de extração, fabricação ou produção, ou ainda, de prestação de serviços” (Bruch; Copetti, 2014, p. 199). Observa-se que a notoriedade é um dos requisitos e pode abordar aspectos como história do desenvolvimento do produto, documentos, publicações, entrevistas, entre outros (INPI; SEBRAE, 2011).

Assim, verifica-se que a notoriedade é a “fama” que um produto ou serviço tem em função de suas qualidades reconhecidas pelos consumidores. Ela pode estar ligada, por exemplo, a uma marca, a um produtor ou a uma região (como é o caso da IG). Deve, portanto, estar relacionada ao reconhecimento pelo público e ter uma história com o território. No Brasil, por exemplo, tem-se os Doces de Pelotas no RS, e o Guaraná de Maués no AM, ambos possuem a sua notoriedade atrelados a história do produto. Na Europa, pode ser citado, por exemplo, o Champagne na França, e o Vinho do Porto em Portugal (Velloso *et al.*, 2014).

Especificamente sobre o reconhecimento do distrito de Boa Esperança pelo mercado consumidor de vinhos, ainda não é possível mensurar esse reconhecimento, mas vem crescendo a procura por alguns produtos da região desde a pandemia de Covid-19. Essa situação fica evidenciada na resposta do entrevistado V1, quando esse argumenta que:

[...] sobre o reconhecimento de Boa Esperança, não é algo assim tão amplo, mas a dimensão que isso tomou ainda não sei bem certo, mas principalmente a parte que abrange o Litoral, a região de Porto Alegre, Vale dos Sinos, Vale do Paranhana. Eu acho que aqui a gente é, sim, bem visto e bem lembrado (V1).

Nesse sentido, por meio da presente pesquisa de campo, foi possível verificar que o distrito de Boa Esperança possui um reconhecimento regional e apresenta potencial para ampliar essa notoriedade, principalmente por meio do turismo e do roteiro turístico do Caminho das Pipas.

Ainda sobre esse mesmo assunto, o entrevistado A5 enfatiza um aumento da notoriedade nos últimos cinco anos:

[...] não só por Boa Esperança, mas porque uns conhecem por Boa Esperança, outros por Caminho das Pipas, mas teve um aumento muito grande, a nível regional, principalmente com a pandemia, que trouxe esse turismo interno.

A comprovação da história do produto pode ser demonstrada pelo registro de patrimônio imaterial, diante do levantamento histórico-cultural, que comprovará a notoriedade do produto para se obter a IG (Sampaio; Rocha; Santos, 2024). A partir dessa contextualização e dos relatos dos entrevistados é possível afirmar que a comunidade do distrito de Boa Esperança realiza o cultivo da uva e a produção de vinhos desde a chegada deles nesse território, sendo que essa atividade está relacionada ao *saber-fazer* passado de uma geração para a outra.

Essa relação também é caracterizada pela importância do papel da religião no desenvolvimento da vitivinicultura local, sendo fundamental ressaltar que essa importância vem desde a fundação do distrito de Boa Esperança. Essa religiosidade é representada pela igreja da Paróquia de Nossa Senhora do Caravaggio, considerada a padroeira do distrito de Boa Esperança e que teve a sua construção iniciada em 1944. Apesar da notoriedade turística não ser um requisito para o reconhecimento de uma IG, constata-se que a notoriedade do distrito de Boa Esperança também ocorre por meio do fomento às festas comunitárias⁴ que mantém viva a cultura italiana naquela localidade. Essas festas recebem muitos turistas, por via de consequência, divulgando os vinhos produzidos na região (Fischer, 2011).

⁴ Festa de Nossa Senhora do Caravaggio, Festival do Vinho de Boa Esperança, e o Baile à Italiana.

Nesse viés, Velloso *et al.* (2014) ressaltam que a história desempenha um papel fundamental na construção da notoriedade de um produto que, inicialmente, pode ser o resultado de tentativas e erros, de experimentações, de sucessivas aproximações, adaptações, até então chegar ao seu resultado final, reconhecido por muitas pessoas.

Contudo, como constatado, essa notoriedade não se consolida rapidamente, pois necessita de uma consolidação a longo prazo. Por isso, quanto maior é o tempo da notoriedade de um produto, melhor e mais chances possui de ser reconhecida a sua IP, porque uma IG precisa mais do que apenas ser reconhecida oficialmente. Ou seja, é importante ter uma história para contar, pois o marketing sozinho não garante que essa história seja lembrada no longo prazo (Velloso *et al.*, 2014).

3.7 Valor agregado dos vinhos produzidos no distrito de Boa Esperança

A agregação de valor de uma cadeia produtiva e o acesso aos mercados são frequentemente reconhecidos como os principais meios propulsores do desenvolvimento associados às IGs (Niederle, 2009). Entretanto, Burrone (2008) *apud* Niederle (2009) alerta que, enquanto em países desenvolvidos a origem tem uma influência cada vez maior sobre o preço, proporcionando um significativo valor agregado reconhecido e aceito pelos consumidores, nos países em desenvolvimento há uma série de obstáculos que dificulta essa agregação em níveis similares. Em geral, o baixo poder aquisitivo dos consumidores é referido como a principal barreira à agregação de valor aos produtos.

Visando realizar a análise referente ao valor agregado aplicado aos vinhos produzidos na região do distrito de Boa Esperança,, foi questionado aos entrevistados se o vinho possui características que lhe atribuem reputação de mercado e uma identidade única, capaz de diferenciá-lo de outros produtos disponíveis no mercado. A resposta de um dos entrevistados que acompanha o dia a dia dos produtores ressalta que “[...] poderia ser trabalhado nisso, por ser vinhos comuns, pois possuem o sabor da fruta. Ele é 100% de uva, não tem alguma mistura, é produção. O vinho é familiar não é um processo de uma industrialização maior” (A3). Apesar de usar o termo “comum” na sua fala, esse entrevistado destaca o sabor da fruta no vinho e o fato de o processo de produção ser parcialmente artesanal e realizado pelas famílias

locais, embora essas características, isoladamente, não possam ser utilizadas como garantias de qualidade do produto.

Quanto à constatação da existência ou não de evidências históricas da presença da produção de vinhos e sucos na região e no mercado local, foram mencionadas, pelos entrevistados, algumas dessas evidências. Essas foram registradas por meio do projeto “Boa Esperança, Colonização & Evolução”, uma iniciativa dos moradores da localidade, que atuam nesse projeto desde 2017, de forma voluntária. A proposta desse projeto está dividida em 3 eixos: Cultura, Turismo e Educação. Esses moradores vêm realizando diversas atividades com o objetivo de resgatar e registrar a história da colonização italiana na localidade. Os registros do projeto estão na forma de documentos, atas de reuniões, pesquisas em acervos fotográficos, bibliográficos e entrevistas escritas e orais com descendentes dos colonizadores italianos da comunidade (Kaiser *et al.*, 2022).

Sobre o modo específico de produção tradicional, a entrevistada A4 afirma que: “sim, eles fazem no modo tradicional, pois evitam usar muitos aditivos químicos para preservar mais as características de um vinho colonial. A produção, lógico, não é tão arcaica como era antigamente”. Ela complementa ainda que, no passado, os produtores pisavam nas uvas para realizar o esmagamento, mas hoje possuem máquinas mais modernas para fazer a moagem, a *trasfega*⁵ é feita com equipamentos e as bombas fazem o que antes tinha que ser realizado por gravidade. Esses avanços apenas facilitam e evitam o “trabalho braçal”, mas as características do vinho permanecem sendo da forma colonial.

Outro entrevistado comenta que ocorreram mudanças no cultivo e no manejo das videiras, especialmente inserindo o uso de tecnologias. Por exemplo, a partir de 2005, foi inserida a pulverização mecânica nos parreirais. Já nos últimos dois anos, com o apoio do Sindicato Rural, alguns produtores começaram a utilizar drones para pulverizar. Esse processo de inovação foi importante, pois supre a escassez de mão de obra (A3). Contudo, nem todos os vitivinicultores do distrito de Boa Esperança aderiram à utilização de novas tecnologias. Essa constatação é verificada no depoimento da entrevistada V1, quando ela afirma que:

⁵ A ação de passar o vinho de um recipiente para o outro, eliminando assim o depósito precipitado (EMBRAPA, 2006).

Se existem formas mais modernas que possa ter até técnicas mais avançadas, enfim, a gente não aderiu. A gente continuou na simplicidade. Meu pai tem 80 anos. Ele também não tem condições, vamos dizer assim, de se abrir para técnicas modernas, não. Ele continua produzindo o vinho dele, do jeitinho dele (entrevistada V1).

Nesse sentido, pode-se compreender, a partir desse relato, o sentimento de respeito pela tradição e pela abordagem artesanal na produção de vinho, em contraste com a adesão às inovações modernas. Essa preferência pelo manejo e cultivo tradicional foi observado ao longo das respostas dos entrevistados. Eles entendem que essa não aderência às novas tecnologias representa um respeito ao conhecimento transmitido ao longo das gerações e à sua relação com a terra e com os métodos que foram repassados ao longo do tempo. Com a preservação dessas práticas, eles acreditam que estão demonstrando a ligação com a história e com a comunidade. Por outro lado, existe uma grande discussão sobre a manutenção dessas práticas tradicionais, pois alguns produtores mais jovens defendem que essa manutenção pode refletir, de forma negativa, na qualidade do produto, impactando no valor agregado.

E, ainda, para obter uma produção tradicional com qualidade, os produtores dependem do clima favorável, pois a maioria dos produtores não têm cinturões de resfriamento, como é o caso da produção de vinhos finos. Se faz frio, o vinho decanta e limpa (A4). Então, para a abertura das pipas, os produtores precisam do frio no início do inverno e, quanto antes chegar o frio mais intenso, melhor será a qualidade do vinho, pois esse vai “maturar” mais rapidamente. Diferentemente, as grandes vinícolas, que possuem grandes investimentos em instalações e equipamentos podem induzir o resfriamento e, assim, agilizar o processo (A4).

O sistema de condução do vinhedo pode afetar significativamente o crescimento vegetativo da videira (como vão crescer as folhas e os ramos), a produtividade do vinhedo, a qualidade da uva e, conseqüentemente, do vinho. No distrito de Boa Esperança, a interação com o meio ambiente é muito forte e as propriedades não têm estufas, utilizam a parreira tradicional ou latada⁶ e praticamente

⁶ O sistema de condução latada é dividido em duas formas: a) tradicional, que é totalmente fechada, e que compromete a qualidade da produção, devido ao sombreamento dos cachos, à umidade demasiada e ao excesso de produção; b) descontínua (mais aberta), onde é deixado um espaço de mais ou menos um metro, sem vegetação, o que permite ao vinhedo uma melhor insolação, menor umidade no cacho e no solo, possibilitando melhor qualidade na produção (Dalcin, 2008 *apud* Thaines, 2013).

não se utiliza o sistema de condução conhecido por espaldeira⁷. Essa afirmação é corroborada por uma das entrevistadas da pesquisa quando ela destaca que “Um e outro que está implantando as espaldeiras, que é uma outra forma para ter mais sol na planta. Mas a maioria dos vinhedos são aquelas parreiras tradicionais”.

Essa tradição no cultivo da uva está muito enraizada na cultura dos produtores, demonstrando, de certa forma, uma resistência à mudança. Tal situação é demonstrada no relato do produtor V3, quando afirma que:

Tudo que eu aprendi, eu não fiz curso, nem o pai também nunca fez curso para fazer vinho, mas tudo que a gente sempre aprendeu dos mais antigos, claro, sempre tentando melhorar. Mas basicamente é a mesma coisa. Tudo que eles faziam, a gente também implantou e sempre ficou a mesma qualidade. Claro, depende da qualidade da uva. Se a uva é mais ruim, o vinho vai ficar melhor ou pior. Mas o jeito de fazer é sempre o mesmo (V3).

Dessa abordagem tradicional e familiar da produção de vinho sugere uma ligação com a cultura e com a história da região, reforçando a ideia de que a vitivinicultura é uma tradição passada de geração em geração. Eles seguem os métodos tradicionais transmitidos ao longo do tempo, mantendo a mesma qualidade na produção, enfatizando que a qualidade do vinho, no entanto, é influenciada pela qualidade da uva, ressaltando a importância da matéria-prima na produção final.

Com relação a isso, Dias (2005) afirma que, na perspectiva dos produtores, um dos fatores limitantes à agregação de valor são os altos custos de manutenção da IG, a qual envolve o controle dos processos produtivos, a avaliação dos produtos por comitês de degustação, certificação e investimento em marketing. Desse modo, então, por mais que seja obtido um preço-prêmio pela qualidade, esse não seria garantia de considerável margem de ganho. A situação é particularmente revelada nas vinícolas de menor porte, onde a falta de escala faz com que os custos componham uma proporção mais significativa na formação do preço do produto. A situação é reveladora de uma intrincada discussão envolvendo qualidade e escala em produtos de IG (Niederle, 2009).

⁷ O sistema de condução espaldeira é de forma vertical e é adotado e recomendado mundialmente pela pesquisa e assistência técnica por ser a melhor forma para produção de uvas viníferas (Dalcin, 2008 *apud* Thaines, 2013).

3.8 A geração de emprego e renda na produção de vinhos no distrito de Boa Esperança

Para Manfio, Medeiros e Cristóvão (2020, p. 15), “a contribuição da vitivinicultura para o processo de desenvolvimento regional-local depende muito da sua vitalidade como atividade econômica e, por outro lado, da sua participação no desenvolvimento de outras atividades complementares”. Dessa forma, a vitivinicultura vem desempenhando um papel significativo no distrito de Boa Esperança, pois, conforme a entrevistada A4, são 158 hectares de parreiras, produzindo em média 10 toneladas de uva por hectare.

Uma parte dessa produção também é vendida *In Natura* para empresas que fazem vinho na região da serra gaúcha e, principalmente, para as fábricas de chimia⁸. No entanto, grande parte da produção é absorvida pelas vinícolas localizadas no distrito de Boa Esperança, conforme relatado pelo entrevistado A4.

É necessário destacar que a certificação das agroindústrias junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) permitiu o desenvolvimento e a qualificação de técnicas de produção e padronização do produto e favoreceu o controle de qualidade e a formalização do produto para a comercialização por meio do Sistema de Inspeção Municipal (SIM), possibilitando a venda do produto para o comércio local, ampliando assim a demanda e favorecendo a estabilidade de preços. E, ainda, o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (PRONAF), um importante instrumento público para auxiliar os produtores na aquisição de equipamentos, viabilizou a compra de utensílios para armazenagem e estocagem do vinho e do suco (Fischer, 2011).

Outro instrumento público de apoio a essa produção e possível ampliação de renda é a comercialização do suco de uva no município, que a implementação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) possibilitou, por meio da inclusão do suco no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do município de Rolante e região (Fischer, 2011).

A região do distrito de Boa Esperança é formada por pequenas propriedades familiares, que desenvolvem a agricultura familiar. A união dessas em torno de um

⁸ Chimia é um doce típico da região sul do Brasil, à base de frutas. A palavra chimia é uma derivação da palavra alemã schmier que significa doce pastoso ou geleia. (Venquiaruto, Robaina, 2022, p. 16).

roteiro de turismo rural, o “Caminho das Pipas”, oportuniza a venda direta de vinhos, conferindo a esses produtores maior autonomia e renda. Contudo, apesar de não ser objeto da pesquisa, faz-se necessário destacar a venda de outros produtos, conforme o relato do produtor V3:

O pessoal vem mais por causa do vinho, mas a gente tem geleias, chimias, a gente faz alguma coisa de doces também, conservas, que a gente planta aqui, colhe aqui, faz tudo aqui. Dos doces de pêssego são feitos o licor. A graspa, que é originária da uva, o pessoal procura bastante também. A gente tem os espumantes, que estão virando uma febre agora, o pessoal procura bastante também. Então não leva só o vinho, leva outras coisas também (V3).

No relato apresentado, percebe-se que, além dos vinhos e sucos, as vinícolas oferecem uma diversidade de outros itens para os turistas. Entre esses produtos encontram-se geleias, chimias e doces em conservas, todos produzidos com ingredientes cultivados no local e sem adição de conservantes. A Figura 9 mostra os demais produtos também vendidos nas cantinas:

Figura 9 - Produtos vendidos nas vinícolas (pêssego em calda e geleias)



Fonte: Vinicola Bennato (2023).

Ao expandir a produção de vinho, os produtores têm a oportunidade de obter outras fontes de renda por meio da venda de produtos derivados da uva e de seu cultivo, criando, assim, uma oferta complementar que pode ser comercializada de forma conjunta, podendo vir a ter, no futuro, o reconhecimento de IG.

A oferta de outros produtos além do vinho pode levar a um aumento da renda, uma vez que podem ser criados pacotes mais atrativos, impulsionando a geração de

emprego e renda para a região pesquisada. Isso não só incentiva os visitantes a adquirirem mais itens de uma só vez, aumentando o valor da compra, mas também ajuda a impulsionar as vendas de produtos adicionais que, de outra forma, poderiam ser menos procurados individualmente.

Além disso, outra questão relevante para o fomento da geração de empregos e renda são os atrativos ambientais que fazem parte do roteiro turístico e representam a geodiversidade e a biodiversidade do bioma Mata Atlântica, amplamente presentes na localidade do distrito de Boa Esperança. Esses atrativos ambientais que constituem o “Caminho das Pipas”, no distrito de Boa Esperança, são apontados como importantes atrativos do roteiro de cicloturismo, denominado “Cascatas e Montanhas”, que se estende para além do município de Rolante, passando, também, por outros municípios da região (Luerce, 2015).

À medida que o turismo vem se expandindo e se tornando um lugar procurado pelos turistas, há a necessidade de novos investimentos em infraestrutura, especialmente em hospedagens. A região conta hoje com a Pousada In Mezzo Ai Monti, a Cabana Tarantella e o Chalé Caminho das Pipas, administradas por componentes das famílias rurais do distrito, que também são proprietárias das vinícolas localizadas na região.

Tal situação é apresentada nos estudos de Manfio, Medeiros e Cristóvão (2020), em que os autores afirmam que as ações voltadas para o turismo rural, a sustentabilidade ambiental, a revitalização e a manutenção de espaços públicos e culturais, a organização de eventos culturais, a transformação de produtos locais em mercadorias de consumo, entre outras, instituem novas oportunidades para o desenvolvimento local e a superação dos problemas regionais, contribuindo para a geração de emprego e renda.

Ao promover a qualidade dos vinhos produzidos na área, a IG pode atrair investimentos, turistas e consumidores em busca de produtos distintos. Como resultado, pode promover uma demanda crescente por mão de obra qualificada em todas as etapas da produção vitivinícola, desde o cultivo das uvas até o processo de vinificação e comercialização. Além disso, o aumento da atividade econômica na região tende a estimular o desenvolvimento de serviços relacionados, como turismo enológico, hospedagem, gastronomia e comércio local, proporcionando oportunidades adicionais de emprego e renda para os produtores.

3.9 A importância da governança no processo de reconhecimento de uma Indicação Geográfica

No Brasil, o pedido de reconhecimento de uma IG, como já mencionado, deve ser encaminhado junto ao INPI, observando o contido na Lei n. 9.279 e na recente portaria INPI n. 4, de 2022, que estabelece as condições para o registro das IGs. Esse instrumento define, entre outras coisas, que o pedido deve ser protocolado por uma entidade estabelecida no território, a qual será responsável pela gestão e controle da IG (Milano; Cazella, 2022).

Dessa forma, a primeira etapa a ser avaliada é a organização dos produtores, com intuito de construir o processo de reconhecimento da IG. A IG necessita de um forte envolvimento e participação dos produtores e/ou dos transformadores, assim como das outras pessoas envolvidas na sua gestão. A atuação é voluntária e coletiva, ou seja, apoia-se em uma entidade associativa. O termo “associação” nesse contexto será correspondente a qualquer organização de produtores e/ou transformadores relacionados com o produto, seja qual for sua forma jurídica ou sua composição (Fante; Dallabrida, 2016 *apud* MAPA).

Dessa forma, fica evidente a necessidade de cooperação por parte dos produtores. No Distrito de Boa Esperança, os produtores organizaram-se e criaram a ACAPI, que representa os seus interesses. Essa associação é recente e foi formalizada em 2022. Contudo, é importante ressaltar que esse grupo já trabalha desde 2005 auxiliando na divulgação e organização do turismo. A iniciativa faz parte do programa estadual Redes de Cooperação e contou com o apoio do departamento de Turismo da Prefeitura de Rolante, Feevale e de um escritório de contabilidade. A atual diretoria da ACAPI é formada pelo presidente, vice-presidente e secretária, tesoureiro e pelos conselheiros fiscais (Figura 10).

Pode-se perceber que o objetivo dessa associação é o desenvolvimento do turismo local, conforme a fala da entrevistada A4 “local só tem a associação que é do turismo, e eles conversam entre si. Todos esses assuntos perpassam por essa organização, que agora está formalizada”. Complementa ainda que a EMATER sempre incentivou os produtores a atuarem de forma associativa, mesmo que não formalizada.

Figura 10 – Lançamento da ACAPI



Fonte: Jornal Repercussão (2022).

É importante enfatizar que a institucionalização das IGs envolve um complicado mecanismo de governança, a partir do qual se busca produzir compromissos entre atores que apresentam diferentes referências. A governança envolve uma rede de atores públicos e privados atuando em diferentes escalas territoriais: das associações locais de produtores às organizações multilaterais globais; dos ministérios e autarquias governamentais aos escritórios privados de assessoria jurídica; das entidades de pesquisa e desenvolvimento aos movimentos sociais de valorização da gastronomia regional (Niederle; Mascarenhas, 2017).

Em suma, a governança em Boa Esperança possui a articulação entre os produtores, Sindicato Rural de Rolante e a EMATER. Esses órgãos foram mencionados nas entrevistas como os principais apoiadores de muitas iniciativas realizadas na produção do vinho até o atendimento aos visitantes. Essa estrutura é essencial para coordenar e alinhar os esforços de todas as partes interessadas envolvidas. Além disso, a governança é peça chave para a definição e implementação de normas e regulamentos que protegem a autenticidade e qualidade dos produtos vinculados à IG.

Dessa forma, ao reconhecer a importância da governança no contexto das IGs, podemos fortalecer não apenas a proteção e promoção do patrimônio cultural e

econômico de uma região, mas também o desenvolvimento e a prosperidade de suas comunidades.

3.10 O Modo de Produção do Vinho no distrito de Boa Esperança

No mundo dos vinhos, durante muito tempo,, as IGs foram a expressão máxima de um estilo de produção assentado na valorização do *terroir*, na institucionalização da raridade, da especificidade e de métodos tradicionais de viticultura e vinificação. Os pequenos empreendimentos também apostaram em alternativas locais, tentando beneficiar-se da crescente valorização de atributos territoriais específicos, nomeadamente por meio da associação dos vinhos com aspectos socioculturais de identidade e tradição, com a natureza e a paisagem, ou ainda com métodos peculiares de produção, conforme afirma Niederle (2009). Um cenário semelhante a esse é, também, o que se espera para os próximos anos como resultado da atual dinâmica de desenvolvimento do distrito de Boa Esperança.

Para isso, é importante a existência de uma coordenação e uma regulamentação da produção que possa definir uma forma específica de fazer vinhos e sucos de qualidade no distrito de Boa Esperança a partir de características locais, socioeconômicas e culturais específicas do território. Com relação a isso, a entrevistada V1 enfatiza que isso é uma questão individual, pois cada produtor segue a sua forma de produzir, pautado na tradição de família, de forma artesanal. Ela complementa, ainda que: “a gente caminha junto, mas paralelo. Cada um com a sua forma de produzir”.

A entrevistada A4 corrobora dizendo que “não, não tem regulamento, mas eles têm o conhecimento e a assistência técnica que dá a EMATER, e tem outros técnicos que também assessoram. E eles têm a tradição já de cultivo e tudo”.

As percepções dos entrevistados são importantes para um possível pedido de IGs, pois as de vinhos do Estado do Rio Grande do Sul utilizam um sistema de controle assemelhado, estruturado nos Conselhos Reguladores (CR) de cada uma das associações de produtores gestoras de IG (Tonietto, *et al.* 2022).

Os CR são órgãos sociais integrantes dos estatutos de cada uma das associações. Nos estatutos, estão definidas as competências e atribuições em termos de gestão da IG e a sua composição, incluindo a representação dos produtores e de

instituições externas. A gestão inclui o controle, a proteção e a promoção da IG (Tonietto, *et al.* 2022).

Após, questionou-se os entrevistados sobre o sistema de controle de qualidade da produção dos vinhos produzidos no distrito de Boa Esperança, sendo que a resposta também foi de que esse sistema de controle de qualidade ocorre de forma artesanal. No entanto, são realizadas as análises físico-químicas e emitidos laudos, sendo que, por meio desses laudos, é possível verificar inadequações e realizar as correções necessárias. Os entrevistados ainda enfatizam que são fiscalizados pela Secretaria Estadual da Agricultura, por meio de visitas dos fiscais às vinícolas (A4, A5, V1).

Ressalta-se que os vinhos com IG devem ser produzidos atendendo ao conjunto de requisitos de produção, definidos no Caderno de Especificações Técnicas (antes denominados de Regulamentos de Uso). Existem dois níveis de controle. Um deles é exercido pelos produtores, por meio do Autocontrole. Outro é realizado pelo Conselho Regulador (CR), correspondendo à etapa do Controle Interno (Tonietto, *et al.* 2022).

Conforme mencionado, o regulamento de produção, bem como o sistema de controle de qualidade dos vinhos produzidos no distrito de Boa Esperança segue, ainda, o modelo tradicional que foi passado de pai para filho. Assim,

a fabricação do vinho é sempre da mesma forma. Mas antigamente o pai fazia tudo na cabeça, ele que pensava, ele que dizia, ah, tanto disso, tanto daquilo. Mas, hoje em dia, eles já pedem o controle de rastreabilidade do vinho. Então, estou tentando implantar um sistema para rastrear essa uva veio daqui, aquela uva veio dali, fechou esse vinho aqui (V3).

Observa-se que esses regulamentos não estão documentados, nem mesmo pela ACAPI. Os checklists de boas práticas de produção são fornecidos pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), por meio da Secretaria da Agricultura Estadual que também realiza as análises para comprovar se o produto está apto para o consumo.

Como os produtores não possuem um regulamento e um sistema de controle de qualidade, organizado pela associação, mas somente aqueles disponibilizados pela Secretaria da Agricultura, questionou-se se todos os produtores de vinhos do distrito de Boa Esperança seguiam as recomendações da Secretaria da Agricultura. Os entrevistados enfatizaram que

Sim, os regularizados, sim. A princípio, todos esses que vendem em geral ali, inclusive porque a gente conversa, às vezes descobre um ou outro que está começando. É dado as instruções, existe uma legislação se ele fica como cantina rural, que é menor. É diferente em alguns aspectos. Inclusive, quase todos se enquadram lá em cantina rural, mas eles têm estruturas para cantina normal, a maioria deles (A1).

Nota-se que somente aquelas vinícolas que estão formalizadas seguem o sistema de controle de qualidade exigido pela Secretaria de Agricultura, até porque sofrem fiscalização do Estado. Contudo, quando se tem alguma vinícola que ainda não está registrada, os demais produtores prestam as informações sobre esse controle de qualidade.

A partir dessas afirmações, buscou-se saber se esse sistema de controle de qualidade seria capaz de assegurar a originalidade do produto por meio da manutenção da produção artesanal.

Sobre essa questão, a entrevistada A4 esclarece que é possível assegurar a originalidade, pois o maior sistema de controle está na manipulação e não no processamento. Os produtores seguem um fluxo, mas isso não deve impactar no produto final. Ela ainda argumenta que os órgãos de fiscalização exigem qualidade das instalações, especialmente, no que tange a limpeza do local, porque, antigamente, não tinha higienização adequada das pipas, devido à falta de conhecimento. “A qualidade aumentou muito, mas as características permanecem” (A4).

Já o produtor V4 assegura que consegue manter a originalidade dos vinhos, pois

[...] esse controle ele só vem a somar, né? Porque daqui a pouco, se der algum problema, é um lote, pode acontecer. Porque é um produto que a gente não utiliza conservantes e nada. Então, através desse controle mais rígido, você consegue assegurar também essa qualidade de uma melhor maneira. Porque daqui a pouco, se um lote deu 500 garrafas com problemas, se eu não tenho esse controle, eu não consigo saber, daqui a pouco, qual é o problema que veio ter nesse lote, nessa produção, né? Mas eu acredito que esse controle ele soma pra gente ter uma melhor qualidade e pra manter também esse padrão mais antigo.

A partir dessa afirmação, é relevante observar que os produtores também se beneficiam com o controle de qualidade na produção, pois, a partir desse controle, há

segurança da qualidade ao longo do tempo. Ao mencionar que um lote com problemas pode comprometer a reputação do produto, o produtor ressalta a importância do controle de qualidade para manter os padrões de excelência e para garantir a satisfação dos consumidores. Além disso, o controle permite identificar e resolver rapidamente qualquer problema que possa surgir, mantendo a integridade e a autenticidade dos vinhos produzidos.

Nesse contexto, a entrevistada A5 afirma que são coletadas, a cada safra, as uvas e são registradas no banco de dados da Secretaria da Agricultura. Em seguida, é elaborado o vinho base no laboratório, em colaboração com a Secretaria da Agricultura. Durante o período de julho a setembro, quando o vinho está em processo de maturação, são realizadas coletas de amostras de forma esporádica e fiscalização das cantinas. Esse processo permite um controle rigoroso da produção, já que qualquer mistura de vinhos de origens diferentes pode ser identificada por meio da análise do padrão isotópico.

Quanto à documentação dos registros do modo tradicional de produção do vinho no distrito de Boa Esperança, os entrevistados são unânimes em afirmar que o conhecimento é passado, muitas vezes, de forma oral de geração para geração, pois os produtores não veem a necessidade de documentar, de forma escrita o modo de produção. Ainda, quanto à implementação de novos processos produtivos, a entrevistada A4 relata que os produtores são convidados a participar de capacitações promovidas pela Embrapa, sendo que os técnicos da Embrapa vêm, de forma gradual, acompanhando a implementação de inovações no processo produtivo pelos vitivinicultores do distrito de Boa Esperança. A Embrapa também fornece, a esses produtores, manuais que orientam o processo produtivo do vinho auxiliando, assim, na produção de vinhos de melhor qualidade.

3.11 A Contribuição dos Estudos Científicos na Vinicultura de Boa Esperança

Pellin (2019) esclarece que, nos últimos anos, o crescimento relativamente acelerado de IGs no Brasil deve-se principalmente ao trabalho de atores envolvidos nos processos de discussão e de pesquisa e potencializam e embasam os pedidos de reconhecimento de IGs no país. Os principais atores são: o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), bem como universidades públicas e privadas.

Esse trabalho de pesquisa com o apoio desses atores é de fundamental importância para identificar as potencialidades e delimitar a área geográfica que a IG abrangerá. A parceria entre produtores e pesquisadores, seja eles de instituições públicas ou privadas, é muito forte na região Sul do país, o que pode justificar o grande número de IGs requeridas para essa região (Valente *et al.*, 2013). O autor explica, ainda, que a delimitação de IPs, tradicionalmente uma etapa complexa por envolver diversos fatores, tem sido facilitada pela disponibilidade de estudos prévios e profissionais que conhecem e pesquisam a temática.

Corroborando com essas afirmações acerca do forte envolvimento desses atores, verificou-se, por meio da presente pesquisa, a existência de estudos sobre a região do distrito de Boa Esperança. Contudo, esses estudos referem-se a trabalhos acadêmicos realizados por estudantes à nível de graduação e que versam sobre as potencialidades da região para o turismo rural e o patrimônio cultural. Assim, os entrevistados foram questionados se, na região do distrito de Boa Esperança, ocorreu ou está ocorrendo algum estudo para identificar e comprovar as potencialidades dessa região para uma possível IG para o vinho. Contudo, os entrevistados foram unânimes em afirmar que não possuem conhecimento de estudos para tal finalidade.

Diante disso, questionou-se aos entrevistados sobre a existência de determinantes agroclimáticos envolvidos na produção do produto. O entrevistado A1 comentou que existem esses determinantes, enfatizando que “[...] a região, é o vale, é a nuvem que aquele dia logo fecha, horas de sol, horas de frio”.

Já em relação aos questionamentos quanto aos efeitos das condições agroclimáticas da região sobre o produto e se elas podem ser comprovadas, os entrevistados mencionam que não têm conhecimento de documentos que possam comprovar, mas é notório que o clima influencia na qualidade da uva. Até porque a localização do distrito de Boa Esperança favorece muito, pois encontra-se próximo a uma região de serrana, ao litoral e à região metropolitana de Porto Alegre, sofrendo influências climáticas dessas três regiões.

Nesse contexto, a entrevistada A5 observa que, embora a região seja naturalmente mais fria, a proximidade com a praia e áreas metropolitanas contribui para a dissipação rápida do frio, resultando em períodos frios mais curtos. Essa dinâmica climática é vista como benéfica para o cultivo das uvas Bordeaux, o que

pode resultar em uma maturação mais equilibrada das uvas, produzindo um vinho de qualidade superior e com expressão do *terroir* local.

3.12 Os desafios e perspectivas encontradas na produção de vinho no distrito de Boa Esperança

As transformações econômicas e demográficas no município de Rolante começaram em 1976, impulsionadas pela ascensão do setor calçadista, levando moradores rurais a mudarem suas atividades e locais de moradia (Baldasso, 2003). O autor explica que é evidente a contribuição no processo migratório, sendo que, no início da década de 1990, o setor calçadista tornou-se a principal fonte de arrecadação de ICMS no município.

Dessa forma, o município de Rolante passou a sofrer um intenso processo de urbanização e de industrialização, com ênfase na indústria coureiro-calçadista a partir da década de 1970, ocasionando um desenfreado crescimento dos núcleos urbanos. Muitos núcleos rurais transformaram-se em dormitórios de trabalhadores ou passaram a instalar filiais de indústrias de calçados que absorviam a mão de obra jovem, com pouca qualificação e, por consequência, com baixos salários (Triches, 2010).

Nessa época, os produtores do distrito de Boa Esperança produziam o vinho para consumo próprio, pois a principal matéria-prima para a fabricação do vinho, a uva, era comercializada *in natura* diretamente na *Cooperativa Caprol* ou na empresa *Industrial de Bebidas Riozinho*. Todavia, na década de 1990, as empresas enfrentaram uma crise econômica e passaram a não absorver a totalidade das uvas produzidas pela comunidade. A partir desse cenário, os produtores passaram a enfrentar dificuldades financeiras, uma vez que não conseguiam vender o excedente de uvas produzidas.

Tal situação impactou diretamente na economia daquela comunidade, especialmente após o encerramento das atividades da cooperativa, em meados da década de 1990, acarretando o deslocamento de várias famílias para a zona urbana do município. O entrevistado V4 recorda que as dificuldades enfrentadas, não só pelos vinicultores do distrito de Boa Esperança, aliado ao auge da atividade coureiro-calçadista, contribuíram para o êxodo rural no município de Rolante e municípios vizinhos.

A entrevistada A5 corrobora afirmando que:

[...] a comunidade sofreu muito com isso, sim. Hoje, a geração que está aqui, que é uma geração mais nova, foi a geração que ficou, que resolveu ficar. Mas, na época dos meus pais, foi a época que sofreu bastante com o êxodo rural e foi na época que deu um decrescente bastante grande para a comunidade. Então, ali teve, foi onde a comunidade estava no ápice e ela baixou muito em função de perder muito, perder no sentido, né, da saída das famílias, de famílias inteiras, não só de jovens, mas de famílias inteiras, em busca de trabalho no calçado que, na época, era bastante procurado, e que a qualificação e a seriedade do pessoal do interior, a força do trabalho, enfim, acabava sendo bastante procurada. Só que aí foi prejudicando o nosso, né? Porque, da família do meu pai, ficou só ele em casa.

Assim, nos relatos dos entrevistados, podem ser observados os reflexos negativos causados pelo êxodo rural. A falta de oportunidades de trabalho e renda fizeram famílias migrarem para outros municípios vizinhos. Os produtores que permaneceram no distrito de Boa Esperança enfrentaram os desafios com uma redução da mão de obra disponível, o que afetou diretamente a produção agrícola. Além disso, o êxodo rural contribuiu para o envelhecimento da população rural, diminuindo o número de jovens interessados em seguir na atividade agrícola, o que representou um desafio para a continuidade dos negócios familiares.

Convém destacar o relato do entrevistado V4,

Tinha mais produtores. Na época, o meu pai chegou a produzir para Riozinho, que foi a cantina que ele trabalhava, 1 milhão e 60 mil litros de vinho, com uvas daqui. Então, você vê o tanto de uva que tinha na época. Parreirais que existiam, mais famílias que tinham e a gurizada começou a ir embora estudar e vinha só final de semana e tu acaba perdendo o vínculo com o interior. Por exemplo, hoje, se fosse para os meus irmãos voltarem, hoje eles não voltariam mais.

O entrevistado V4 esclarece que é o “[...] filho mais novo, e o único que permaneceu. Os [...] dois irmãos foram embora na época, porque foram estudar e eu tive o privilégio de ter o transporte escolar, que eu pudesse estudar e voltar para casa. Estudava à noite e trabalhava de dia”. Comenta ainda sobre o problema da mão de obra quando “o pessoal foi embora, muitos lugares ficaram só o pai e a mãe, tem muitas propriedades que foram abandonadas porque os mais de idade não conseguem mais”.

Sobre esse aspecto, o produtor V3 complementa,

[...] a nossa região era muito povoada, eu acredito que tinha em torno de mil pessoas, agora hoje a gente tá com 300, eu acho, na nossa comunidade. Então saiu muita gente, muita gente já morreu também, mais de idade. E aí diminuiu muito o povo daqui. Acabou que os avós, os pais que tinham terra aqui acabaram vendendo, os filhos, ficou pros filhos, os filhos acabaram vendendo e vem bastante pessoal de fora.

Outro fator que afetou o município de Rolante foi o processo de industrialização, sendo atribuído como a razão fundamental para o retrocesso demográfico e econômico nas áreas rurais e mesmo na zona urbana do município de Rolante, ocasionando o seu relativo isolamento em relação aos centros dinâmicos da atividade produtiva. Assim, pode-se constatar que outras localidades que possuem o acesso asfáltico tiveram crescimento com a expansão coureiro-calçadista, enquanto Rolante sofreu empobrecimento e esvaziamento demográfico, levando seus habitantes a estabelecerem seus empreendimentos em municípios com melhor infraestrutura (Rost, 2004).

Outro fator apontado pelo autor como consequência para o grave êxodo rural e urbano foi a busca de oportunidades, em especial na indústria calçadista nas cidades de Novo Hamburgo, Campo Bom, Sapiranga e Igrejinha nas décadas de 1960 e 1970, o que explicaria a diminuição do número de habitantes nas últimas décadas (Rost, 2004).

Após todas essas dificuldades, no final da década de 1990, teve início o processo de legalização das agroindústrias. Essa necessidade de atender em mais mercados abriu as portas para o interesse dos próprios agricultores em “agregar valor” aos seus produtos e a possibilidade de poder vendê-los formalmente. O interesse desses agricultores foi levado à Emater e ao prefeito municipal de Rolante, favorecendo o início do Programa Municipal de Agroindústrias, com encontros de discussão entre agricultores, poder público, Emater e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, além de representantes do Ministério da Agricultura (Triches, 2010).

A formalização das propriedades oportunizou a entrada em novos mercados, sejam públicos ou privados, além de acessar os benefícios de políticas públicas voltadas para o campo. Dessa forma, tal iniciativa contribuiu para o abastecimento da

alimentação escolar, comercialização dentro do próprio município, às feiras, ao turismo rural, à venda para o varejo local, aos restaurantes e outras iniciativas.

Ainda questionou-se os entrevistados sobre o futuro do setor vitivinícola em Rolante para os próximos anos. O entrevistado V4 relata que:

[...] está vendo assim uma demanda turística um pouco maior. Durante o período da pandemia, o pessoal não saiu muito. Então, o que aconteceu? Quando começaram a sair, vieram muito para o interior. Então, o pessoal está valorizando o interior, inclusive o pessoal colocou aqui algumas pousadas, casas, cabanas para a locação. Isso tudo também fomentou e fomenta o turismo. A gente trabalha em parceria junto com eles. A gente se indica. Você indica, ah, quero pousar em tal lugar. A gente passa os contatos deles, eles passam os nossos contatos também para o pessoal que vem aqui. Eu acredito que, com algum registro, vamos pensar pra frente, algum registro de indicação geográfica, eu acredito que isso vai dar uma explosão muito boa para a nossa localidade, para o nosso roteiro turístico. Eu acredito que ainda a gente tem muito para crescer. A gente tem muito para crescer. Sonhando pra frente, futuramente, também conseguir a ligação asfáltica (V4).

Essa exposição destaca a percepção desse entrevistado sobre as oportunidades de crescimento e desenvolvimento no setor do turismo, ressaltando a importância da colaboração entre os diversos atores locais e a possibilidade de iniciativas futuras, como a melhoria da infraestrutura (asfalto) para continuar impulsionando o turismo na região. A cooperação entre os produtores locais, que trabalham em parceria para promover os destinos uns dos outros, em que compartilham contatos e recomendam uns aos outros, contribui para fortalecer o turismo na região. Além do mais, expressa otimismo em relação ao futuro do turismo local e sugere que a obtenção de um registro de indicação geográfica poderia impulsionar ainda mais o desenvolvimento do turismo.

Da mesma forma, o entrevistado V3 comenta:

É, planos, sonhos, a gente tem bastante. Mas dependemos muito do pessoal que vem até nós. Então a gente necessita de uma estrada boa, que hoje é a nossa principal batida de martelo, é a estrada, porque sem estrada o pessoal não consegue vir até a gente. Eu sei que o asfalto é mais caro ainda, mas é uma rota turística, que tá cada vez mais gente vindo, o pessoal tá cada vez mais buscando, mas sonhos a gente tem bastante, de aumentar a vinícola, fazer um espaço para o pessoal ficar mais aqui, fazer umas churrasqueiras, decks, algumas coisas assim, para o pessoal ficar, não só vir buscar o vinho e ir embora. Para o turista aproveitar o dia, a paisagem, a família, fazer um piquenique, fazer alguma coisa assim.

Da mesma forma que o entrevistado anterior, observa-se que esse (V3) também enfatiza que tudo isso depende da acessibilidade proporcionada por uma estrada de qualidade, apesar dos muitos planos que a comunidade tem para expandir suas atividades. Além disso, é necessário ponderar que a falta de uma estrada adequada pode ser um obstáculo significativo para atrair visitantes para a região, afetando diretamente a economia local.

Outro ponto mencionado, são os esforços da associação local para solicitar à gestão municipal do município de Rolante melhorias na estrada, reconhecendo que, embora seja um investimento significativo, é crucial para facilitar o acesso ao local e melhorar as condições de deslocamento dos moradores. Essa fala ressalta não apenas os desafios enfrentados pela comunidade devido à infraestrutura limitada, mas também sua determinação e união dos produtores em superá-los para oferecer uma melhor estrutura turística aos visitantes.

Ainda sobre essa situação, um dos entrevistados comenta:

A gente tem trabalhado muito, cada um trabalhando, caminhando com as suas pernas. A gente mesmo reinvestindo dinheiro na propriedade, melhorando, fazendo atrativos para o pessoal que vem. Então, isso também tem chamado clientes e tem melhorado. Claro que sempre a gente contando, podendo ter um auxílio também do poder público, de outras instituições, isso é muito importante, estando bem. A gente sabe que a gente caminha com as próprias pernas, mas quanto mais pessoas ajudando, mais entidades ajudando, fomenta ainda mais (V4).

Fica claro o destaque dado pelo entrevistado V4 aos esforços incessantes da comunidade local em melhorar as instalações, mas, além disso, ele reconhece a importância do apoio externo, seja do poder público ou de outras instituições para promover ainda o desenvolvimento da região. Ressalta que, embora a comunidade esteja progredindo por conta própria, a colaboração com outras entidades pode ampliar os resultados positivos.

Essa abordagem demonstra uma compreensão da importância da cooperação para o crescimento sustentável, pois o turismo em áreas rurais pode ser considerado como uma fonte adicional de geração de emprego e renda para as famílias, especialmente à medida que a ocupação e as rendas das atividades agropecuárias tradicionais diminuem ou perdem importância econômica.

Todavia, há poucos incentivos para que os produtores e suas famílias possam dar continuidade ao trabalho nas agroindústrias. Essa situação é revelada por um dos entrevistados, quando menciona que:

[...] a questão do rural é muito difícil da gente prospectar futuro, porque, querendo ou não, o que se tem embutido nas crianças desde a escola, né, é que tu precisa estudar, estudar, estudar, para daqui a pouco tu ter uma faculdade, mas uma profissão para tu trabalhar fora daqui, para tu fazer um futuro, mas eu não entendo porque que o futuro não pode ser aqui. Porque esse incentivo das famílias daqui, eu acredito que isso se dá em função da dificuldade que eles passaram, que eles viveram para erguer, para construir, para ter as coisas. E eu compreendo essa questão da dificuldade, mas eu não entendo o de fora, sabe? Quem é de fora? Por que incentivar a sair e não incentivar a permanecer? (A4).

Essa reflexão ressalta a importância de reavaliar as perspectivas sobre o desenvolvimento rural e incentivar a permanência e o crescimento dentro das comunidades locais. Ela destaca a necessidade de reconhecer e valorizar os recursos e oportunidades disponíveis nas áreas rurais, além de promover um ambiente que encoraje os jovens a investirem em suas comunidades de origem, contribuindo, assim, para o desenvolvimento local.

Com relação à possibilidade de se promover o desenvolvimento do território formado pelo distrito de Boa Esperança por meio da produção vitivinícola, um dos produtores entrevistados comenta que existe essa possibilidade, enfatizando que o roteiro turístico “Caminho das Pipas” possui uma grande relevância nesse processo, pois:

[...] o pessoal que iniciou aqui com restaurantes e pousadas cresceu por causa do vinho, do setor vinícola, em cima do caminho das pipas. O caminho das pipas, quando a gente registrou o roteiro, já era conhecido por clientes. Por clientes que eu me refiro a clientes que ainda vêm buscar o produto nosso, que já não são, a gente não chama de turista, são consumidores fixos que vêm todo ano fazer compra do produto, adquirir o produto para o seu consumo. E junto com a nossa associação agora que a gente criou já há dois anos, também a associação está tendo um papel muito importante na divulgação. É claro que, aos poucos, a gente está engatinhando ainda como associação (V4).

Outro entrevistado também tem a mesma percepção quando menciona que:

Eu acredito que sim. Já tá, né? Do que era antigamente, já tá bem mais hoje em dia, né? Os nossos pais, agora a gente tá começando a crescer, tá começando a ver coisas novas. A gente tá sempre tentando ampliar ou colocar alguma coisa mais na vinícola. Eu acredito que sim, que cada vez mais a gente vai crescer. Alguns vão até fechar, eu acho, porque como alguns não têm filhos, alguns, os filhos já foram pra cidade, não querem saber da parreira, da roça. Então, mas alguns eu acredito que vai ficar e vai ser uma coisa muito boa pra comunidade, para cidade também de Rolante e pra nós também. Para o turismo também, o pessoal gosta de buscar uma coisa nova (V3).

Pelos depoimentos dos produtores entrevistados, pode-se concluir que, na perspectiva deles, a produção de uvas e vinhos promove o desenvolvimento na medida em que fomenta o turismo na região. Em relação ao crescimento e desenvolvimento contínuo do setor vitivinícola, destaca-se que, em comparação com o passado, já se observa um progresso significativo nos dias de hoje.

Essas mudanças são desenvolvidas a partir da nova geração que está buscando ativamente expandir e diversificar as operações nas vinícolas. Esses esforços incluem a introdução de novas iniciativas e melhorias constantes nas instalações. Embora alguns produtores possam enfrentar desafios, como a falta de sucessores interessados em manter o negócio familiar, a maioria dos entrevistados acredita que muitos permanecerão e contribuirão positivamente para a comunidade local e para o município de Rolante.

Ainda sobre essa questão, uma das entrevistadas comenta:

Eu acredito que, na verdade, já promoveu o desenvolvimento, muito a questão da comunidade de Rolante também. Eu acho que a questão dos produtos já tem trazido muita gente, muitos visitantes, muitos até a nível técnico, para buscar informações, para buscar experiências aqui. Então, eu acho que sim, que já se ganhou muito. Ainda temos bastante coisa para contribuir e para aprender também, para buscar, para melhorar o nosso interno também (A5).

A relação do desenvolvimento com o turismo não é somente uma percepção dos produtores entrevistados da pesquisa, sendo tal afirmação sustentada, também, por Vieira e Soares (2019), quando esses entendem que a identificação de produtos com potencial de IG associados às perspectivas do turismo poderá servir ainda como

subsídio para reforçar a importância socioeconômica e cultural de uma certificação do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) para os produtos tradicionais.

Como resultado, pretende-se gerar um novo olhar a respeito dos produtos tradicionais, aprendizagem, quebra de paradigmas e novas estratégias e subsídios para a comunidade aperfeiçoar seus produtos dentro das rotas turísticas, com potencial para valorizar a gastronomia e os produtos artesanais.

Relacionando essas discussões com as teorias de desenvolvimento endógeno Barqueiro (2002), enfatiza que as regiões que conseguem desenvolver e gerenciar internamente seus recursos têm um potencial maior de dinamização e progresso econômico e social. A principal contribuição da teoria endogenista, conforme destacada pelo autor, reside na abordagem que examina como instituições e fatores de produção, como capital social, capital humano e capital imaterial (conhecimento, pesquisa e desenvolvimento, informação), podem ser gerenciados internamente pela região, como acontece na região de Boa Esperança.

O possível reconhecimento de uma IG dos vinhos do distrito de Boa Esperança enfrenta alguns desafios iniciais. Dentre esses, podem ser citados os relacionados com as questões legais de solicitação ao pedido, o desconhecimento por parte dos produtores, os padrões de qualidade, as práticas exigidas por uma IG e com as formas de cooperação. No entanto, as perspectivas são promissoras, pois é possível agregar valor aos seus produtos, valorizar a região, impulsionar o desenvolvimento local, preservar as tradições culturais e aumentar a competitividade dos vinhos locais. Apesar dos obstáculos, o reconhecimento da IG tem o potencial de trazer benefícios para a comunidade e fortalecer a reputação da região como produtora de vinhos e o *Caminho das Pipas* como roteiro turístico.

4 CONCLUSÃO

A vitivinicultura possui significativa relevância no estado do Rio Grande do Sul. Isso se confirma tanto pela expansão contínua das áreas dedicadas a essa atividade no território ao longo dos anos, pelo reconhecimento e pela sua consolidação como produtora de vinhos diante da qualidade. Além disso, a vitivinicultura carrega consigo um profundo valor identitário, influenciado pelos imigrantes envolvidos na produção de uvas e vinhos.

O estudo teve como objetivo analisar o potencial do distrito Boa Esperança, localizado no município de Rolante/RS, para a obtenção do reconhecimento de IGs no setor vitivinícola. Justifica-se a relevância pela necessidade de compreender as potencialidades da produção de vinhos da comunidade de Boa Esperança, reconhecida como o “Caminho das Pipas”, devido à tradição na produção de vinhos, sucos e espumantes, como também o turismo rural.

Verificou-se, por meio do referencial teórico, experiências já consolidadas e reconhecidas de IGs, no sentido de dar base para essa iniciativa que está surgindo. É crucial destacar a importância do pioneirismo do trabalho no Vale dos Vinhedos, que não só serviu como referência para a maioria das experiências consolidadas de IGs no Brasil, mas também continua a inspirar aqueles que buscam o reconhecimento. Esse pioneirismo atua como um estímulo para outros territórios considerarem estratégias semelhantes em suas agendas de desenvolvimento, devido aos impactos positivos gerados naquele território.

A partir da análise e da discussão, foi possível identificar que muitos produtores exercem a atividade vitivinícola pela familiaridade e vínculo familiar que a atividade possui. Esse saber fazer foi passado de gerações para gerações, enraizando-se na cultura local. Além disso, a tradição familiar na vitivinicultura não apenas preserva técnicas na produção do vinho, mas também fortalece os laços comunitários e a identidade regional, contribuindo para a sustentabilidade econômica e social da região.

Os resultados focaram-se, primeiramente, nas possibilidades do setor de vitivinicultura no distrito Boa Esperança para IGs, pois a pesquisa verificou aspectos positivos, destacando-se a qualidade das uvas cultivadas na região, as características do *terroir* local, a produção tradicional, a pureza dos vinhos, o comprometimento dos produtores e a união da comunidade local. Todavia, percebem-se dificuldades em

relação aos reflexos negativos causados pelo êxodo rural, que causou uma redução drástica na mão de obra disponível, afetando diretamente a produção agrícola.

Quanto à identificar os atributos referentes à qualidade, a tipicidade, a tradição e a notoriedade no setor vitivinícola para obtenção do registro de IG, na percepção dos entrevistados, o vinho produzido na região é considerado um vinho tradicional (vinho de mesa). No entanto, há um consenso quanto à sua qualidade, mesmo nessa categoria. Observa-se uma transição interessante no cenário local, pois os produtores exploram novas técnicas e abordagens, encontrando espaço para vinhos mais elaborados e de qualidade superior. Essa evolução reflete não apenas uma busca por excelência, mas também uma resposta às demandas crescentes do mercado por produtos distintivos e de alto padrão. Esse investimento em vinhos de qualidade superior representa não apenas um avanço na oferta local, mas também uma oportunidade para elevar a reputação e o prestígio da região.

No que tange à tipicidade, os resultados mostram que a localização é ideal para a adaptação das videiras. A região oferece todas as condições climáticas favoráveis, solo adequado, relevo, temperatura e radiação solar. Esses fatores garantem um produto final de qualidade.

Em relação à tradição na produção de vinhos, conforme os entrevistados, começou com a chegada dos imigrantes italianos no início do século XX. Eles trouxeram as videiras e os métodos antigos de fazer vinho. É importante destacar que, nos últimos anos, o distrito de Boa Esperança vem ganhando cada vez mais reconhecimento também por meio do roteiro turístico "Caminho das Pipas". Conforme comentado anteriormente, o roteiro foi criado em 2002, com o objetivo de fortalecer a economia local, mas também promover o crescimento sustentável, transformando a região em um destino turístico culturalmente enriquecedor.

Apesar de não ser o objetivo do presente estudo, faz-se necessário destacar a relação do turismo nessa região. Em Boa Esperança, o turismo rural, por meio do roteiro turístico "Caminho das Pipas", está sendo uma ferramenta importante para a permanência e o fortalecimento de pequenas propriedades rurais familiares. A análise da relação entre a construção e o desenvolvimento da rota é positiva e está contribuindo muito para o desenvolvimento da comunidade, já que a rota "Caminho das Pipas" proporcionou uma maior visibilidade dos produtos daquela localidade, o que incentivou um aumento da produção de vinhos e conquistou um nicho no mercado consumidor, que busca produtos diferenciados como o suco natural, que algumas

agroindústrias passaram a produzir. Esse aumento da produção significou uma importante estratégia de sustentabilidade para os agricultores, viabilizando, assim, a permanência das gerações mais novas no meio rural.

Todavia, um grande problema é a falta de mão de obra qualificada, já que a comunidade não conta com pessoas disponíveis para trabalhar nas atividades da propriedade, nas agroindústrias ou mesmo no atendimento aos turistas ou nos estabelecimentos comerciais. A dificuldade de encontrar mão de obra pode ser um empecilho para a ampliação da produção e nos atendimentos aos visitantes.

Contudo, outro fator analisado, obrigatório para obter a IG, é a notoriedade. Foi possível verificar que o distrito de Boa Esperança possui um reconhecimento regional e apresenta potencial para ampliar essa notoriedade, principalmente por meio do turismo e do roteiro turístico "Caminho das Pipas". Prova disso ficou evidente nas entrevistas, com o aumento de turistas na região após a pandemia de Covid-19.

Refletindo sobre o último objetivo proposto, que foi analisar a viabilidade para a obtenção do registro de Indicação Geográfica no setor vitivinícola no distrito Boa Esperança, apesar de não ser a intenção de, nesse primeiro momento solicitar o registro, os produtores de uva e vinho formalizaram a Associação Caminho das Pipas (ACAPI), que pode ser o primeiro passo para a solicitação do registro.

Outra questão é a relevância da produção de uvas e dos vinhos para os produtores, para o distrito e para o município, indo ao encontro de uma proposta de Indicação de Procedência (IP), uma vez que essa região configura-se como uma área construída em função de uma série de critérios, como os saberes locais, a importância econômica e histórica do produto.

Ademais, ao longo dos anos, houve transformações no contexto rural, principalmente no que diz respeito às tecnologias, o que impacta diretamente nas dinâmicas de trabalho e na diversidade da produção agrícola. Sendo assim, surgiram também instituições, bem como programas e políticas públicas de caráter municipal e federal que, de alguma forma, fomentam e/ou auxiliam no desenvolvimento rural. O papel do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da EMATER foi fundamental para a busca por alternativas para o rural e para as pessoas que vivem e/ou dependem dele. Isso porque as necessidades do rural não estão relacionadas apenas ao processo de produção de vinhos ou geração de renda, mas também com ações que implicam nas diferentes instâncias do desenvolvimento local e/ou regional.

No entanto, esse esforço nem sempre é suficiente diante do desconhecimento dos produtores e demais atores nas mudanças que a IG propõe. Contudo, é relevante apontar que a proposição de organizar a IG é a defesa de melhorar a qualidade do vinho, ampliação da geração de renda e de valor, proteção do saber fazer, a notoriedade, além de outros benefícios indiretos relacionados com o turismo. A defesa não é por um rural modernizado, mas, ao contrário, de um rural que deve manter suas raízes e seu modo de vida, já que estaria sendo revalorizado e, principalmente, pela ampliação do consumo local e regional que poderiam alcançar se ajustassem a produção aos novos mercados mais exigentes do setor de vinhos.

Este estudo apresentou como limitação a dificuldade de acesso aos produtores, devido às enchentes ocorridas em 2023, durante a coleta dos dados. Outro fator, também, por se tratar de uma abordagem qualitativa, dificultando a generalização dos seus resultados para todo o universo da pesquisa. Além disso, limita-se por não ser possível quantificar o público total que visita as cantinas de Boa Esperança.

Por fim, sugere-se a realização de outras pesquisas, tais como: 1) Análise do patrimônio cultural imaterial da comunidade de Boa Esperança; 2) Avaliação da viabilidade econômica da implementação de uma indicação geográfica na região, incluindo análise de custos, benefícios e impacto financeiro para os produtores locais e comunidades envolvidas; 3) Análise das características geográficas, climáticas, geológicas e topográficas da região para determinar o seu potencial de *terroir*; 4) Avaliação dos impactos socioambientais da implementação da indicação geográfica na região, incluindo aspectos como preservação do meio ambiente, desenvolvimento socioeconômico local, empoderamento das comunidades rurais e melhoria da qualidade de vida; 5) Estudo sobre o suco de uva produzido no distrito.

Espera-se que este estudo possa contribuir para a reflexão sobre a importância das agroindústrias e vinícolas de vinho para as comunidades, buscando-se a cada dia alternativas para a manutenção dessas no campo. Isso porque as suas atividades são essenciais, não só para a produção de sucos e vinhos, mas também para a conservação das características culturais das regiões, a proteção ambiental no meio rural e a manutenção de um contexto socioeconômico rural.

Por fim, espera-se que esta pesquisa possa contribuir com outros estudos adicionais sobre Indicações Geográficas (IG), como resposta às crescentes exigências por produtos de qualidade diferenciada em uma sociedade que procura estabelecer uma nova dinâmica entre o ser humano, o meio ambiente e o consumo.

Esse impacto é relevante para fortalecer e promover o desenvolvimento da comunidade rural de Boa Esperança, localizada no município de Rolante, no estado do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. DE L. *et al.* Cultural Regulation, Geographical Indication and the (re) Signification of an Artisanal Cheese. **Organizações & Sociedade**, v. 28, n. 97, p. 422–441, jun. 2021.
- APROVALE - Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos. **A Aprovale**. Disponível em: <https://www.valedosvinhedos.com.br/sobre>. Acesso em: 05 abr. 2024.
- BARBOSA, Denis Borges. **Uma introdução à propriedade intelectual**. 2003.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BASSO, Maristela. **O direito internacional da propriedade intelectual**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.
- BELLETTI, G. *et al.* Linking protection of geographical indications to the environment: Evidence from the European Union olive-oil sector. **Land Use Policy**, v. 48, p. 94–106, nov. 2015. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S026483771500143X?casa_token=TbhExIew0nkAAAAA:ouGIKkNHeqq7TJEP6iiQOIm3RK1fvMlnCch1rJjSZwT7Sysab-EAc5XXKBxHux-H7fHis0OMHhLT. Acesso em: 20 abr. 2022.
- BOISIER, Sérgio. Desarrollo (local)¿De que estamos hablando? In: MADOREY, O.; VASQUEZ, A. B. (eds.). **Transformaciones globales, instituciones y políticas de desarrollo local**. Argentina: Homo Sapiens, 2001
- BOWEN, S. Embedding Local Places in Global Spaces: Geographical Indications as a Territorial Development Strategy. **Rural Sociology**, v. 75, n. 2, p. 209–243, 1 fev. 2010. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1549-0831.2009.00007.x>. Acesso em: 30 abr. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 5.648 de 11 de dezembro de 1970**. Cria o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5648.htm. Acesso em: 20 maio 2022.
- BRASIL. **Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm. Acesso em: 25 nov. 2021.
- BRASIL. **Decreto nº 8.854, de 22 de setembro de 2016**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8854.htm. Acesso em: 22 ago. 2022.
- BRASIL. Portaria no - 11, de 27 de janeiro de 2017. **Aprova o Regimento Interno do Instituto Nacional da Propriedade Industrial- INPI**. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/arquivos/documentos/regimento-interno-do-inpi>.

BRUCH; Kelly Lissandra; COPETTI, Michele. Procedimento de Registro das Indicações Geográficas. *In*: PIMENTEL, L. O. (Org.). **Curso de propriedade intelectual e inovação no agronegócio**. 4. ed. Florianópolis, SC: FUNJAB, 2014. Módulo II – Indicação Geográfica. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 415 p.

BUARQUE, S.C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: MEPF, 1999.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís. Desenvolvimento Local. *In*: GRIEBELER Marcos Paulo Dhein. **Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos**. 2. ed. Uruguaiana: Conceito, 2021.

CARVALHO, Graciele dos Reis; DIAS, Acácia Batista. Indicação Geográfica no Território do Sisal na Bahia: Possibilidades e Perspectivas. **Revista Gestão, Inovação e Tecnologia**, v. 2, n. 4, p. 378–386, 5 out. 2012.

CARVALHO, Patrícia Luciane de. O Direito Internacional da Propriedade Intelectual: a relação da patente farmacêutica com o acesso a medicamentos. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 103, p. 843 - 874 jan./dez. 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67831/70439>>. Acesso em: 05 out. 2022.

CAZELLA, A. A. et al. A construção de um território de desenvolvimento rural: recursos e ativos territoriais específicos. **Redes**, v. 24, n. 3, p. 49–74, 3 set. 2019. Disponível em: <<https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2019/10/Artigo-Redes-Leandro-et-al.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2022.

CLEMENTE, Ademir. Desenvolvimento Regional. *In*: CLEMENTE, Ademir; HIGACHI, Hermes Y. **Economia e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2000.

DALLABRIDA, V. R. et al. Indicação Geográfica da Erva Mate no Território do Contestado: reflexões e projeções. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 4, n. 2, p. 44–77, 24 out. 2014.

DALLABRIDA, V. R.; BAUKART, K. S.; GUINZANI, W. Signos distintivos territoriais e indicação geográfica: uma avaliação de experiências com a aplicação de instrumental metodológico. **Interações**, Campo Grande, v. 21, p. 195–211, 27 fev. 2020.

DA VEIGA, José Eli; COIMBRA, José de Ávila Aguiar. **Meio ambiente & desenvolvimento**. São Paulo: Senac, 2006.

DOS ANJOS, F. S. *et al.* São as indicações geográficas um instrumento para o desenvolvimento dos territórios? Estudo de caso sobre duas experiências no estado do Rio Grande do Sul. **Política & Sociedade**, v. 13, n. 26, p. 163, 14 jun. 2014.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. **Sistemas de produção**. 2006. Disponível em: <<https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Vinho/SistemaProducaoVinhoTinto/estabilizacao.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2024.

FRACAROLLI, G. S. Mapping Online Geographical Indication: Agrifood Products on E-Commerce Shelves of Mercosur and the European Union. **Economies**, v. 9, n. 2, p. 84, 28 maio 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUANZIROLI, Carlos E. Desenvolvimento territorial rural no Brasil: uma polêmica. In: FROEHLICH, José Marcos. **Desenvolvimento Territorial: Produção, Identidade e Consumo**. Ijuí: Unijuí, 2012.

HIRCZAK, M.; JANIN, C.; LAPOSTOLLE, D. A Cesta de Bens e Serviços Territoriais face à transição: o papel da inteligência coletiva na construção da qualidade territorial. **Raízes, Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 22–40, 2022. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/776>. Acesso em: 15 nov. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades Rolante**. 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/rolante/pesquisa/15/11863?tipo=grafico&indicador=12067>>. Acesso em: 30 out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário**. 2019. Em 11 anos, agricultura familiar perde 9,5% dos estabelecimentos e 2,2 milhões de postos de trabalho. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho#:~:text=Censo%20Agropecu%C3%A1rio-,Em%2011%20anos%2C%20agricultura%20familiar%20perde%209%2C5%25%20dos,milh%C3%B5es%20de%20postos%20de%20trabalho&text=A%20agricultura%20familiar%20encolheu%20no,ao%20%C3%BAltimo%20Censo%2C%20de%202006>.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL- INPI. **Informações**. 2017. Disponível em: <<https://www.gov.br/inpi/pt-br>>. Acesso em: 04 abr. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL- INPI. **Indicações Geográficas**. Disponível em: <<https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL– INPI; SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS- SEBRAE. **Guia de implementação de indicações geográficas para produtos**: orientações para o

desenvolvimento de projetos para o reconhecimento de uma indicação geográfica no INPI. Brasília, 2011.

KAISER, Douglas Márcio *et al.* Projeto “Boa Esperança–Colonização & Evolução”: Percepções da Comunidade local no processo de manutenção da Língua Talian. **Humanidades & Inovação**, v. 9, n. 21, p. 24-35, 2022.

KINZEL, Eunice. **A organização do turismo: uma análise do Município de Três Coroas – RS**. 2015. 62 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132239/000979916.pdf?sequenc e=1>>. Acesso em: 10 set. 2022.

FEIL, Alexandre André; SCHREIBER, Dusan. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, n. 3, Rio de Janeiro, jul./set. 2017. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/57473/69408>>. Acesso em: 04 nov. 2022.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. **Mapa do Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) Paranhana Encosta da Serra** — 2008. Disponível em: <http://mapas.fee.tche.br/wp-content/uploads/2009/08/corede_paranhana_encosta_serra_2008_municipios.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2022.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. **Município: Rolante**. 2020. Acesso em: <<https://arquivofee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Rolante>>. Acesso em: 19 ago. 2022.

GEVEHR, Daniel Luciano; NANDI, Aline. Patrimônio Cultural da Imigração Italiana no Sul Do Brasil: os capitéis como espaços de (Re)Produção de Memória e de Identidade. 2015. **ANAIS DO VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**, 2015. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/13380/2545>>. Acesso em: 12 set. 2022.

GOULART, Luciane Aparecida *et al.* Cacau da região sul da Bahia e a perspectiva histórica de uma indicação geográfica. **Cadernos de Prospecção**, v. 7, n. 4, p. 632-632, 2014

LOPES, J. R.; SILVA, A. P. Controvérsias acerca da certificação de indicação geográfica do Capim Dourado do Jalapão. O caso da Comunidade Mumbuca, Mateiros, TO. **Políticas Culturais em Revista**, v. 9, n. 2, p. 652, 26 abr. 2016.

MAIORKI, G. J.; DALLABRIDA, V. R. A indicação geográfica de produtos: um estudo sobre sua contribuição econômica no desenvolvimento territorial. **Interações**, Campo Grande, v. 16, n. 1, p. 13–25, jun. 2015.

- MAIA, Cláudio Machado; FILIPPI, Eduardo Ernesto; RIEDL, Mario. Território, ruralidade e desenvolvimento regional. **Revista brasileira de gestão e desenvolvimento regional**, v. 5, n. 1, 2009. Disponível em: <<https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/189/150>>. Acesso em: 26 set. 2022.
- MANFIO, Vanessa. A vitivinicultura no espaço geográfico do Rio Grande do Sul, Brasil: uma abordagem sobre a Campanha Gaúcha. **Caminhos de Geografia**, v. 20, n. 70, p. 433-447, 2019.
- MANFIO, Vanessa; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; CRISTÓVÃO, Artur. Território, desenvolvimento e associativismo: uma análise sobre a região do Douro, Portugal. **Geo UERJ**, n. 36, p. 35802, 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/35802>>. Acesso em: 10 fev. 2024.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- MATTEI, L.; TRICHES, V. Análise da Competitividade da Cadeia Vitivinícola do Rio Grande do Sul através do Ambiente Institucional. **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 27, n. 52, p. 161-183, set. 2009.
- MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antonio Braz de Oliveira. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da informação**, v. 33, p. 41-49, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/tTzclWn7BnJGcD3Bjgcbdsp/>. Acesso em: 02 maio 2024.
- MEDEIROS, Mirna de Lima; PASSADOR, João Luiz. Indicações Geográficas e Turismo: possibilidades no contexto brasileiro. **Perspectivas Contemporâneas**, v. 10, n. 3, p. 56-79, 2015. Disponível em: <<https://revista2.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/article/view/1906>>. Acesso em: 23 fev. 2024.
- MEDEIROS, M. DE L.; PASSADOR, J. L. Examining the development attributed to geographical indications. **The Journal of World Intellectual Property**, v. 25, n. 1, p. 86–105, 8 dez. 2021. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jwip.12208>>. Acesso em: 22 abr. 2022.
- MILANO, Marja Zattoni; CAZELLA, Ademir Antonio. Da governança da indicação geográfica à governança da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: uma análise a partir da teoria dos comuns. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 42, n. 1, p. 74-92, 2022.
- MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize; TEIXEIRA, Alex Niche. Análises qualitativas nos estudos organizacionais: as vantagens no uso do software NVivo®. **Revista Alcance**, v. 23, n. 4, out./dez., 2016. Disponível em:

<<https://www.redalyc.org/journal/4777/477749961009/477749961009.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

NANDI, Aline. **Entre saberes e afazeres: a dinâmica das atividades rurais das mulheres agricultoras familiares no contexto do desenvolvimento regional (Rolante/RS)**. 2015. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Faculdades Integradas de Taquara, Taquara, 2015. Disponível em: <https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/Aline%20Nandi_dissertacao.pdf>. Acesso em: 24 set. 2022.

NIEDERLE, Paulo André. Controvérsias sobre a noção de indicações geográficas enquanto instrumento de desenvolvimento territorial: a experiência do Vale dos Vinhedos em questão. *In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. 2009.

NIEDERLE, Paulo Andre; MASCARENHAS, Gilberto Carlos Cerqueira; WILKINSON, John. Governança e institucionalização das indicações geográficas no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 55, p. 85-102, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/resr/a/cvkvrDnsD7vmN86zzr5JXxq/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 11 fev. 2024.

NIEDERLE, Paulo André; VITROLLES, Delphine. Indicações geográficas e qualificação no setor vitivinícola brasileiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2010. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/319/315>>. Acesso em: 05 fev. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL – OMPI. **O que é Propriedade intelectual?** 2020. Disponível em: <https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo_pub_450_2020.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2022.

PELLIN, V. Indicações geográficas e a multifuncionalidade da agricultura. **Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, v. 1, n. 2, p. 27-41, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/RDSD/article/view/2395/2295>>. Acesso em: 20 abr. 2022

PELLIN, Valdinho. Indicações Geográficas e desenvolvimento regional no Brasil: a atuação dos principais atores e suas metodologias de trabalho. **Interações (Campo Grande)**, v. 20, p. 63-78, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/inter/a/gQ7KFM4TjpbQ4RbtjyNCyBS/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 13 fev. 2024.

PUTNAM, R. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

QUIÑONES-RUIZ, X. F. et al. Why early collective action pays off: evidence from setting Protected Geographical Indications. **Renewable Agriculture and Food Systems**, v. 32, n. 2, p. 179–192, 22 jun. 2016. Disponível em:

<<https://www.mendeley.com/catalogue/b6194525-c471-3b6d-9e15-c5411ea45509/>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

REZENDE, Adriano Alves *et al.* Considerações sobre as potenciais indicações geográficas do Sudoeste da Bahia. **Revista de Política Agrícola**, v. 24, n. 4, p. 18-31, 2015. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1052>>. Acesso em: 04 abr. 2023.

RIEDL, Mario. **Desenvolvimento Sustentável**. Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos. 2. ed. Uruguaiana: Conceito, 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Ministério da Agricultura e Pecuária e cadastrados no SISDEVIN/SEAPI-RS (2024). **Produção de vinho e suco de Rolante/RS**. 2024. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiNDZhMTkyM2EtOTU2Yy00OTVjLTkxNDctZjRkZDIwZmQ2MDBiliwidCI6IjE1ZGNkOTA5LThkYzAtNDBIOS1hMWU1LWNIY2lwNTNjZGQxYSJ9>>. Acesso em 16 jan. 2024.

RIZZON, Luiz Antenor. **Suco de uva**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2007. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/11888/2/00081370.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2024.

ROLANTE. **O que fazer em Rolante!** 2022. Disponível em: <<https://rolante.atende.net/cidadao/pagina/o-que-fazer-em-rolante>>. Acesso em: 20 set. 2022.

ROLANTE. **Projeto de divulgação e promoção do “Caminho das Pipas”**. Rolante: Prefeitura Municipal de Rolante, 2005.

ROMA, Júlio César. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. **Cienc. Cult.** São Paulo, v.71, n.1, Jan./Mar. 2019 Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252019000100011&script=sci_arttext>. Acesso em: 06 out. 2022.

ROST, Ademir Jair. **Tópicos da história de Rolante**. Rolante, 2004.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento numa economia mundial liberalizada e globalizante: um desafio impossível?. **Estudos Avançados**, v. 11, p. 213-242, 1997. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/fSh98gpFSRN73YyGqHqDQzH/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 29 ago. 2023.

SAMPAIO, Giovanna Martins; ROCHA, Jadson Luiz Simões; SANTOS, João Antonio Belmino dos. Indicações geográficas enquanto ferramenta de gestão territorial e sustentabilidade no Território de identidade do Vale do Jiquiriçá. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 17, n. 1, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/15047>>. Acesso em: 06 fev. 2024.

SANTOS, J. C.; SANTOS, W. P.C dos. Contribuições para Indicação Geográfica (IG): considerações sobre Itororó – BA como uma potencial IG para Carne de Sol. **Cadernos de Prospecção**, v. 12, n. 1, p. 231, 15 mar. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/27215>> Acesso em: 17 maio 2022.

SCHAIDHAUER, Mauricio. **Assistência Técnica e Extensão no Desenvolvimento e Promoção do Turismo Rural**. 2011. 148 f. Dissertação (Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) - UFRGS, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36393/000816705.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 nov. 2023.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Perfil das Cidades Gaúchas – Rolante**. 2020. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Rolante.pdf>. Acesso em: 24 set. 2022.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010

SIEDENBERG, D. R.; THAINES, A. H.; BAGGIO, D. K. Desenvolvimento Regional sob a ótica do reconhecimento da Indicação Geográfica: o case do Vale dos Vinhedos, a partir da percepção dos atores sociais. **Gestão & Regionalidade**, v. 33, n. 99, set. 2017.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. A Gestão do Desenvolvimento: ações e estratégias entre a realidade e a utopia. In: BECKER, Dinizar F. (In Memoriam); WITTMANN, Milton Luiz (orgs). **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

SILVA, Yuri Vinicius. **Diagnóstico do potencial de indicações geográficas da abacaxicultura da região central do Tocantins**. 2022. 253f. Dissertação (Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação - Profnit) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação, Palmas, 2022. Disponível em: <<http://umbu.uft.edu.br/handle/11612/3754>>. Acesso em: 19 abr. 2023.

SILVA, Enid Rocha Andrade da. Os objetivos do desenvolvimento sustentável e os desafios da nação. Parte XVI, cap. 35 - Sustentabilidade. In: Desafios da Nação. Artigos de Apoio. Vol. 2. 11 abr. 2018. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=329832018>. Acesso em: 24 set. 2022.

SILVA, Flávio Marino da. **Turismo rural como ferramenta para o desenvolvimento local: um olhar para a rota turística “Caminho das Pipas” em Rolante/RS**. 2011. 54 f. Monografia (Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, 2011. Disponível em:

<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54594/000855373.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 set. 2022.

SILVA, Roberto Luiz. O Acordo TRIPS e os padrões internacionais de proteção da propriedade intelectual. **Revista de Direito, Inovação, Propriedade Intelectual e Concorrência**, 2018. Disponível em:

<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/41047/2/O%20Acordo%20TRIPS%20e%20os%20padr%C3%B5es%20internacionais%20de%20prote%C3%A7%C3%A3o%20da%20propriedade%20intelectual.pdf>. Acesso em: 01 maio 2024.

SOUZA FILHO, Jorge Renato de. **Desenvolvimento regional endógeno, capital social e cooperação**. 2002. Disponível em:

https://www.yorku.ca/ishd/LEDCD.SP/Links%20BQ/68_Desenvolvimento_regional_endogeno_capital_social_coopera.pdf. Acesso em: 02 maio 2024.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

SPEROTTO, Fernanda Queiroz. Indicações geográficas. In: GRIEBELER Marcos Paulo Dhein. **Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos**. 2. ed. Uruguaiana: Conceito, 2021.

TONIETTO, J. **O conceito de denominação de origem**: uma opção para o desenvolvimento do setor vitivinícola brasileiro. Bento Gonçalves: EMBRAPA-CNPUV, 1993. Disponível em:

<<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/26013/1/Doc08.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2024.

TONIETTO, Jorge. **O conceito de denominação de origem como agente promotor da qualidade dos vinhos**. 2002. Disponível em:

<<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1054861/1/ToniettoSMVEp1511642002.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2024.

TONIETTO, J. Vinhos brasileiros de 4ª geração: o Brasil na era das indicações geográficas. **Comunicado técnico**, n.45. Bento Gonçalves/RS: Embrapa: 2003

TONIETTO, Jorge. **Afinal, o que é Terroir**. Bon Vivant, Flores da Cunha, v. 98, pág. 08, 2007.

TONIETTO, J *et al.* As Indicações Geográficas de vinhos do Rio Grande do Sul. IN: Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Indicações Geográficas do Rio Grande do Sul registradas até março de 2021**. Brasília: MAPA/AECS, 2022. Disponível em:

<<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1142177>>. Acesso em: 30 jan. 2024.

TONINI, Hernanda; MACKE, Janaina. Confiança e Capital Social para o desenvolvimento de comunidades Rurais—O Caso da Aprovele. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 1, n. 3, p. 99-111, 2007. Disponível em:

<<https://rgsa.emnuvens.com.br/rgsa/article/view/37>>. Acesso em: 05 abr. 2024.

TRICHES, Rozane Márcia. **Reconectando a produção ao consumo: a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar**. 2010. 297f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2010.

VALENTE, Maria Emília Rodrigues; *et al.* O processo de reconhecimento das indicações geográficas de alimentos e bebidas brasileiras: regulamento de uso, delimitação da área e diferenciação do produto. **Ciência Rural**, v. 43, p. 1330-1336, 2013.

VELLOSO, C. Q.; BRUCH, K. L.; CADORI, A.P.; LOCATELLI, L. Identificação dos produtos potenciais e organização dos produtores. *In*: PIMENTEL, L. O. (Org.). **Curso de propriedade intelectual e inovação no agronegócio**. 4. ed. Florianópolis, SC: FUNJAB, 2014. Módulo II – Indicação Geográfica. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 415 p.

VENQUIARUTO, Luciana Dornelles; ROBAINA, José Vicente Lima. **Chimia, doce típico do povo gaúcho**: tradição, ciência e cultura. Metrics: Santo Ângelo, 2022. Disponível em: <https://bibliotecadigital.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/248745/001149500.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 mar. 2024.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisas em administração**. 11. ed. Atlas: São Paulo, 2009.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

VIEIRA, Adriana Carvalho Pinto, *et al.* Políticas Públicas Como Instrumento de Desenvolvimento de Indicações Geográficas/Public Policies As An Instrument For Development Of Geographical Indications. **Revista FOCO**, v. 9, n. 2, July-Dec. 2016.

VIEIRA, L. V. L.; SOARES, R. N. G. Turismo e geografia: perspectivas da Indicação Geográfica (IG) no planejamento territorial. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 19, n. 3, 2019. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1497>>. Acesso em: 19 jun. 2022.

VITROLLES, D. **Construction sociale du lien à l'origine dans le cadre de l'émergence des indication géographiques au Brésil**: le cas de la viande do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional. 2007. 146 f. Dissertação (Mestrado em Estudo Rurais – Geografia) – Université Lumière Lyon 2, França, 2007.

APÊNDICES

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA OS
PRODUTORES DO SETOR DE VITIVINÍCOLA DO DISTRITO DE BOA
ESPERANÇA – ROLANTE/RS**

Nome do produtor:

Nome da agroindústria:

Data:

Tempo de atuação na produção de uvas e vinhos:

I – CARACTERIZAÇÃO DO SETOR DE VITIVINICULTURA DO MUNICÍPIO DE ROLANTE/RS

1. Relate a importância da produção de uva e vinhos para o município de Rolante/RS.
2. Qual é o principal destaque desta produção de uva e vinhos?
3. Quais as principais mudanças observadas no contexto do setor vitivinícola ao longo dos anos?
4. Quais as atividades que a instituição realiza para desenvolver ou auxiliar no desenvolvimento do setor vitivinícola?
5. O produto é reconhecido pelo mercado consumidor por ser produzido nesta região?
6. Qual o nível de notoriedade / fama deste produto no mercado?
7. O produto possui características que lhe atribuem reputação de mercado e uma identidade única capaz de diferenciá-lo de outros produtos disponíveis no mercado?
Se sim, quais?
8. Existem evidências históricas da presença/produção deste produto na região e no mercado? Quais evidências e onde se encontram?
9. Existe um modo específico de produção tradicional?
10. Existe, por parte dos produtores, um regulamento de produção que defina a forma de fazer/produzir o produto?
11. Existe um sistema de controle de qualidade da produção?
12. Existindo, o regulamento de produção e o sistema de controle da qualidade do produto estão documentados ou estão “na cabeça” dos produtores?
13. O regulamento de produção e sistema de controle da qualidade são seguidos por todos os produtores?
14. O sistema de controle da qualidade é capaz de assegurar a originalidade do produto através da manutenção da produção tradicional?

II - PERCEPÇÕES SOBRE AS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS PARA O SETOR DE VITIVINÍCOLA

15. Você sabe o que são produtos com selo de Indicação Geográfica? Se sim, comente a sua percepção dos benefícios gerados na região através com produtos certificados pela Indicação Geográfica?

16. Existem evidências históricas e de mercado que são capazes de comprovar que o distrito de Boa Esperança é reconhecido pelos consumidores como produtora de vinhos?

17. Existem características e diferenciais do produto que são comprovadamente resultado da interação com o meio ambiente de uma determinada região?

18. O vínculo entre o produto e a região pode ser comprovado? Se sim, por qual meio?

III - DESAFIOS E PERSPECTIVAS

19. Quais os impactos do êxodo rural no distrito da Boa Esperança – Rolante/RS?

20. Qual o futuro do setor de vitivinícola em Rolante/RS para os próximos anos?

21. É possível promover o desenvolvimento da região através da produção vitivinícola?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA OS ATORES DA SOCIEDADE CIVIL

Representantes da EMATER, Município de Rolante, Programa de Desenvolvimento Econômico Local – DEL, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rolante.

Entrevistado (nome): _____

Atividade profissional: _____

1. CRITÉRIO TENDÊNCIA INDICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA

1. Existe uma região/território que é reconhecida(o) no mercado como centro produtor de vinhos?
2. Existem evidências históricas e de mercado que são capazes de comprovar que o distrito de Boa Esperança é reconhecida pelos consumidores como produtora de vinhos?

2. CRITÉRIO TENDÊNCIA DENOMINAÇÃO DE ORIGEM

3. Existem características e diferenciais do produto que são comprovadamente resultado da interação com o meio ambiente de uma determinada região?
4. O vínculo entre o produto e a região pode ser comprovado? Se sim, por qual meio?

3. CRITÉRIO NOTORIEDADE

5. O produto é reconhecido pelo mercado consumidor por ser produzido nesta região?
6. Qual o nível de notoriedade / fama deste produto no mercado?

4. CRITÉRIO POTENCIAL AGREGAÇÃO DE VALOR

7. O produto possui características que lhe atribuem reputação de mercado e uma identidade única capaz de diferenciá-lo de outros produtos disponíveis no mercado? Se sim, quais?

8. Existem evidências históricas da presença/produção deste produto na região e no mercado? Quais evidências e onde se encontram?
9. Existe um modo específico de produção tradicional?

5. CRITÉRIO GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

10. Qual a quantidade de indústrias / produtores estão envolvidos na produção?
11. Qual o tamanho desta produção? (Volume, área, recursos gerados, etc.)

6. CRITÉRIO GOVERNANÇA

12. Existe uma organização na região geográfica, que represente os interesses dos produtores?
13. Se existe, a organização tem características formais ou informais?
14. Esta organização formal possui estatuto que consolida seu papel de representação dos interessados na produção do produto nesta região geográfica?

7. CRITÉRIO MÉTODO DE PRODUÇÃO

15. Existe, por parte dos produtores um regulamento de produção que defina a forma de fazer o produto?
16. Existe um sistema de controle de qualidade da produção?
17. Existindo, o regulamento de produção e o sistema de controle da qualidade do produto estão documentados ou estão “na cabeça” dos produtores?
18. O regulamento de produção e sistema de controle da qualidade são seguidos por todos produtores?
19. O sistema de controle da qualidade é capaz de assegurar a originalidade do produto através da manutenção da produção tradicional?
20. O modo de produzir tradicional está documentado?

8. CRITÉRIO PESQUISA ENVOLVIDA

21. Alguma entidade técnica já estudou ou pode estudar e comprovar esta diferenciação do produto como resultado da sua produção na região geográfica definida?

22. Existem determinantes agroclimáticos envolvidos na produção do produto?

23. Os efeitos das condições agroclimáticas da região sobre o produto podem ser comprovados?

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado (a) participante, você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa que tem como tema “A possibilidade de reconhecimento das indicações geográficas no setor vitivinícola no município de Rolante/RS para o desenvolvimento da região” desenvolvida pela mestranda Andressa Soares dos Santos, do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara/RS, sob orientação da professora Dra Aleteia Hummes Thaines

O objetivo central do estudo é “Analisar o potencial do distrito Boa Esperança, localizado no município de Rolante/RS, para a obtenção do reconhecimento de Indicações Geográficas no setor vitivinícola”. Este estudo justifica-se devido a importância do setor da vitivinicultura para a comunidade de Boa Esperança, em Rolante (RS)”.

O convite a sua participação se deve à importância dos produtores na atuação das atividades no setor de vitivinicultura.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir dela. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

A pesquisadora do projeto se compromete com o sigilo e confidencialidade dos dados fornecidos e com a privacidade da identidade dos participantes, e não fará uso dessas informações para outras finalidades, sendo omitido qualquer dado que possa identificá-lo na divulgação da pesquisa. Somente após a análise dos dados obtidos é que será divulgado o resultado coletivo referente ao estudo realizado.

Havendo algum dano decorrente da pesquisa você estará amparado pela legislação brasileira (Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954; entre outras e Resolução CNS nº 510 de 2016, artigo 19).

A sua participação consistirá em responder à pesquisadora do projeto perguntas de um roteiro de entrevista (composta por 21 perguntas). O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente uma hora. A entrevista somente será gravada se houver sua autorização.

As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso a pesquisadora e sua orientadora.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução nº 510/2016 e orientações do CEP/FACCAT e com o fim deste prazo, serão descartados.

Em relação aos benefícios, através do conhecimento dos respondentes e a colaboração nesta pesquisa, originar-se-á em aprofundamento da temática sobre as Indicações Geográficas, e futuros trabalhos nesta temática

O presente estudo apresenta riscos mínimos relacionados ao possível desconforto ao lhe fazer algumas perguntas pertinentes ao tema. Mas, se eventualmente isso ocorrer poderá se manifestar para a acadêmica e sua orientadora conforme explicitado neste termo. Para minimizar os riscos serão adotadas as seguintes ações/medidas: a) o entrevistado(a) será contato com antecedência, para avaliar o instrumento de pesquisa, pois caso não aceite responder alguma questão, a mesma será desconsiderada do estudo; b) verificar com o entrevistado(a) o local indicado para a entrevista, visando o conforto do mesmo.

Em relação a devolutiva, será agendada uma reunião, através do contato por telefone, para apresentar os resultados do presente trabalho, com os participantes da pesquisa.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar informações sobre sua participação ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste termo.

Se você tiver perguntas com relação a seus direitos ou questões éticas como participante deste estudo, você também pode contar com um contato imparcial, o Comitê de Ética em Pesquisa da FACCAT (CEP/FACCAT), que tem por objetivo defender os direitos dos participantes de pesquisas. Dessa forma o CEP tem o papel de avaliar e monitorar o andamento dos projetos de modo que as pesquisas respeitem os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da confidencialidade e da privacidade.

O CEP está situado no 1º piso do Prédio Administrativo - Campus FACCAT na Av. Oscar Martins Rangel, 4500- ERS 115, Bairro: Fogão Gaúcho, Taquara-RS, telefone (51) 3541-6604, ou também pelo e-mail: cep@faccat.br – Horário de funcionamento: nas segundas, terças, quartas e quintas-feiras das 13:30 às 22:30, sextas feiras das 13h às 18h.

Desde já agradeço sua disponibilidade na participação deste trabalho e coloque-me à disposição para quaisquer informações adicionais que possam ser necessárias.

Este termo deverá ser assinado em duas vias, todas as páginas deverão ser rubricadas, uma fica com você e a outra deve ser entregue à pesquisadora.

Pesquisadora: Andressa Soares dos Santos

Tel.: (51) 99896-5111

E-mail: andressasantos@faccat.br

Professora orientadora: Dra. Aleteia Hummes Thaines

Tel.: (49) 99960-3333

E-mail: aleteiathaines@faccat.br

- Autorizo a gravação da entrevista.
- Não autorizo a gravação da entrevista.

(Assinatura do Participante)

____ / ____ / ____
Dia mês ano

(Nome do Participante – letra de forma)

(Assinatura Acadêmico Pesquisador)

____ / ____ / ____
Dia mês ano